

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

AUDREY KAROLINE MARQUES DIAS

**SENTIMENTOS PARTIDÁRIOS E IGUALDADE DE GÊNERO NO  
BRASIL**

Maringá – Paraná

2015

AUDREY KAROLINE MARQUES DIAS

**SENTIMENTOS PARTIDÁRIOS E IGUALDADE DE GÊNERO NO  
BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Sociedade e Políticas Públicas

Orientador: Ednaldo Aparecido Ribeiro

Maringá – Paraná

2015

AUDREY KAROLINE MARQUES DIAS

## **Sentimentos Partidários e Igualdade de Gênero no Brasil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção de Mestre em Ciências Sociais pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

### COMISSÃO JULGADORA

Prof. Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro  
Universidade Estadual de Maringá (Orientador e Presidente)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Luciana Veiga  
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Celene Tonella  
Universidade Estadual de Maringá

*Para Noêmia e Rose,  
pelo incentivo e carinho.*

## AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos:

Ao meu orientador Prof. Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro, pelo suporte, apoio, incentivo e empenho dedicado à elaboração desta pesquisa e a CAPES que fomentou essa pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Sociais da Universidade Estadual de Maringá. Em especial a Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Carla Almeida, minha primeira orientadora, que me guiou pela Ciência Política e despertou em mim, o interesse pelo estudo das relações de gênero na política.

À Prof<sup>ª</sup>. Celene Tonella (UEM), Prof<sup>ª</sup> Maria Lígia Elias (UNIFAMA) pelo paciente trabalho de revisão e preciosas dicas durante a Qualificação, e a Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Luciana Veiga, por aceitar participar da Banca de defesa.

Aos meus amigos, Eloísa Souza, Éder Gimenes, Ana Paula Cavalcante, Alice Walter, em especial, Renata Andrade – “companheira” de projetos, congressos e mais importante, séries -, que fizeram parte da minha formação e vão continuar presentes na minha vida, com certeza. E também, aos integrantes do Núcleo de Participação Política (NUPPOL), grupo de estudos ao qual fiz parte durante o mestrado, meu muito obrigado.

Agradeço a minha grande família, que cada um ao seu modo, muito contribuíram com essas páginas: meus irmãos (Rose Piassa, Márcia Pino, Edna Lima e Júlio Dias), sobrinhos e cunhados; e especialmente meus pais, Edmundo Marques Dias e Noêmia Rocio Marques Dias, que sempre tiveram como objetivo de vida “estudar” os filhos, por isso, todas as minhas conquistas também são de vocês dois.

Por fim, gostaria de agradecer a duas pessoas que tiveram um papel fundamental em minha vida, a minha sobrinha e amiga, Maria Júlia e ao Erick Matias, obrigada pelo apoio, pelo carinho, pelo ombro, pela compreensão e por estarem comigo nos momentos mais complicados.

## RESUMO

Esta dissertação pretende contribuir para a identificação dos possíveis fatores que influenciam as disposições favoráveis e contrárias ao voto em mulheres. A pesquisa se situa na interface entre os estudos de cultura política e de comportamento eleitoral, pois procura verificar em que medida os sentimentos partidários positivos em relação aos partidos mais expressivos nacionalmente (PT, PSDB, PMDB e PV) estão relacionados a disposições favoráveis à igualdade de gênero no campo político. A base empírica utilizada na pesquisa são os dados produzidos pelo Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2010, disponibilizado ao público amplo em agosto de 2011. Buscou-se inicialmente a sumarização dos dados, com o emprego do *software SPSS 18 for Windows*, para então serem aplicadas técnicas de estatística bivariada e multivariada. Os conjuntos de testes confirmam que, apesar da “crise” dos partidos como instituições de representação, estes continuam sendo relevantes ao menos no que diz respeito à adesão de natureza psicológica e cultural dos eleitores, já que é possível identificar diferenças expressivas entre os cidadãos identificados com distintos partidos no que diz respeito às disposições favoráveis ao voto em mulheres.

**Palavras-Chave:** Sentimentos Partidários; Igualdade de Gênero; Comportamento Eleitoral; Cultura Política; Ideologias Políticas

## ABSTRACT

This dissertation aims to contribute to the identification of possible factors that influence the favorable and otherwise provided to vote in women. The research stands at the interface between the political culture studies and electoral behavior, as it seeks to ascertain to what extent the positive partisan feelings toward more expressive parties nationally (PT, PSDB, PMDB and PV) are related to provisions favorable to equality gender in the political field. The empirical basis used in the research are the data produced by the Brazilian Electoral Study (ESEB) 2010, available to the general public in August 2011. The aim was to initially summarization of data, with the use of SPSS software for Windows 18, then be applied techniques of bivariate and multivariate. The sets of tests confirmed that despite the "crisis" of the parties as institutions of representation, these continue to be relevant at least as regards the accession of psychological and cultural nature of the voters, as it is possible to identify significant differences between the identified citizens with different parties with regard to the provisions favorable to vote in women.

Keywords: Partisans Feelings; Gender equality; Electoral behavior; Political Culture; Political Ideologies.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Porcentagem de mulheres nos parlamentos por Região, 1997- 2014 (%)	6
Tabela 2. Porcentagem de mulheres nos parlamentos nacionais, América Latina, 1990-2014 (%)	7
Tabela 3. Porcentagem de mulheres nos gabinetes ministeriais, America Latina, 1990-2013 (%)	8
Tabela 4. Porcentagem de mulheres nas supremas cortes, América Latina, 1990-2012 (%)	10
Tabela 5. Total e porcentagem de mulheres candidatas em cargos proporcionais e majoritários no Brasil, 1994-2014	12
Tabela 6. Identificação partidária comparada (%)	55
Tabela 7. Representação e gosto partidário (%)	56
Tabela 8. Representação e gosto por partidos específicos (%)	56
Tabela 9. Avaliação do sistema partidário brasileiro (%)	57
Tabela 10. Associação <i>Gamma</i> entre as variáveis socioeconômicas e demográficas com as variáveis de identificação partidária	58
Tabela 11. Associação <i>Gamma</i> entre as variáveis atitudinais com as variáveis de identificação partidária	59
Tabela 12. Associação <i>Gamma</i> entre as variáveis atitudinais e sentimentos positivos pelo PT	60
Tabela 13. Associação <i>Gamma</i> entre as variáveis atitudinais e sentimentos positivos pelo PMDB	60
Tabela 14. Associação <i>Gamma</i> entre as variáveis atitudinais e sentimentos positivos pelo PSDB	61
Tabela 15. Associação <i>Gamma</i> entre as variáveis atitudinais e sentimentos positivos pelo PV	61
Tabela 16. Votaria em uma mulher para algum cargo majoritário, como presidente, governadora ou senadora? (%)	65
Tabela 17. Porque não votaria em uma mulher para algum cargo majoritário?	65
Tabela 18. Porque votaria em uma mulher para algum cargo majoritário?	66



Tabela 19. Concorda/Discorda: Em geral, homens são mais adequados para a carreira política do que as mulheres (%)	67
Tabela 20. Concorda/Discorda: Em geral, quando eleitos, homens governam melhor do que as mulheres (%)	67
Tabela 21. Concorda/Discorda: As mulheres ainda não têm experiência política suficiente para governar bem (%)	67
Tabela 22. Associação <i>Gamma</i> entre as variáveis socioeconômicas e demográficas com o voto em mulheres para cargos majoritários	68
Tabela 23. Associação entre “PT como partido que representa a forma de pensar” e atitudes em relação à igualdade de gênero na política	69
Tabela 24. Associação entre “PMDB como partido que representa sua forma de pensar” e atitudes em relação a igualdade de gênero na política	69
Tabela 25. Associação entre o “PSDB como partido que representa sua forma de pensar” e atitudes em relação à igualdade de gênero na política	70
Tabela 26. Associação entre o “PV como partido que representa sua forma de pensar” e atitudes em relação à igualdade de gênero na política	70
Tabela 27. Associação entre “Gostar do PT” e atitudes em relação à igualdade de gênero na política	71
Tabela 28. Associação entre “Gostar do PMDB” e atitudes em relação à igualdade de gênero na política	71
Tabela 29. Associação entre “Gostar do PSDB” e atitudes em relação à igualdade de gênero na política	72
Tabela 30. Associação entre “Gostar do PV” e atitudes em relação à igualdade de gênero na política	72
Tabela 31. Modelo de Regressão Logística para voto em mulheres usando a variável partidária “Pensamento representado” por partidos específicos	74
Tabela 32. Modelo de Regressão Logística para voto em mulheres usando a variável partidária “Gosta” por partidos específicos	74

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

### ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

IPU: *Inter-Parliamentary Union*

FEM: Fórum Econômico Mundial

CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina

OSCE: *Organization for Security and Co-operation in Europe*

LAPOP: *Latin American Public Opinion Project*

### ORGANIZAÇÕES NACIONAIS

TSE: Tribunal Superior Eleitoral

### PARTIDOS NACIONAIS

AIB: Ação Integralista Brasileiro

ANL: Aliança Nacional Libertadora

ARENA: Aliança Renovadora Nacional

ED: Esquerda Democrática

MDB: Movimento Democrático Brasileiro

MTR: Movimento Trabalhista Renovador

PC do B: Partido Comunista do Brasil

PCB: Partido Comunista Brasileiro

PDC: Partido Democrata Cristão

PFL: Partido da Frente Liberal

PL: Partido Liberal

PL: Partido Libertador

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP: Partido Popular

PRM: Partido Republicano Mineiro

PR: Partido Republicano

PRN: Partido Republicano Nacional

PRP: Partido de Representação Popular

PRP: Partido Republicano Paulista

PRT: Partido Rural Trabalhista

PSB: Partido Social Brasileiro

PSB: Partido Socialista Brasileiro

PSD: Partido Social Democrático

PSDB: Partido da Social Democracia Brasileiro

PSP: Partido Social Progressista

PST: Partido Social Trabalhista

PT: Partido dos Trabalhadores

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

PTN: Partido Trabalhista Nacional

PV: Partido Verde

UDN: União Democrática Nacional

VS: Vanguarda Socialista

## PARTIDOS INTERNACIONAIS

PSOE: Partido Socialista Operário Espanhol

## OUTRAS SIGLAS E ABREVIACÇÕES

IP: Identificação Partidária

ESEB: Estudo Eleitoral Brasileiro

SI: Sem informação

GPD: *Gross Domestic Product*

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>1 A SUB-REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES: CENÁRIO MUNDIAL E EXPLICAÇÃO</b>	<b>4</b>
1.1 Cenário Mundial	5
1.2 A multicausalidade da sub-representação	13
<b>2 PARTIDOS POLÍTICOS E IDENTIDADE PARTIDÁRIA</b>	<b>22</b>
2.1 Os partidos políticos importam?	23
2.2 Papel dos Partidos Políticos no Brasil	32
2.3 Formação e estruturação dos partidos no Brasil	38
<b>3 SENTIMENTOS PARTIDÁRIOS E DISPOSIÇÕES FAVORÁVEIS À IGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL</b>	<b>50</b>
3.1 Hipóteses, Dados e Metodologia	51
3.2 Sentimentos Partidários entre os Brasileiros	54
3.3 Sentimentos Partidários e Igualdade de Gênero nas eleições de 2010	64
3.4 Partidos, Identidade Ideológica e Igualdade de Gênero	76
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>83</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>87</b>
<b>APÊNDICE METODOLÓGICO</b>	<b>92</b>
<b>ANEXO 1: Eleições 2010</b>	<b>94</b>
<b>ANEXO 2: Preferência Partidária</b>	<b>95</b>

## INTRODUÇÃO

Os partidos políticos são uma condição necessária, embora não suficiente, para o funcionamento da democracia (Paiva, Braga & Pimentel Jr, 2007) e desempenham nesta funções fundamentais, sendo a criação de *links* entre os cidadãos e o sistema político a mais importante. Atualmente a literatura especializada gravita ao redor de duas proposições: a primeira e mais corrente tem afirmado o declínio dos partidos como instituições capazes de fomentar a participação e a representação política; já a segunda, reforça a necessidade dessas organizações nos sistemas democráticos, considerando os partidos como instituições cujas atividades são essenciais para o funcionamento da democracia representativa. Diante desse debate, esta pesquisa tem como finalidade avaliar qual a relevância dessas organizações para as democracias contemporâneas, principalmente no que diz respeito à sua capacidade de aglutinar eleitores que compartilham de valores e atitudes comuns.

A crítica em relação aos partidos políticos mencionada no parágrafo anterior também aparece na literatura brasileira. A imagem corrente é de que os partidos encontram-se num processo de estagnação, agravado por percepções negativas manifestas principalmente pelos mais baixos índices de confiança, o que acaba gerando atitudes e comportamentos de desvalorização das instituições da democracia representativa. Sendo assim, para alguns teóricos, os eleitores brasileiros estariam tendo dificuldade para identificar os partidos enquanto atores distintos com características e ideologias perceptíveis. Soma-se a isso a proliferação de lideranças carismáticas e o baixo interesse de parte do eleitorado pela política, o que poderia explicar a alta volatilidade eleitoral e também a dificuldade da criação de laços partidários entre os eleitores.

Apesar disto, nossa atenção nesta pesquisa se volta para a parcela de eleitores para quem os partidos ainda fazem sentido, ou melhor, para os eleitores partidários. A intenção é avaliar se apesar dos baixos índices de preferência partidária, essas organizações ainda se constituem como fontes importantes de ligação dos indivíduos com a vida política nacional e também se são um importante atalho informacional para os eleitores - pelo menos nas eleições nacionais. Mais especificamente, nos interessa verificar a existência e a intensidade da ligação subjetiva entre eleitores e essas instituições no que diz respeito a importantes atitudes e valores.

Entendendo que a desigualdade na representação entre homens e mulheres é um tema relevante para a discussão da qualidade da democracia, é sobre este aspecto que iremos analisar a ligação entre partidos e eleitores. Interessa-nos, portanto, investigar se entre os identificados com os principais partidos nacionais existem importantes diferenciais no que diz respeito à igualdade de gênero no momento específico das eleições presidenciais de 2010. Estudar esse assunto se tornou relevante, principalmente no Brasil, já que a persistência da sub-representação das mulheres nos espaços de poder em nosso país é um fato reconhecido pela literatura e comprovado por inúmeros dados estatísticos.

Propomos responder a algumas perguntas fundamentais como, por exemplo, quais são as atitudes de eleitores identificados com determinadas legendas, no que tange a igualdade de gênero? Eleitores do PT, PMDB, PSDB e PV são mais ou menos favoráveis a participação política feminina? Quais variáveis condicionam o voto em mulheres no Brasil? Procuraremos testar aqui a hipótese de que eleitores que nutrem sentimentos positivos por determinados partidos possuem atitudes e valores políticos significativamente distintos. Logo, o principal objetivo desta dissertação será identificar a existência de associações positivas ou negativas entre sentimentos partidários pelo PT, PMDB, PSDB e PV, e disposições favoráveis à igualdade de gênero no campo político.

A justificativa desta pesquisa está no fato de que uma vez que as desigualdades encontradas na sub-representação política de gênero se constituem como um sério entrave para a vitalidade das democracias e que acaba limitando e condicionando o avanço da igualdade de gênero em outras áreas da vida social, defendemos que se torna necessário o diálogo com as bases culturais do fenômeno, sendo assim, esta pesquisa busca a interação entre essa abordagem e os estudos sobre a relação entre partidos e eleitores, nos interessando, claro, identificar as orientações subjetivas dos eleitores em relação às candidaturas femininas.

Selecionamos como material empírico as bases de dados produzidas pelo Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) em suas ondas de 2002, 2006 e 2010. No questionário deste *survey*, dentre os vários aspectos do funcionamento eleitoral, se encontram questões que possibilitam traçar um perfil da população (sexo, idade, escolaridade, região, renda familiar), identificar importantes padrões de comportamento e atitudes e, para o ano de 2010, pela primeira vez, foram incluídas também perguntas sobre as disposições subjetivas dos brasileiros com relação à participação da mulher no campo político.

Desta forma, a dissertação está dividida em três capítulos, seguidos da conclusão final. O primeiro capítulo intitulado *A sub-representação política das mulheres: cenário mundial e explicações* buscará demonstrar o quadro geral da sub-representação feminina e quais são os argumentos teóricos e empíricos empregados para explicar esse fenômeno. Por isso foi dividido em duas seções, sendo apresentado na primeira o cenário mundial da participação feminina no poder legislativo, executivo e judiciário. Na segunda sessão discutimos as principais abordagens que procuram explicar o fenômeno da sub-representação feminina, buscando enfatizar tanto aquelas que se estruturam em fatores objetivos como a estrutura econômica e as características institucionais de cada país, quanto as que valorizam a dimensão da cultura política.

O segundo capítulo, *Partidos políticos e identidade partidária*, dialoga com as principais correntes que discutem o lugar das instituições partidárias na democracia contemporânea. Para tanto foi dividido em três seções. Na primeira esboçamos rapidamente o papel dos partidos nos regimes democráticos, opondo duas perspectivas principais. Na segunda seção, trabalhamos mais diretamente com a literatura nacional sobre o assunto, procurando identificar detalhes sobre o processo de estruturação do nosso sistema partidário para apontar suas virtudes e vícios. Por fim, na última seção construímos uma descrição histórica da formação do sistema partidário brasileiro e uma análise mais específica sobre os partidos selecionados para a pesquisa.

Por fim, o último capítulo, *Sentimentos partidários e disposições favoráveis à igualdade de gênero no Brasil*, apresenta de fato os resultados desta investigação, sendo dividido em quatro seções. Na primeira, apresenta-se de maneira mais clara o problema de pesquisa, a hipótese geral, a escolha da metodologia e das variáveis. Em seguida, iniciamos a apresentação dos resultados utilizando as variáveis de identificação partidária extraídos do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) nos anos de 2002, 2006 e 2010, com o objetivo inicial de, através de uma análise longitudinal, saber se houve um aumento ou diminuição dos sentimentos positivos dos eleitores pelos partidos selecionados para a análise (PT, PSDB, PMDB e PV). Na terceira seção, utilizando somente a base de dados do ESEB 2010, procuramos inferir em que medida a identificação partidária por determinadas legendas influi em atitudes positivas ao voto em mulheres nas esferas representativas. Na última seção desta dissertação apresentamos análise sobre as razões dos resultados que encontramos, ou melhor, relacionamos a literatura sobre os partidos com a análise dos dados.



1.

## A SUB-REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES: CENÁRIO MUNDIAL E EXPLICAÇÕES<sup>1</sup>

Ao longo do último século, as sociedades contemporâneas têm vivenciado o desenvolvimento de atitudes mais igualitárias em relação os papéis sociais de homens e mulheres por meio das transformações do estilo de vida, da família, do trabalho e da esfera pública. Por isso, as pesquisas se tornaram mais atentas à situação das mulheres dentro das democracias atuais e ao modo como a dinâmica entre os direitos civis reconhecidos e as estruturais sociais está se concretizando para o fortalecimento de políticas igualitárias.

Em razão desse crescente interesse, o presente capítulo busca demonstrar o quadro geral da sub-representação feminina e quais são os argumentos teóricos e empíricos empregados para explicar esse fenômeno. Para tanto, em uma primeira sessão, será apresentado o cenário mundial da participação feminina no poder legislativo, executivo e judiciário. Após, por meio de análise descritiva longitudinal de dados, avaliamos as posições relativas dos países latino-americanos, em especial o Brasil, no espaço ocupado pelas mulheres nos três eixos acima citados. Já a segunda sessão discutirá as principais abordagens que procuram explicar o fenômeno da sub-representação feminina, buscando enfatizar tanto aquelas que se estruturam em fatores objetivos como a estrutura econômica e as características institucionais de cada país, quanto as que valorizam a dimensão da cultura política.

---

<sup>1</sup> Esse capítulo foi escrito em conjunto com Renata Andrade de OLIVEIRA, integrando também como capítulo da dissertação *Cultura Política e Gênero na América Latina: estudo sobre as dimensões subjetivas da sub-representação feminina*, 2015. Orientador: Ednaldo Aparecido Ribeiro.

## 1.1

### Cenário Mundial

O abismo entre os gêneros em todas as áreas da vida social afeta diretamente a qualidade das democracias contemporâneas, razão pela qual a discussão sobre tais disparidades passou ocupar lugar de destaque na agenda mundial de debates, tanto no interior da academia, quanto fora dela.

Esse debate tem girado em torno da desconstrução da naturalização da sub-representação das mulheres, sendo reiterado o princípio da igualdade entre os gêneros. É claro que a presença feminina nos postos de tomadas de decisões ultrapassa o objetivo de garantir qualidade para as democracias, pois é uma forma de se tentar romper com barreiras sociais e estruturais construídas ao longo da história da humanidade. Sendo assim, não se trata apenas de eleger representantes de um grupo minoritário, mas também, de abrir espaços nos quais vozes que estão às margens da estrutura social possam ser ouvidas.

A ampliação da representação política das mulheres baseia-se, em primeiro lugar, numa questão de injustiça intuitiva (Miguel, 2001). Trata-se de uma injustiça clara e evidente presente na sociedade que não deve e nem pode ser mascarada por justificativas como a falta de interesse ou apenas por tratar o gênero feminino como uma característica natural que limita a capacidade participativa das mulheres.

Apesar de já haver progresso em relação à igualdade de gênero dentro de importantes campos da vida social em escala mundial, grandes disparidades ainda persistem dentro do quadro político. Os dados produzidos por diferentes organizações internacionais, como o *Inter-Parliamentary Union* (IPU), o Fórum Econômico Mundial (FEM) e a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), apontam um cenário ainda negativo para as mulheres em se tratando da ocupação dos cargos parlamentares.

Segundo informações do IPU, que observa a sub-representação feminina desde 1997, a média mundial de mulheres que ocupavam lugares nas Duas Casas parlamentares<sup>2</sup> para todo o período é de apenas 11,3%. Considerando apenas o período mais recente, notamos uma lenta evolução nesse indicador: em 2000 verificamos o total de 13,8%, em 2005, esse contingente vai para 16,2% e em 2010 chega aos 19%. Atualmente<sup>3</sup>, as mulheres têm ocupado apenas 21,9% do total de lugares destinados a cargos políticos em nível mundial.

Mesmo com mais de dez anos de observações, a média mundial de mulheres que ocupam cargos parlamentares não atingiu um quarto dos assentos disponíveis. Esta situação, além de se passar a nível mundial, também está presente quando observadas as distintas regiões do globo<sup>4</sup> (TABELA 1). Os dados apontam que há um crescimento do número de mulheres presentes nos cargos de primeiro e segundo escalões dos parlamentos, todavia, ainda estamos diante de um quadro acentuado de sub-representação. As regiões da Europa e das Américas são as que possuem os maiores índices de representação feminina em toda a série histórica, sendo os Emirados árabes aqueles com menores índices. Todavia, vale ressaltar que ao longo dos anos analisados a região com o maior avanço foi justamente essa nação, que passou de 3,4% em 1997 para 15,9% em 2014.

Tabela 1. Porcentagem de mulheres nos parlamentos por Região, 1997- 2014 (%)

REGIÃO	1997	2000	2005	2010	2014
Europa*	13,2	16,0	18,4	21,4	24,8
Américas	13,2	15,9	19,7	22,9	25,9
Ásia	9,7	15,0	15,9	18,0	18,5
África	11,0	12,1	16,5	18,5	22,2
Pacífico	12,7	13,6	13,9	14,8	16,2
Emirados Árabes	3,4	3,6	6,8	11,7	15,9

Fonte: *Inter-Parliamentary Union (IPU)*, dezembro de 1997- 1º de junho de 2014

\*Países membros do OSCE (*Organization for Security and Co-operation in Europe*) incluindo os países nórdicos.

<sup>2</sup> A estrutura do parlamento é dividida em “*Single House*” e “*Upper House*”, a primeira seria referente à Câmara dos Deputados e a segunda ao Senado.

<sup>3</sup> Dado referente ao último levantamento da IPU do dia 1º de Junho de 2014.

<sup>4</sup> A divisão dessas regiões foi realizada por critérios escolhidos pela IPU.

Diante disso, a partir dos nossos interesses nesta dissertação, lançamos um olhar mais atento sobre a região latino-americana<sup>5</sup>, focalizando especialmente o Brasil, tomando como referência os percentuais de mulheres nos parlamentos nacionais, nos cargos ministeriais e nas supremas cortes (TABELA 2, TABELA 3, TABELA 4).

Tabela 2. Porcentagem de mulheres nos parlamentos nacionais, América Latina, 1990-2014 (%)

PAÍSES	1990	1997	2000	2005	2010	2014
Argentina	6,3	27,6	26,5	36,2	38,5	36,6
Bolívia	9,2	-	11,5	16,9	25,4	25,4
Brasil	5,3	6,6	5,7	8,6	8,6	8,6
Chile	-	7,5	10,8	15	14,2	15,8
Colômbia	4,5	11,7	11,8	12,1	12,7	12,1*
Costa Rica	10,5	15,8	19,3	35,1	38,6	33,1
Equador	4,5	3,7	14,6	16	32,3	41,6
El Salvador	11,5	15,5	9,5	10,7	19	27,4
Guatemala	7,0	12,5	8,8	8,2	12	13,3
Honduras	10,2	-	9,4	23,4	18	25,8
México	12,0	14,2	16	24,2	26,2	37,4
Nicarágua	14,8	10,8	9,7	20,7	20,7	42,4
Panamá	7,5	9,7	9,9	16,7	8,5	19,3
Paraguai	5,6	2,5	2,5	10	12,5	15,0
Peru	5,6	10,8	-	18,3	21,5	22,3
República Dominicana	7,5	11,7	16,1	17,3	20,8	20,8
Uruguai	6,1	7,1	12,1	11,1	15,2	13,1
Venezuela	10	5,9	-	17,4	17	17,0

Fonte: *Inter-Parliamentary Union* (IPU), dezembro de 1997- 1º de junho de 2014/ Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), 1990-2012.

\*Dado de 1º de Janeiro de 2014

<sup>5</sup> Sendo os quais: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

Tabela 3. Porcentagem de mulheres nos gabinetes ministeriais, América Latina, 1990-2013 (%)

PAÍSES	I	II	III
Argentina	22,2	21,4	18,8
Bolívia	15,8	39,1	30,0
Brasil	10,7	14,8	22,6
Chile	23,7	46,7	22,6
Colômbia	36,0	25,0	20,6
Costa Rica	30,8	27,8	25,6
Equador	13,8	31,0	33,6
El Salvador	21,4	23,5	12,1
Guatemala	7,7	18,9	14,3
Honduras	40,0	35,7	21,7
México	10,3	17,9	15,0
Nicarágua	25,0	55,6	45,5
Panamá	30,8	30,8	23,3
Paraguai	29,8	14,3	27,8
Peru	11,0	32,7	21,7
República Dominicana	15,8	10,7	19,0
Uruguai	0,0	17,2	11,1
Venezuela	7,8	14,1	27,0

Fonte: *Inter-Parliamentary Union (IPU)*, dezembro de 1997- 1º de setembro de 2013/ *Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)*, 1990-2012.

\*Considera-se os 3 (três) últimos períodos presidenciais informados pelos países.

Destacamos primeiramente que o país que mais se aproxima de uma representação igualitária entre os gêneros no parlamento nacional é a Nicarágua, que também é destaque por ter dobrado o percentual de mulheres em apenas três anos (2010-2014) e atingido índice acima de 40%. Concomitantemente, o último relatório do FEM (2013) demonstra que a Nicarágua foi o único país da América Latina a estar no *top 10* do *ranking* geral dos 180 países em termos de avanços na promoção da igualdade de gênero, estando em 10º lugar. Considerando especificamente a questão do “empoderamento político” das mulheres esse país sobe para o 5º lugar<sup>6</sup>. Vale destacar que no último período eleitoral (III), a Nicarágua atingiu o percentual de 45,5% de mulheres presentes nos Ministérios (TABELA 3), o que a coloca muito distante dos outros países de maneira positiva.

Seguindo, temos Equador (TABELA 2) que em 2005 apresentava 16% de mulheres no parlamento, mas em 2010 dobrou esse número atingindo a marca de 32%. Já em relação à

<sup>6</sup> Esse índice é composto por quatro subíndices: 1) Participação e Oportunidades Econômicas; 2) Educação; 3) Saúde e Sobrevivência; 4) “Empoderamento Político”. Maiores informações em [http://www3.weforum.org/docs/WEF\\_GenderGap\\_Report\\_2013.pdf](http://www3.weforum.org/docs/WEF_GenderGap_Report_2013.pdf)

presença feminina nos Ministérios (TABELA 3), Equador e Costa Rica continuam apresentando índices elevados em relação aos demais países. Pelo relatório do FEM de 2013, ocupam no *ranking* geral posições bem inferiores a da Nicarágua, sendo o 25º e 31º, respectivamente.

México é o próximo país com maior índice de mulheres em seu parlamento, chegando em 2014 aos 37,4%, após elevar em 25 pontos seu percentual nos últimos 24 anos (TABELA 2). Mesmo estando na 68ª posição no relatório do FEM, o México entre 2012 e 2013 conseguiu subir 16 posições no *ranking*. Olhando especificamente o “empoderamento feminino”, em 2012 encontrava-se em 48º lugar, em 2013 passou ocupar 36º posição, devido principalmente o significativo aumento no número de mulheres nos parlamentos (TABELA 2).

A tendência identificada é positiva na direção do aumento de mulheres presente nos parlamentos (TABELA 2), mesmo com algumas quedas durante alguns períodos, como no caso da Guatemala entre 1997-2000 e Honduras entre 2005-2010. Uruguai é o destaque negativo, sendo o país com menor índice de mulheres em posições ministeriais na América Latina e por conta do decréscimo de 6,1% finalizou 2013 na 77ª posição no *ranking* geral, e na 116ª posição no *ranking* específico de empoderamento feminino.

Em relação ao Brasil, verificamos que ao longo de todo o período não existem índices estatisticamente relevantes, já que sua porcentagem não ultrapassou os 8,6%, assim, classifica-se como o país com menor índice de mulheres no parlamento (TABELA 2). Esses resultados contrastam com o fato de que desde 1995, existe no país cotas para candidaturas femininas. Com efeito, a adoção dessa ação afirmativa, vem despertando intensos debates quanto a sua eficácia, sobretudo após as experiências eleitorais sob sua vigência. A experiência brasileira parece não ter repetido o sucesso de outros países da América Latina<sup>7</sup> que conseguiram incrementar significativamente a participação feminina no parlamento após a adoção de ações afirmativas, como pode ser observado na Tabela 2.

Entretanto, esse quadro não é acompanhado pela Tabela 3, pois esse país se apresenta como uma nação de níveis medianos de representação feminina nos gabinetes ministeriais, estando na média do cenário mundial. Por fim, os dados do FEM mostram que nos últimos três períodos eleitorais houve um acréscimo relevante no número de mulheres nos gabinetes

---

<sup>7</sup> Países da América Latina que possuem alguma legislação sobre cotas: Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, México, Paraguai, Peru e Uruguai. Maiores informações em [http://www3.weforum.org/docs/WEF\\_GenderGap\\_Report\\_2013.pdf](http://www3.weforum.org/docs/WEF_GenderGap_Report_2013.pdf)

ministeriais brasileiros o que acarretou uma mudança da 82ª (2011) posição para a 62ª (2012 e 2013).

Em relação ao poder judiciário, na América Latina constatou-se uma tendência positiva de evolução, ainda que o quadro atual continue demonstrando a acentuada sub-representação (TABELA 4). Nos primeiros dados da CEPAL, em 1998, a porcentagem era de 8,4 pontos e só houve um aumento considerável a partir de 2005 quando o índice passou a ser de 17,5%. A última análise, de 2012, indica que na América Latina o contingente de mulheres em altos escalões do judiciário é de 24,3%.

Tabela 4. Porcentagem de mulheres nas supremas cortes, América Latina, 1990-2012 (%)

PAÍSES	1998	2000	2005	2010	2012
Argentina	0,0	0,0	22,2	28,6	28,6
Bolívia	-	-	-	18,2	33,3
Brasil	0,0	9,1	9,1	18,2	20,0
Chile	-	-	5,0	25,0	30,0
Colômbia	0,0	0,0	8,7	33,3	21,1
Costa Rica	9,5	9,1	20,0	35,0	30,0
Equador	-	-	6,5	4,8	42,9
El Salvador	13,3	13,3	13,3	33,3	40,0
Guatemala	15,4	23,1	15,4	8,3	8,3
Honduras	-	-	60,0	20,0	20,0
México	14,3	14,3	20,0	18,2	18,2
Nicarágua	-	-	-	28,6	30,8
Panamá	22,2	22,2	22,2	0,0	0,0
Paraguai	0,0	0,0	11,1	22,2	22,2
Peru	5,9	6,3	7,7	6,3	10,5
República Dominicana	-	-	31,3	23,1	25,0
Uruguai	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Venezuela	20,0	0,0	28,1	36,1	43,8

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), 1998-2012.

Quando são analisados os dados por país é possível observar a persistência de níveis elevados de desigualdade. Diferentemente do que verificamos no caso dos poderes analisados anteriormente, dessa vez temos distribuição um pouco mais homogênea, sem grandes disparidades entre as unidades nacionais. Países como a Nicarágua, que anteriormente ocupava a primeira posição, perdeu sua posição para a Venezuela, mas ainda continua com uma porcentagem considerável (30,8%). Já a Venezuela apresenta-se como o país com o

maior índice de mulheres no poder judiciário (43,8%). Equador também merece um destaque positivo, em sete anos mudou significativamente o número de mulheres nas supremas cortes, chegando em 2012 com 42,9%.

A tendência de um modo geral é positiva, ainda que alguns países específicos apresentem trajetória bastante irregular como Honduras. Até 2007 não havia mulheres ocupando tais cargos judiciários neste país, e de forma abrupta, em 2005 passa a registrar o percentual de 60. Essa mudança, todavia, é revertida em 2010, já que em 2012 fecha o ano com 20%. No caso do Panamá, que desde os primeiros dados disponíveis apresentava número próximo à média de presença regional, com o passar do tempo também decaiu e atualmente não possui mulheres nas Supremas Cortes.

De modo geral, os países com maiores porcentagens de mulheres são a Venezuela, Equador, El Salvador, todos com valores acima dos 40%. No lado oposto estão situados, Guatemala, Panamá e Uruguai, todos com níveis abaixo dos 10%, sendo que os dois últimos no ano de 2011 não apresentaram mulheres nas Supremas Cortes.

Como já observado, os dados brasileiros não se apresentaram de maneira significativamente relevante nestes cenários. A participação das mulheres em processos de tomada de decisão, particularmente ao que se refere ao âmbito representativo é baixa, e continua sendo um desafio para a sociedade brasileira. De fato, essa baixa representação política é contrastado com o poder organizativo e articulatório dos movimentos feministas no país, sendo este, considerado um dos mais bem articulados e influentes da América Latina (Sacchet, 2009).

A Tabela 5, a seguir, traz os dados relativos à ocupação de cargos majoritários e proporcionais por mulheres nos anos de 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014. Nota-se que os valores referentes ao número de candidatas são extremamente baixos, apesar de haver uma tendência positiva no crescimento deste nos últimos vinte anos. Em 2014 o número de mulheres em disputa por algum cargo nas Eleições Gerais foi maior do que no último pleito, em 2010. Os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)<sup>8</sup> mostram que no universo de quase 25 mil candidatos em todo o Brasil, 7.407 são do sexo feminino, representando 29,73% do total de concorrentes em 2014. Na Eleição de 2010, eram 5.056 candidatas (22,43%).

---

<sup>8</sup> Dados disponíveis em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-candidaturas-2014/estatisticas-eleitorais-2014>. Acessado em 27 de Julho de 2014, às 19:32.



Tabela 5. Total e porcentagem de mulheres candidatas em cargos proporcionais e majoritários no Brasil, 1994-2014

CARGO	1994	1998	2002	2006	2010	2014
Deputada Estadual	571 (7,17%)	1270 (12,6%)	1638 (14,4%)	1602 (13,9%)	3274 (22,8%)	4320 (29%)
Deputada Federal	181 (6,15%)	353 (10,3%)	492 (11,5%)	628 (12,6%)	1335 (22,2%)	1795 (29%)
Senadora	17 (7,33%)	23 (13,5%)	41 (12,8%)	32 (15,8%)	36 (12,2%)	34 (19,7%)
Governadora	13 (9,70%)	14 (9,2%)	21 (10,3%)	25 (12,7%)	18 (10,6%)	20 (12%)
Presidente	0 (0,0%)	1 (8,3%)	0 (0,0%)	2 (28,5%)	2 (22,2%)	3 (27,2%)

Fonte: TSE Eleições cargo/sexo de 1994, 1998, 2000, 2006, 2010, 2014.

O ano de 2010 contou com nove candidatos para a Presidência da República, sendo duas mulheres. Apesar de não serem as primeiras mulheres a disputarem um pleito pelo cargo, foram as primeiras com reais chances de chegarem o poder. Cerca de 47% dos eleitores votaram na candidata petista Dilma Rousseff (PT) no primeiro turno. No segundo, concorrendo apenas com o candidato tucano José Serra (que recebeu 32,61% de votos no primeiro turno), a candidata foi eleita com 56,1% dos votos. A outra candidata, Marina Silva (PV), recebeu 19,3% dos votos, ficando em terceiro lugar.

Olhando mais atentamente essa última eleição (2010), em relação ao perfil das candidatas, quase metade tinham entre 45 e 59 anos (45,28%) e ensino superior (44,22%)<sup>9</sup>, sendo a região norte a que mais teve deputadas eleitas (15,68%) e, por fim, em termos percentuais, o Partido Comunista do Brasil (PC do B) foi a legenda brasileira que mais elegeu mulheres, totalizando 32,35%<sup>10</sup>.

Em síntese, podemos afirmar que o quadro da sub-representação na América Latina é preocupante, assim como de modo global, pois ainda estamos restritos a porcentagens muito baixas de representação feminina, sendo dispersante citar valores acima dos 30% já que temos uma média em torno dos 20% de mulheres presentes nas estâncias de tomada de decisão. Com isso, fica o questionamento de quais seriam as razões para tal disparidade ou sobre as causas da sub-representação feminina. Na próxima seção procuramos revisar as principais abordagens explicativas para esse grave fenômeno.

<sup>9</sup> Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) - [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)

<sup>10</sup> Para mais informações sobre essa eleição, ver Anexo 1.

## 1.2.

### A multicausalidade da sub-representação

O tema da sub-representação política de determinados grupos que historicamente sofreram opressões e ocuparam posições desvantajosas na sociedade, dentre os quais as mulheres, mais recentemente estruturou um campo pujante de pesquisas no interior das ciências sociais. A multicausalidade da sub-representação feminina no campo político pode ser vista quase como ponto consensual para a maioria dos analistas envolvidos com essa agenda de pesquisas. Processos de socialização bastante longos e fortes constrangimentos culturais se combinam com obstáculos políticos-institucionais e também sociais na configuração de significativas barreiras que impedem ou limitam a presença das mulheres em distintas esferas do poder político. Tais dimensões participariam de uma dinâmica de retroalimentação, ainda que no plano empírico seja viável a sua separação em termos analíticos, já que investigações focalizando todas elas são raras.

A literatura tem apontado uma variedade de fatores que contribuem para esse fenômeno, incluindo as barreiras estruturais, relativas principalmente ao desenvolvimento socioeconômico, as estruturas institucionais, o sistema eleitoral e as políticas de cotas em razão do gênero. Por fim, tratando de uma dimensão mais subjetiva do fenômeno, temos o impacto da cultura política, incluindo a predominância de atitudes tradicionais negativas em relação à presença feminina em cargos responsáveis por tomada de decisões relevantes.

Nos anos 60 e 70, as teorias do crescimento econômico e do desenvolvimento humano passaram a direcionar as pesquisas ao enfatizar que esses dois contextos são as variáveis determinantes na geração de oportunidades dentro do sistema social, mas que se encontravam em um ciclo de retroalimentação, uma vez que a melhoria nas áreas da educação, saúde e lazer se dá por meio do investimento direto no setor econômico. A consequência é o aumento da qualidade de vida dos indivíduos já que se proporciona o acesso dos mesmos a estes setores sem distinção. O reflexo imediato desse ciclo, para o caso das mulheres, seria que tendo mais condições e oportunidades de acesso a todas as áreas da vida social, também,

teriam mais oportunidades de participar da esfera política, vista como um campo de acesso livre para todos, sendo assim reduzido o quadro da sub-representação feminina.

Para essa vertente, em sociedades menos desenvolvidas economicamente onde haveria desvantagens entre classes sociais, sistema de saúde e educacional precários, as mulheres encontrariam maiores dificuldades para romper com as barreiras e chegar às posições de comando. Para confirmar essa teoria, os estudos apontavam que o nível de desenvolvimento socioeconômico estava significativamente relacionado com a proporção de mulheres presentes nos parlamentos nacionais (Reynolds, 1999). Além disso, estudos comparativos sobre democratização nas ex-colônias apontaram que com a expansão da liberdade e melhorias estruturais houve o desenvolvimento da classe média e a consolidação das estruturas democráticas (Rules, 1987; Rules 1988; Norris, 1985; Norris, 1987; Darcy, Welsh & Clark, 1994). Diante de uma sociedade mais democrática demonstrou-se a importância da presença das mulheres para ocupar posições de comando e cargos políticos, pois haveria o aumento de oportunidades devido à abertura e a flexibilização de recursos financeiros, de experiências e de redes de contatos que facilitariam a eleição.

Neste sentido, o crescimento econômico se tornou a “panaceia” dos problemas sociais das mulheres, sendo a solução para a baixa escolaridade, pobreza, segregação no trabalho e na sua participação e representação no sistema político. Ganhou força a ideia de que o crescimento econômico automaticamente beneficiaria as mulheres nas sociedades menos desenvolvidas.

Entretanto, as limitações dessa teoria são muito claras quando se analisa os atuais índices de sub-representação feminina. Como demonstrado anteriormente, a região do globo com menor índice de representação são os Emirados Árabes, como Kuwait, Arábia Saudita, Qatar e Dubai, porém estas nações estão entre os dez primeiros do *ranking* mundial pela renda per capita (GDP)<sup>11</sup>. No caso da América Latina, a Nicarágua aparece nas últimas posições nesse indicador econômico e possui o maior percentual de mulheres no parlamento. Por sua vez, o Brasil que se encontra entre as cinquenta nações com maior renda per capita do mundo, é o país com menos mulheres em seu parlamento. Sendo assim, a teoria do crescimento econômico falha em explicar a maioria das disparidades relativas à proporção de mulheres nos parlamentos nacionais, porque o alto desenvolvimento econômico por si só não destrói os

---

<sup>11</sup>Fundo Monetário Internacional, *World Economic Outlook Database*, Abril de 2012: *Nominal Gross Domestic Product (GDP) list of countries*. Dados para o ano de 2011.

obstáculos que dificultam a participação e representação feminina nas instâncias de tomadas de decisões.

Com isso, o problema da igualdade de gênero e da sub-representação feminina é mais complexo do que a teoria anterior assumia. Em razão dessa insuficiência, explicações alternativas começaram a ser propostas pelos pesquisadores, sobretudo enfatizando a importância das instituições sociais e das estruturas eleitorais na diluição das barreiras que conduzem às diferenças de representação entre os gêneros.

Em relação às barreiras institucionais, para uma grande parte das teóricas feministas as causas remontam às concepções que forneceram as próprias bases para a construção das instituições políticas modernas. Anteriormente, a base dessa estrutura residia nas diferenças biológicas entre homem e mulher e era isto que definia a hierarquia social, todavia, para estas teóricas o fundamento dessa hierarquia está na forma que se deu a construção social e cultural da estrutura de dominação. A desnaturalização destas bases tem seu efeito repercutido não apenas em uma área da vida social, refletindo em todos os espaços em que há relações sociais, em especial no campo político.

De acordo com a análise de Pateman (1993), por exemplo, o modelo metafórico intelectual que esteve subjacente à organização política das sociedades ocidentais –contrato social - fundou-se numa concepção de mundo rigidamente separada entre esfera pública e privada que foi acompanhada e justificada pela atribuição de competências e responsabilidades exclusivas a cada gênero. Nesse modelo, o gênero feminino apareceu, em muitas formulações modernas, identificado explicitamente como aquele que teria a vocação para cuidar da reprodução do mundo privado, enquanto que o masculino, do mundo público. Em outras formulações contemporâneas, longe de desconstruir essa concepção, o silêncio quanto à existência de gêneros contribuiu para a desqualificação política das demandas específicas das mulheres, reforçando a ideia de que seus “assuntos”, próprios da vida privada, não teriam *status* de preocupações públicas.

Relacionada a essa lógica, as teóricas feministas contradizem tal argumento e aderem à afirmação de que “o pessoal é político” (Pateman, 1993), ou seja, deve haver a discussão das relações sociais decorrentes no espaço dito pessoal no espaço destinado a decisões públicas. Portanto, por meio desse raciocínio, a teoria feminista tenta desconstruir os conceitos naturalizados pelo liberalismo contratualista, pautado no princípio da imparcialidade, e

quebrar a dicotomia de que o privado não deve ser trazido ao público já que esta fundamenta a subordinação feminina e a dominação masculina.

O princípio da imparcialidade é fundamentado na racionalidade e essa razão é a base para o poder político, sendo a imparcialidade requisito primordial para que determinados sujeitos atuem no espaço público. Isto se torna ponto de partida para a exclusão de grupos ligados por caracteres emocionais ou emotivos do âmbito público e os direcionado ao âmbito privado, como no caso das mulheres (Young, 1987).

Outro aspecto desse raciocínio, é que os indivíduos ditos legítimos do espaço público são aqueles que se apresentam na vida pública desligados de seus interesses particulares, devido ao processo racional que conseguem efetuar, e assim transcendem para um ponto de vista que enxergue a todos para com isso trazer decisões únicas. O perigo do sujeito transcendental é que para atingir o comum ele desconsidera as diferenças, ou seja, exclui a alteridade em nome do interesse público e leva a heterogeneidade para o espaço privado. A atuação do ideal imparcial é padronizar as diferenças retirando as particularidades de cada grupo, já que o indivíduo em sua totalidade, carregando sua diferença, não pode alcançar o espaço público porque não possui características determinantes para tal atuação (Young, 1987).

As questões femininas, segundo essa lógica de pensamento, não devem chegar ao âmbito público porque se tratam de discussões que não possuem caráter universal desprendidas de interesses. O papel feminino é privado pelo simples fato da mulher não executar o processo racional para conseguir se libertar de seus interesses e chegar de forma imparcial, sem emoção e afetividade, ao espaço público. A ideia que se defende no Estado Moderno é que ao enquadrar os indivíduos de forma igual dentro dos parâmetros, denominados por homens imparciais, seria alcançada a promoção da justiça.

Portanto, a busca da justiça por meio da imparcialidade no âmbito público não atende os requisitos democráticos já que não absorvem em suas decisões as diferenças equivalentes do espaço privado e assim as normas atingem os grupos que estão inseridos dentro das medidas políticas e retira aqueles que não promovem a universalidade. Desse modo, apresenta-se como um conceito contraditório dentro dele mesmo, apenas mascarando por meio do espaço público os conflitos iniciados no meio privado.

Diante disso, a democracia liberal tem justificado a exclusão política como problema do sistema eleitoral e do acesso das pessoas à participação, pois há a predominância da “política de ideias” que sugere o entendimento político como julgamento e debate, e espera que as políticas se desenvolvam em torno de programas e não de pessoas. A discussão contemporânea traz à tona para as democracias liberais os problemas do deslocamento da política que separa entre “quem” e o “que” deve ser representado, pois a política de ideias está sendo desafiada por uma política alternativa, a de presença (Philips, 2001).

Nessa teoria não há ênfase exacerbada na diferença, pois esses princípios também são centrais na democracia liberal, mas sim esclarece o sentimento de exclusão política amplamente sentida por grupos definidos por seu gênero, etnia e raça. A diversidade entendida pelos liberais é a de opinião, crença, preferência e objetivos, que pode estar enraizada na variedade de experiência e combinada com a capacidade intelectual e habilidade de articulação. Por isso, “aqueles que acreditam que os homens têm monopólio das habilidades políticas de articular políticas e ideias não se surpreenderão com o fato de que, na maior parte, os mensageiros sejam homens” (Philips, 2001).

Assim, retorna-se com força a ideia de que uma representação adequada implica uma representação mais correta dos diferentes grupos sociais que compõem a massa da sociedade. Em função disso, as democracias mais contemporâneas tem se firmado na criação de medidas que prezem pela quebra dos laços entre as estruturas sociais de desigualdade. A representação da diversidade não é apenas uma sensível acomodação às exigências da estabilidade política, ela reflete um reconhecimento mais humilde de que nenhum grupo possui o monopólio da virtude (Philips, 2001).

Como analisa Philips (1991), encarnadas no arcabouço jurídico e institucional dos Estados modernos, aquelas concepções são por ele ancoradas e perpetuadas. Por isso mesmo, nessa perspectiva, os dados que comprovam a reduzida presença feminina na política não seriam evidências de que as mulheres sejam menos participativas e possuam menor grau de motivação para se inserir em atividades políticas. Tais evidências, ao contrário, seriam sintomas dos processos históricos e culturais que, cristalizados em instituições, dificultam até os dias correntes sua participação em partidos políticos e suas possibilidades de êxito na competição eleitoral.

Deste modo, o empoderamento feminino começou a ser entendido como uma parte integral do processo de desenvolvimento das estruturas institucionais da política. Passou-se,

então, a enfatizar a necessidade por igualdades de oportunidades e ações afirmativas advindas da reforma das instituições políticas que removam as barreiras e promovam a possibilidade da mulher participar das posições de poder. Por isso, inúmeras democracias adotaram a política de cotas de gênero, e assim, as ações formuladas pelo Estado que estão relacionadas às instituições políticas passam a pautar a consolidação e reafirmam a igualdade de gênero.

As mudanças nas estruturas dos sistemas impactam as condições de vida das mulheres, aceleram o progresso da representação e abrem novas oportunidades de participação. Porém, ao mesmo tempo podem criar um abismo entre o reconhecimento dos direitos formais e a real prática deles, isto porque por mais que haja esse tipo de política ainda há discussões a respeito de suas potencialidades e limites para promover a inclusão feminina nas instâncias de decisão.

Como os dados têm demonstrado, mesmo em democracias que adotaram as políticas de cotas de gênero, as mulheres ainda se mantêm longe de um quadro de paridade de representação. O que nos leva a outro fator relevante dentro da estrutura institucional: o tipo do sistema eleitoral adotado por cada país. Vários dos artigos que compõem o *Dossiê – Mulheres na Política, Mulheres no Poder*, publicados pela *Revista Estudos Feministas*, podem ser inseridos nesse grupo, já que nos alertam para a presença de valores culturais que impõe obstáculos no interior dos partidos à participação das mulheres na política institucional, frustrando os resultados esperados da legislação das cotas.

Essas pesquisas mostram que as candidaturas femininas enfrentam a falta de apoio financeiro e de recursos materiais a suas campanhas no interior dos partidos, mesmo em situações que demonstram reunir maiores possibilidades de obter sucesso na competição eleitoral diante de candidaturas masculinas. Assim, muitas vezes, a discriminação de gênero se sobrepõe à racionalidade que visa ao sucesso eleitoral, indicando que a reprodução de determinadas concepções culturais estruturam, no interior dos partidos, condições desiguais de competição política entre homens e mulheres (Grossi & Miguel, 2001).

Por isso, a estrutura do sistema eleitoral e o formato dos partidos políticos são fatores determinantes para o sucesso de uma candidatura feminina. Assim, sistemas pluripartidários aumentam os pontos de acesso para as candidatas femininas, o que não necessariamente significa mais mulheres eleitas. Deste modo, é possível apontar três bases que podem possibilitar o aumento da representação feminina nos parlamentos: o nível de democratização do país, o tipo de sistema eleitoral e o formato dos partidos políticos (Inglehart & Norris, 2003).

Sobre o sistema eleitoral, segundo a literatura pertinente sistemas proporcionais seriam mais favoráveis às mulheres, seguido dos sistemas distritais mistos. Conforme essa ideia, estes seriam *friendly-systems* em relação às mulheres, pois são sistemas onde haveria incentivos para se apresentar candidatos que representassem as diversas configurações sociais. Outro fator importante para esta questão seria uma competição partidária mais diversificada, combinada com o surgimento de novos partidos, e que tenderia a proporcionar mais oportunidades de ingresso para as mulheres na esfera política (Araújo, 2005).

A eleição de mulheres também é mediada pelo fator organizacional, no que se refere, sobretudo, a sua ideologia e a sua organização. No que diz respeito à dimensão ideológica, as mulheres tem sido bem mais estimuladas à participação por partidos de esquerda, sendo estes, os primeiros a incluir algum tipo de norma interna a ampliar a participação das mulheres, e nas últimas décadas está ocorrendo o “efeito contágio”, ou seja, até partidos conservadores estão incluindo em alguma maneira políticas de gênero (Araújo, 2005).

Outra dimensão que afeta a participação das mulheres é a sua forma organizacional. Existiria nesta, duas dimensões: a institucionalização e a centralização. Sobre isso, Clara Araújo (2005) observa que, quanto mais institucionalizada a dinâmica e o funcionamento orgânico das estruturas internas e dos processos de seleção partidária, e quanto mais apoiado em normas e procedimentos institucionalizados, e menos apoiado em relações de lideranças pessoais, seja na estruturação de seu aparato decisório, ou na prática da seleção de candidaturas, maiores são as chances de que as políticas favoráveis às mulheres venham a ser efetivadas dentro dessas organizações, pois, partidos com alto grau de centralização podem ser pouco maleáveis as dinâmicas regionais e a novos atores, inclusive as mulheres.

As reformas institucionais podem prover importantes percepções sobre as causas da sub-representação feminina nos cargos de tomadas de decisões em diferentes países. Entretanto, ainda há dúvidas quando se observa que reformas institucionais similares em diversos países resultam em consequências totalmente diferentes. Como, por exemplo: por que as políticas de cotas são mais efetivas na Argentina do que no Brasil?

É consensual que as desigualdades encontradas na representação política dos gêneros constituem sérios entraves para a vitalidade das democracias contemporâneas, o que limita e condiciona o desenvolvimento da promoção da igualdade em outras áreas da vida social (Ribeiro, 2011). Mesmo com a reforma estrutural e o reconhecimento formal dos direitos das mulheres, estes ainda se concretizam como ganhos simbólicos e avanços de promoção da



igualdade de gênero. Isto porque somente esses aspectos não são capazes de produzir uma mudança com efeito substancial na sociedade, e isto faz com que essas transformações se tornem fracas com o passar do tempo.

Deste modo, apesar de tanto a teoria do desenvolvimento econômico quanto a da reforma das estruturas institucionais serem essenciais para se construir uma estratégia de combate à desigualdade de gênero, o fenômeno da sub-representação também pode ser analisado por uma abordagem mais subjetiva da situação, na qual se leve em conta as relações constitutivas entre política e cultura.

Tem emergido cada vez com mais força nas ciências sociais análises que consideram elementos culturais ou subjetivos como relevantes para a explicação de processos contemporâneos. Como na pesquisa cujos resultados apresentamos nessa dissertação, consideramos que valores, sentimentos, avaliações e atitudes dos indivíduos que compartilham um mesmo sistema político são relevantes para a explicação dos fenômenos que nele ocorrem, *The Civic Culture* (1963) torna-se uma obra essencial, pois é considerada a primeira tentativa de formulação sistemática e aplicação rigorosa do conceito de cultura política (Ribeiro, 2011) que é entendida nesta obra como “a particular configuração de padrões de orientação em relação aos objetos políticos partilhada por seus membros”, e o estudo desta seria um instrumental analítico para pesquisar as crenças, os valores e as identidades dos diferentes grupos existentes na sociedade (Borba, 2005).

A partir desta ideia, a reduzida presença das mulheres na democracia poderia ser explicada em parte por essa dimensão subjetiva e cultural. Norris (1993 *apud* Araújo, 2001) seguindo esse caminho, entende que

Culturas políticas mais igualitárias tenderiam a ser mais abertas e valorizar a participação das mulheres, ao passo que culturas políticas mais tradicionais seriam mais conservadoras neste aspecto. Vale o registro de que o termo “tradicional” se refere às culturas aferradas a tradição e a hierarquia, independentemente de ser o seu regime político considerado democrático (Norris 1993 *apud* Araújo, 2001, p. 244).

Ao discutir as chances de acesso das mulheres aos cargos de representação política, Clara Araújo (2005) observa que o sistema partidário influencia e é influenciado em grande medida pelo próprio sistema eleitoral e pela cultura política, sendo que as disposições

subjetivas igualitaristas podem vir a ser mais ou menos favoráveis para ajudar a construir um sentido de inclusão em relação às mulheres.

A pesquisa desenvolvida por Simone Bohn (2008)<sup>12</sup>, demonstra que a sociedade brasileira, pelo menos em tese, seria favorável a aceitação a igualdade de gênero no Brasil, rejeitando visões patriarcais do universo político. Apesar dessa difusão ampla de valores que evidenciariam essa aceitação igualitária, haveria uma minoria (12%) bastante resistente a esse princípio, na qual os papéis tradicionalmente associados ao sexo feminino continuam atribuídos – o que acabaria excluindo as mulheres da esfera política<sup>13</sup>.

Para concluir, a sub-representação política das mulheres pode ser identificada como um dos elementos deficitários das democracias ocidentais contemporâneas (Norris, 2011). Diversas abordagens procuram tentar explicar essa sub-representação – teorias, por exemplo, que identificam fatores objetivos ligados à estrutura econômica dos países, ou então a estruturação do próprio campo político. Como apontamos anteriormente, não podem ser excluídos fatores objetivos, como os institucionais, já que desempenham um papel fundamental na configuração de tal sub-representação. Nesta dissertação, todavia, nosso olhar se volta para dimensões subjetivas deste problema.

Com a intenção de contribuir para a compreensão desse complexo fenômeno, apresentaremos nesta dissertação os resultados de investigação que buscou identificar condicionantes das disposições favoráveis (ou contrárias) ao voto em mulheres através dos estudos de cultura política e de comportamento eleitoral. Em termos operacionais, nossa intenção é verificar em que medida sentimentos partidários positivos em relação às legendas mais expressivas nacionalmente, estão relacionados a disposições favoráveis ao voto em mulheres entre os eleitores brasileiros.

Visando oferecer um quadro de referência para a discussão sobre identificação partidária e igualdade de gênero no Brasil, no próximo capítulo argumentaremos que os sentimentos partidários podem ser entendidos como elementos da cultura política, buscando fazer isto a partir da revisão da literatura internacional e nacional sobre o assunto. Posteriormente, sistematizaremos o conjunto de dados obtidos através de três ondas de pesquisas eleitorais, analisando a relação entre medidas de preferência (ou sentimentos) partidária e atitudes a eleição de mulheres para cargos majoritários.

---

<sup>12</sup> A autora utiliza a base de dados do *Latin American Public Opinion Project (LAPOP)*, 2007.

<sup>13</sup> Para mais detalhes ver Bohn (2008).

2.

## PARTIDOS POLÍTICOS E IDENTIDADE PARTIDÁRIA

Há uma extensa bibliografia sobre os partidos, sendo estes uns dos primeiros objetos de análise da ciência política contemporânea (Montero & Gunther, 2007). A sua relevância como objeto atualmente é reforçada em razão da proliferação de uma literatura que reiteradamente tem afirmado o declínio dos partidos como instituições capazes de fomentar a participação e a representação política. É claro que boa parte dos trabalhos na área continua considerando os partidos como instituições cujas atividades são essenciais para o funcionamento da democracia representativa, mas tem ganhado espaço cada vez mais considerável perspectivas dominadas por certo fatalismo acerca do declínio dessas instituições.

Dialogando com as principais correntes que discutem o lugar das instituições partidárias na democracia contemporânea, o presente capítulo se encontra dividido em três seções. Na primeira procura-se esboçar rapidamente o papel dos partidos nos regimes democráticos, opondo duas perspectivas principais, tendo como objetivo mostrar que apesar da adesão dos cidadãos aos partidos terem decaído, tais instituições continuam sendo relevantes. Na segunda seção, trabalha-se mais diretamente com a literatura nacional sobre o assunto, procurando identificar detalhes sobre o processo de estruturação do nosso sistema partidário para apontar suas virtudes e vícios. Aqui também tomamos uma posição clara e procuramos demonstrar que apesar de todos os seus problemas os partidos políticos ainda desempenham um papel fundamental em nossa jovem democracia. Por fim, faz-se uma descrição histórica da formação do sistema partidário brasileiro e uma análise mais específica sobre os partidos selecionados para a pesquisa.

## 2.1

### Os partidos políticos importam?

Uma das questões fundamentais acerca do tema tem sido a relacionada ao papel que desempenham na democracia. Segundo Mair (2003) e Hofmeister & Grabow (2011) essas instituições teriam de cinco a seis funções: integrar e mobilizar os cidadãos; articular e agregar interesses sociais e políticos apresentados pela sociedade em geral; combinar aspectos representativos e processuais na formulação de políticas públicas; recrutar líderes políticos e funcionários para os cargos públicos; organizar o parlamento e o governo; e contribuir para a legitimidade do sistema criando “*links*” entre os cidadãos e o sistema político.

Diante disso, a literatura política recente sobre os partidos nas democracias modernas gravita ao redor de duas proposições fundamentais. A primeira, afirma que “as democracias modernas seriam impensáveis se não houvessem partidos” (Schattschneider, 1942 *apud* van Biezen, 2003, p. 171). A segunda se apresenta como uma crítica a tais instituições, e postula que “os partidos não são mais o que um dia foram” (Schmitter, 2001 *apud* van Biezen, 2003, p. 171). Recorrer à história pode ser algo interessante para compreendermos a força dessas afirmações no contexto recente.

É preciso reconhecer que os partidos enquanto organizações políticas são um fenômeno recente e complexo (Charlot, 1970; van Biezen, 2003), sendo sua presença considerada inicialmente indesejada. Para James Madison (*apud* van Biezen, 2003), por exemplo, unir indivíduos sobre a hipótese de “*some common impulse of passion, or of interest*” era na verdade considerada uma ameaça aos cidadãos. Os partidos eram vistos como incompatíveis com a teoria democrática liberal baseada na filosofia de Locke ou então aos ideais democráticos de Rousseau. A noção positiva de que estes são fundamentais para esta forma de governo, surgiu na democracia de massas, onde estas organizações seriam responsáveis por criarem um *link* entre o Estado e os cidadãos.

A primeira crítica aos partidos aparece em Moisei Ostrogorski (1903) e sua obra *La démocratie et l'organisation des partis politiques*, na qual apresenta um detalhado estudo

comparativo da fundação dos cáucus nos centros urbanos mais avançados da Grã Bretanha e Estados Unidos. De maneira geral, Ostrogorski era a favor da substituição dos partidos de massas, que para ele, negariam aos indivíduos o seu direito de decidir, por associações centradas em temas únicos. Sendo assim, os partidos são concebidos como conjuntos de indivíduos subordinados a instituições e dominados por líderes políticos (Daalder, 2007).

Outra perspectiva crítica se concentra sobre o perigo do “*Parteinstaat*”<sup>14</sup>. Para os usuários desta expressão, os partidos políticos – que em suas análises não eram mais do que meros instrumentos das elites políticas que encobriam seus interesses privados sobre o manto da ideologia – usurpam “os motivos inspiradores das tomadas de decisões estatais” (Daalder, 2007, p. 51-52).

Hans Daalder (2007) acredita haver pelo menos cinco correntes epistemológicas que tratam sobre a crise dos partidos políticos, seriam elas (1) as que negam o papel legítimo dos partidos políticos e que entende (2) essas organizações como uma ameaça para a sociedade sendo denominada como “*la negación selectiva del partido*”; também há (3) teóricos que utilizam a dicotomia “bom-mau” para qualificar os partidos, sendo denominada de “*rechazo selectivo del partidos*”; (4) nesta mesma linha, há a dicotomia “bondade-maldade” para classificar os sistemas partidários, sendo chamada de “*la negación selectiva de los sistemas de partidos*”; e por fim (5) há afirmações que tratam os partidos como fenômenos transitórios, nesta linha os partidos estariam se convertendo em entidades irrelevantes da política democrática na medida que outros atores estão usurpando suas principais funções, sendo chamada de “*la redundancia del partidos*”.

Nessa lógica, para muitos teóricos, os partidos políticos que outrora foram considerados como componentes necessários da democracia, estariam em crise e agora, considerados instituições arcaicas e desatualizadas, sendo dominados por uma classe política dedicada aos seus próprios interesses e que dificulta a renovação democrática (Mair, 2003).

Visto isto, muitas das críticas aos partidos giram ao redor dos seus fracassos enquanto organismos de representação política. Peter Mair (2003) em *Os partidos e a democracia* procura trabalhar com esta questão, e aponta que a argumentação feita por inúmeros teóricos sobre o declínio partidário “é também, num sentido fundamental, enganadora” (p. 277). É possível resumir o argumento do autor do seguinte modo: para as funções que os partidos

---

<sup>14</sup> Expressão que significa: Estado de Partido, a título de referência bibliográfica complementar, consultar Manuel Garcia Pelayo, *El Estado de Partidos* (Madri: Alianza Editorial, 1986).

desempenham, e se espera que desempenhem, mudaram de uma ação principalmente representativa para uma ação governativa. Em suas palavras,

Devido a uma série de razões, incluindo mudanças na natureza da democracia, bem como mudanças tanto nos próprios partidos como na sociedade, em geral, os partidos dão-se conta da sua crescente incapacidade para funcionarem como agentes de representação. A época do partido de massas acabou e, tanto quanto podemos prever, dificilmente poderá ser recuperada. Ao mesmo tempo, contudo, os partidos desempenham de fato um papel de importância — e talvez de crescente importância — na gestão da democracia. Assim, se bem que o papel representativo dos partidos possa estar em declínio, o seu papel procedimental continua a ser tão essencial como antes. Um dos modos pelos quais os partidos poderão garantir o seu futuro será enfrentando e aceitando as suas novas circunstâncias e procurando enfatizar a sua legitimidade como garantia de uma forma de democracia abrangente, transparente e responsável (p. 278).

E um dos principais indicativos dessa crise, segundo esse autor, seria a transformação dos partidos em “organizações sem membros”, com a acentuada redução do nível de filiados. Esse declínio não estria restrito apenas as taxas de a filiação, mas também á capacidade de atrair a atenção e o afeto das massas, e de forma substancial, na participação eleitoral.

Para Mair (2003) há quatro aspectos envolvidos na erosão gradual das identidades partidárias. O primeiro destes aspectos resulta em parte da erosão dos perfis eleitorais, isto é, à medida que as antigas distinções entre os grupos de eleitores começaram a se dissiparem, os partidos começaram a partilhar eleitores entre si. Um segundo aspecto faz referência aos governos e aos partidos que começaram a sentir um efeito maior de limitações às suas capacidades de manobra política, os partidos estão se vendo obrigados a compartilhar seus programas e políticas, e uma vez no poder, se vêm obrigados a compartilharem a sua implementação. O terceiro aspecto faz referência a dificuldades que os partidos políticos têm para se distinguirem uns dos outros, já que os elementos que serviriam para diferenciar um conjunto de identidades organizacionais agora não existem mais. Por fim, o último aspecto abordado por Mair (2003) é a perda da identidade estratégica partidária, já que segundo esse autor, as últimas décadas foram marcadas por uma promiscuidade política.

Essa cadeia de argumentos sugere que estaria se tornando cada vez mais difícil para os eleitores encontrarem diferenças significativas em termos de ideologia ou de objetivos entre os diferentes partidos ou ainda entenderem essas diferenças como particularmente relevantes para as suas necessidades e problemas. Em outras palavras, perante o esbatimento das identidades partidárias e das transformações ao nível das funções e dos modos de organização e apresentação dos partidos, os eleitores teriam cada vez mais dificuldades em entendê-los como representantes dos seus interesses e preocupações.

O autor chega à conclusão de que os partidos estariam em declínio apenas na ótica da representação, sendo substituídos, pelo menos parcialmente por outros organismos, ao passo que as funções processuais foram preservadas, chegando a adquirir uma relevância ainda maior, e ainda que, os partidos enquanto tais não declinaram, mas modificaram-se e encontram-se hoje ainda mais ligados com as instituições, porém, menos vinculados com os cidadãos.

Paul Whiteley (2011), observando o declínio da adesão dos eleitores aos partidos políticos, propõe algumas hipóteses para explicar esse fenômeno. A primeira delas é a de que o Estado estaria sufocando a atividade voluntária, abalando a participação dos cidadãos em partidos políticos e transformando os eleitores em “burocratas estatais não pagos” (p.22). Outra questão apontada é que, como em algumas democracias, os partidos podem contar com o financiamento de suas atividades, têm assim pouco interesse e incentivo para recrutar membros por razões financeiras.

Na segunda hipótese, Whiteley (2011) argumenta que os partidos estariam perdendo seus ativistas e membros por causa do surgimento de outras formas de participação política que tiveram suas origens na sociedade civil e nas mudanças tecnológicas. Para o autor, se as pessoas veem tais outras formas de participação como mais efetivas do que as formas tradicionais, isto explicaria, em parte a diminuição da participação partidária. O argumento central é que em muitos países, os níveis de filiação partidária e suas organizações caíram significativamente, questionando assim a viabilidade das estruturas institucionais baseadas na participação dos cidadãos. Com isso, houve uma queda no peso que os partidos tinham, em razão do crescimento de um novo tipo de eleitorado que agora busca a representação através de outros meios.

Essa proposição de Paul Whiteley pode estar vinculada aos estudos de Inglehart sobre a *síndrome de valores pós-materialistas*, iniciados com a publicação de *The Silent Revolution*

(Inglehart, 1981). Nesta perspectiva, as nações pós-industriais ou de capitalismo desenvolvido, estariam passando por uma mudança expressiva nas prioridades individuais e coletivas em direção a metas pós-materiais que retiram o foco de questões relativas à sobrevivência física e material (Ribeiro, 2011).

Inglehart (1981) aponta a existência de associação entre desenvolvimento econômico e tais mudanças nos sistemas de normas e valores. O desenvolvimento material aumentaria a produtividade do trabalho, que levaria a especialização ocupacional, elevando os níveis educacionais e de renda, e em longo prazo, causaria mudanças culturais que impactariam diretamente com as relações de gênero, por exemplo, ou ainda as disposições à autoridade. No campo político provocaria mudanças de comportamentos e atitudes, que estariam associados à emergência de novas demandas por participação e o desenvolvimento de uma cidadania mais ativa e crítica.

Neste sentido, com maior escolaridade e melhores condições físicas e econômicas de existência, alguns indivíduos teriam adotado valores pós-materialistas que entraram em confronto com as ideologias tradicionais de muitos partidos. Estes pós-materialistas teriam seus interesses melhor representados por movimentos sociais e grupos de interesses centrados em questões específicas. Acredita-se que tendências como esta, debilitaram os vínculos entre os partidos e os cidadãos, que se evidenciam em menores níveis de identificação partidária e no aumento dos níveis de insatisfação e confiança nessas instituições.

Dalton e Wattenberg (2002 *apud* Veiga, 2011a) também analisam o enfraquecimento da relação entre os eleitores e os partidos, e observa três justificativas: a primeira delas verifica que o vínculo partidário estaria associado à escolaridade e a maior disponibilidade de informações políticas (essa noção retoma a importância dos valores pós-materialistas), logo os indivíduos estariam mais bem informados e dessa maneira mais independentes dos partidos para a tomada de decisões; a segunda faz referência a crescente influência da mídia sobre o controle da divulgação que antes era repassada à população pelos partidos; e por último, mudanças e novas técnicas de campanhas e de pesquisas de opiniões, que estariam alterando a prática da política.

Essa breve revisão de estudos críticos revelaria a existência de clara posição acerca da incapacidade dos partidos políticos como instituições capazes de representação política. Montero & Gunther (2007) acreditam que há no momento, pouco esforço dos pesquisadores atuais no desenvolvimento de uma teoria rigorosa e convincente sobre os partidos, pois a



maioria estima que um estudo sobre tais instituições, seria uma perda de tempo e irrelevante para o desenvolvimento de uma teoria política do cenário atual.

A recente produção crítica aos partidos, de forma geral, está estruturada em como essas instituições estariam organizadas e nas falhas performáticas destas nas funções tradicionalmente associados a elas. A percepção atual dominante aponta que essas organizações não são mais consideradas canais representativos, o que estimularia o debate acerca do seu “declínio”.

Destoando dessas análises fatalistas, Dalton, Farrell & McAllister (2011) propõem a reavaliação das ligações entre os cidadãos e os partidos. Um dos argumentos dos autores é que a crise pelas quais tais instituições estariam passando tem sido superestimada, pois não se considera o fato de que os partidos políticos são mutáveis, e tem a capacidade de se adaptarem as mudanças sociais e políticas.

Esses autores em *Political Parties and Democratic Linkage* (2011) demonstram que houve um aumento do número nos partidos políticos nas democracias estabilizadas e defendem que “*political parties are still the central actors in democratic politics, still structure electoral competition, and still manage the activities of government in the most democracies. Reports of their death seem greatly exaggerated*” (p. VIII). E suas conclusões foram que (1) os partidos políticos continuam dominando o processo eleitoral e continuam sendo importantes “forças mobilizadoras”; (2) os cidadãos pensam sobre si mesmos em termos de esquerda-direita; (3) e essas orientações afetam fortemente a escolha dos eleitores; e (4) que o controle do partido sobre os governos, levam a políticas previsíveis que refletem as prioridades de seus eleitores.

Haveria, nesta perspectiva, cinco formas de *links* através dos quais os partidos continuariam promovendo a conexão entre os cidadãos e sistema político, estrutura o que os autores denominam de *Responsible Party Model*: 1) Recrutamento de cidadãos interessados e condução do processo eleitoral (*Campaign linkage*); 2) Mobilização de votos (*Participatory linkage*); 3) Fornecimento de informações sobre políticas e apresentação de alternativas que estruturam as preferências políticas dos votantes (*Ideological linkage*); 4) Estabelecimento de congruência entre as preferências dos eleitores e a composição ideológica do parlamento e governo (*Representative linkage*); 5) Cumprimento com as políticas que são advogadas pelo partido no governo (*Policy linkage*) (p.7).

Estes teóricos procuram evidenciar que os partidos são essenciais para a democracia representativa e que eles continuam promovendo a função de “*linkage*” entre os cidadãos e o Estado. Ou melhor, apesar da imagem pública dos partidos estarem desgastada sobre o viés da representação, essas instituições ainda desempenham essa função razoavelmente. Nesse viés, quando todas as conexões (*Responsible Party Model*) são fortes, supostamente o sistema partidário e o governo representativo funcionariam bem a sua deterioração faria com que todo o sistema político sofra.

É importante destacar ainda nesta perspectiva que enquanto muitos especialistas discutem o declínio das instituições partidárias, os autores citados procuram demonstrar que os partidos continuam mobilizando sua base eleitoral e que eles desempenham um papel fundamental nesta questão.

Considerando essa defesa dos partidos como instituições relevantes, entretanto, uma questão permanece: quais seriam as bases da adesão de alguns indivíduos aos partidos?

Os estudos da identificação partidária (IP) se tornaram essenciais para explicar tal questão, de modo que os níveis de identificação servem como recurso para avaliar a intensidade e medir o quão institucionalizado é um sistema partidário dentro da democracia. Para Dalton (2013) identificação partidária é um padrão de fidelidade de longo prazo, relacionado ao apego afetivo e psicológico a um partido político preferido.

Esse autor observa que os laços partidários determinariam a relação entre o comportamento político dos indivíduos e os sistemas partidários, orientariam suas atitudes em relação à política e atuariam como balizadores na assimilação de informações políticas, na interpretação de questões políticas e na tomada de decisões políticas. Além disso, tais laços contribuiriam para a mobilização/participação em partidos e eleições e se constituiria em fonte de estabilidade política ao indivíduo e ao sistema partidário, uma vez que moldaria as imagens da política partidária, das eleições e do processo democrático representativo em si (Dalton; McAllister & Wattenberg, 2003; Dalton 2013).

Dentre as correntes que procuram explicar a identificação, destacam-se a sociológica, a psicológica e a racional (Borba, 2005; Veiga, 2007). A primeira teoria utiliza uma abordagem macro para explicar o comportamento dos indivíduos, enfocando que as condições sociais que constituem o contexto no qual as instituições, as práticas, as ideologias, e os objetivos políticos se formam e atuam. O fundamental nesta corrente é o contexto em que os

indivíduos atuam e no qual as principais variáveis explicativas seriam as socioeconômicas, as demográficas e as ocupacionais e tendo como principal preocupação mostrar que tais variáveis possuem relação com o comportamento eleitoral (Borba, 2005).

A segunda teoria (explicação psicológica) busca interpretar o comportamento político a partir das motivações, percepções e a atitudes dos indivíduos em relação ao mundo político. Essa abordagem não negaria o impacto de fatores macroestruturais sobre o comportamento eleitoral dos indivíduos, mas destacam que esses fatores somente não explicam tudo. Sendo assim, o fundamental é pesquisar as opiniões, pois através delas pode-se prever a preferência dos indivíduos por um partido político que defendesse as mesmas ideias e prever qual seria sua atitude em termos de destino do voto (Borba, 2005). Nesta segunda vertente, a identificação partidária seria forjada em bases afetivas no processo de socialização, sendo assim, “uma vez formada, a identificação partidária tende a se tornar estável, ou seja, os eleitores que têm identificação partidária (IP) em graus variados, inclinam-se a ‘ver’ a política e orientar suas ações numa direção partidária”<sup>15</sup>, com isso temos que as IPs influenciam opiniões e atitudes dos eleitores (Ribeiro, Carreirão & Borba, 2011).

Por último a teoria da escolha racional interpreta a IP como um meio utilizado pelo eleitor para diminuir os custos da obtenção e processamento de informações políticas. Ainda, os partidos (e as ideologias) seriam referenciais que os eleitores usam para diminuir os custos de obtenção e processamento das informações políticas necessárias para a tomada de decisão. Ou melhor, se um partido se comporta em conformidade com seus interesses, o eleitor se utiliza desse conhecimento prévio para decidir seu voto. Não se tratando de uma relação afetiva ou normativamente fundada.

Paul Whiteley & Seyd (2002) sobre o assunto analisa que

Party identification is seen as a long-term psychological attachment by voters to one or another of the major political parties, and it is the most enduring feature of their political attitudes and beliefs. Parties represent certain values and policy goals in the public’s mind and also are perceived as being capable of affecting the world in ways that matter, such that they organize the voter’s choice at election times. The existence of partisanship allows voters to hold the government of the day accountable for public policies, since that government must inevitably be a party government. In

---

<sup>15</sup> Figueiredo, 1991, p.37.

addition, partisanship creates a process of selective perception that acts as a filter and selects information that tends to reinforce party attachments over time (p.171).

Para esses autores a participação em partidos pode ser de baixa ou de alta intensidade. O envolvimento de baixa intensidade se efetivaria na doação de dinheiro para as campanhas e no voto nos candidatos dos partidos, enquanto o engajamento de alta intensidade implicaria no trabalho efetivo nas campanhas, no levantamento de recursos financeiros, sendo então atividades desenvolvidas por indivíduos totalmente envolvidos com os partidos. Essa última forma de participação é influenciada pelo sentimento de eficácia de grupo e pela crença de que o partido pelo qual o indivíduo se identifica é eficaz em alcançar seus objetivos políticos, sendo este um aspecto da “cultura cívica” que motivaria os indivíduos a se envolverem na política.

É notável que os partidos e as novas democracias estejam enfrentando alguns problemas. Estes desafios estão forçando tanto os partidos quanto as democracias a adaptarem-se, o que facilitaria o aparecimento de novos tipos de partidos, por exemplo, ligados aos movimentos sociais. Mas é importante destacar que em nenhuma democracia, eles desapareceram ou foram substituídos por outras organizações (como grupos de interesses, movimentos sociais, etc.) ou práticas institucionais (volta da democracia direta).

Visto isto, a partir da literatura nacional sobre o tema, discutiremos na próxima seção o papel destas organizações partidárias no Brasil. O objetivo é demonstrar que em nosso contexto, apesar de todos os seus problemas, os partidos políticos possuem um papel relevante, principalmente enquanto agente estruturador das escolhas eleitorais e atitudes políticas entre os cidadãos.

## 2.2

### Papel dos Partidos Políticos no Brasil

Um dos aspectos mais importantes da natureza de uma democracia é a ligação dos eleitores aos partidos políticos (Dalton, McAllister & Wattenberg, 2003). Na seção anterior trabalhamos com duas teorias sobre os partidos: uma que fazia menção ao declínio destas instituições enquanto organizações de representação política, e outra que procurava mostrar que os partidos são mutáveis, e ainda seriam capazes de promover esse *link* entre Estado e indivíduos.

A desconfiança com relação à possibilidade de sucesso dos partidos aparece também com força na literatura brasileira, com a maioria dos trabalhos procurando examinar que fatores contribuíram para essa desconfiança e desencanto. Reiteradamente pesquisadores e ensaístas têm afirmado que as instituições democráticas nada mais são do que uma farsa destinada ao eterno fracasso (Balbachevsky, 1992). A imagem corrente é de que os partidos políticos encontram-se em um processo de estagnação, agravados por percepções negativas dos cidadãos e pela sua perda de eficiência como mediador (Baquero & Linhares, 2011). Em síntese, os partidos não estariam à altura das expectativas dos indivíduos.

A ineficácia na resolução de problemas essenciais de natureza material teria gerado descontentamento das pessoas com a situação social, que se materializaria em atitudes e comportamentos de desvalorização das instituições da democracia representativa (Baquero & Linhares, 2011). Para Kinzo (2001) esses elementos se combinariam para formar um pessimismo geral que tem se alastrado e que acabam obstaculizando os avanços democráticos. Logo, a população brasileira teria se desapegado das instituições democráticas, sobretudo em razão de fatores como a

[...] ineficácia dos governos em tratar de solucionar os problemas econômicos e sociais que afetam a porção majoritária da população brasileira, a onda de denúncias de práticas de corrupção em órgãos públicos,

envolvendo lideranças políticas importantes, e a sensação de insegurança resultante não apenas da violência urbana, mas também de instabilidade econômica de várias naturezas [...] (Kinzo, 2001, p.2).

A partir desta configuração problemática, especialistas apontam o aparecimento do que chamam de antipartidarismo, que no Brasil se manifestaria em atitudes críticas em relação aos partidos e na contestação à sua atuação no sistema político. Existiriam quatro formas de antipartidarismo: (1) contestação total, fundamentada no princípio de que os partidos não são mais necessários para o funcionamento do sistema político democrático; (2) críticas aos partidos existentes, ou seja, ainda que se reconheça a importância de sua existência, questiona-se o seu comportamento; (3) o antipartidarismo cultural, que se refere a atitudes de cinismo em relação à utilidade dos partidos e dos políticos nos sistemas democráticos; e (4) o antipartidarismo relativo, que se refere a atitudes adotadas pelos cidadãos em resposta a sua insatisfação com o comportamento das elites políticas e dos partidos (Poguntke, 1996; Poguntke & Scarrow, 1996; Torcal, Montero & Gunther, 2007; Baquero & Linhares, 2011).

Na concepção de Baquero & Linhares (2011), no Brasil, a combinação entre a persistência de problemas de natureza material e social, a ineficácia das instituições em resolver tais mazelas e a frequente identificação de casos de corrupção de atores políticos relevantes estariam configurando no país o que os autores chamam de antipartidarismo cultural. Os portadores desse tipo de orientação, ao invés de buscarem soluções para o fortalecimento das instituições, se voltam para líderes ou grupamentos cujos atributos carismáticos são proporcionais a sua capacidade de se impor sobre as instituições e deslegitimá-las, criando assim um círculo vicioso.

Logo, os partidos que até então eram considerados organismos de catalisação da participação política, encontram-se sofrendo com baixos índices de confiança entre os brasileiros. Diante desse quadro, Kinzo (2005) explica que os eleitores brasileiros estariam tendo dificuldade de identificar os partidos como atores distintos, o que indica que as diferentes legendas estão encontrando dificuldades para fixar sua marca junto ao eleitorado. Silveira (1996 *apud* Carreirão & Kinzo, 2004) afirma que:

[...] atualmente a identificação partidária é um fator importante da decisão eleitoral somente no caso do pequeno grupo de eleitores mais envolvidos

com política. A grande maioria de eleitores desprovidos de informação e saber político, que não exercem qualquer tipo de participação e encontram-se distantes do mundo da política, não reconstruiu identificações partidárias duráveis. A maior parte das novas identificações estabelecidas nos últimos processos eleitorais é pontual, fugaz, e formada em função da imagem dos candidatos (p.140).

Essa dificuldade de diferenciação por parte dos eleitores se combina com um forte componente de aceitação de lideranças carismáticas em nossa cultura política, sobretudo de orientação populista. Visto isto, Kinzo (2005) acredita que a alta volatilidade eleitoral<sup>16</sup> é consequência das transformações no ambiente eleitoral, principalmente com no impacto das mídias nas campanhas, resultando numa disputa centrada nos atores e não mais nos partidos.

Essa “nova” estruturação estaria auxiliando a dissipar as distinções entre os partidos, tornando difícil para alguns eleitores formarem suas lealdades partidárias, ou seja, a personalização estaria dificultando nacionalmente a criação de IPs (Identificação Partidária). No Brasil, entretanto, a taxa de preferência partidária não cresceu<sup>17</sup>, e o que é pior, está apresentando uma tendência de declínio. Isto é uma clara indicação de que as campanhas eleitorais não se centram nos partidos como atores distintos e que os eleitores estariam expostos a uma disputa entre as candidaturas individuais, dificultando o desenvolvimento dos laços partidários.

Também é necessário observar que o baixo índice de lealdade encontrado no nosso sistema depende da informação disponível sobre os partidos. Conseqüentemente, o baixo interesse pela política por parte do eleitorado brasileiro, associada à disputa eleitoral personalista, parece explicar de maneira mais competente a pequena taxa de partidarismo no Brasil do que qualquer sentimento de rejeição à política partidária. Kinzo (2005) conclui que a visibilidade dos partidos, essencial para o desenvolvimento da identificação partidária, pode ocorrer apenas se os partidos forem muito bem organizados e tiverem uma clara estratégia

---

<sup>16</sup> Este índice mediria os diferenciais na distribuição do apoio eleitoral entre os partidos entre uma eleição e a seguinte (Pedersen, 1990; Bartolini & Mair, 1990 *apud* Kinzo, 2005). A lógica do índice está no fato de que quanto mais baixa for a volatilidade eleitoral, maior a probabilidade de que os partidos estabelecidos tenham algum papel em determinar as preferências, independentemente do apelo de um candidato particular do partido, de questões políticas específicas ou de qualquer outro acontecimento inesperado. Em contrapartida, a persistência de altos níveis de volatilidade é um sinal de que os partidos não conseguiram se enraizar junto ao eleitorado, a fim de assegurar um nível razoável de apoio popular. Isto seria uma indicação de falta de estabilidade do sistema partidário (Kinzo, 2005, p 66-67).

<sup>17</sup> Ver Anexo 2.

para construir um perfil diferenciado, isso explicaria, por exemplo, a liderança do Partido dos Trabalhadores (PT) em termos de identificação entre o eleitorado nacional<sup>18</sup>.

Prosseguindo nesta discussão, uma questão central no debate sobre os partidos políticos é, então, relacionada à identificação partidária. A tese fundamental que procuramos trabalhar é o fato de que apesar dos baixos índices de preferência partidária e da crise na qual os partidos se encontram, eles ainda se constituem como fontes importantes de adesão dos indivíduos, sendo assim, esta pesquisa se baseia nos eleitores partidários, para quem a natureza da IP não mudou, mesmo que ela esteja “circunscrita a uma parcela menor do eleitorado, [...] recorta na população o conjunto de eleitores disponíveis para a participação política, para quem a competição partidária alcança algum significado subjetivo próprio” (Balbachevsky, 1992, p. 140)

O partidarismo pode ser considerado como uma heurística que os indivíduos usam para dar senso à política, que concede estrutura e significado aos sistemas de crenças individuais e proporcionam um conjunto de percepções que ajudam os cidadãos a organizarem as complexidades da política, e também contribui como estímulos para o envolvimento do público em campanhas e eleições (Samuels & Zucco, 2012; Dalton, McAllister & Wattenberg, 2003), ou melhor, “qual a posição que o *meu* partido toma nesta questão” (Dalton, McAllister & Wattenberg, 2003, p. 295-296, grifo do autor).

Permanece, então, uma questão a ser examinada: o quão efetivo os partidos políticos são em seu papel de orientar os cidadãos na decisão do voto, de estruturar opiniões e atitudes. Alguns estudos sobre a temática apontam que as preferências dos eleitores com relação aos partidos tendem a não ser mais estruturadores do voto (Paiva & Tarouco, 2011), e outros observam que mesmo que os partidos de fato não estejam internalizados em termos de identidade partidária, ao menos no que concerne a estruturação de voto para presidente há uma divisão clara do eleitorado entre as duas principais organizações partidárias brasileiras (Braga & Pimentel Jr., 2011) e que estas IPs influenciam opiniões e atitudes (Ribeiro, Carreirão & Borba, 2011).

A pesquisa desenvolvida por Maria do Socorro Braga e Jairo Pimentel Júnior em 2011, intitulada *Os partidos políticos realmente não importam?* contrasta com a corrente

---

<sup>18</sup> Para Kinzo (2005) o PT pôde se beneficiar de ser reconhecido como única organização de massa no Brasil, e conseguiu construir uma base eleitoral forte se apresentando como um partido de esquerda e como um partido de oposição.



crítica interacional e nacional que tende a afirmar a irrelevância dos partidos. Esses investigadores partem de uma constatação bastante simples para defender a relevância dessas instituições: no cenário nacional, ao menos para as eleições presidenciais, a competição eleitoral tem se estruturado em torno de duas agremiações partidárias, do PT e do PSDB.

Para esses autores o partidarismo é um forte componente para a decisão eleitoral da disputa presidencial brasileira, podendo ser mensurado através de indicadores de simpatias eleitorais, que seriam subprodutos do histórico de disputas e da implementação de projetos políticos dos partidos. Braga & Pimentel Jr (2011) acreditam que mesmo que os eleitores não saibam se preferem determinadas linhas partidárias, seja pela distância e aversão que possuem em relação à política, ou ainda pelo baixo conhecimento acerca das legendas, a convivência com elas marca subjetivamente as preferências ano após ano, eleição após eleição, estabelecendo inclinações que fomentam e enquadram a realidade político-eleitoral.

Nesta mesma linha, Ednaldo Ribeiro, Yan Carreirão e Julian Borba (2011) propõem uma medida integrada de sentimentos partidários (uma espécie de índice) resultado da combinação de duas variáveis geradas pelas seguintes questões: 1) existe algum partido que representa a forma como o(a) Sr.(a) pensa? e 2) existe algum partido que o(a) Sr.(a) goste?. A partir disto realizam uma série de análises multivariadas com o objetivo de verificar o impacto desse índice sobre diferentes atitudes políticas (democratismo, estatismo, igualitarismo) e também sobre o comportamento eleitoral dos brasileiros.

As conclusões a que estes autores (Braga & Pimentel Jr, 2011; Ribeiro, Carreirão & Borba, 2011) chegam indicam que os partidos políticos importam para explicar o comportamento eleitoral dos brasileiros e que as simpatias eleitorais são importantes condicionantes das escolhas eleitorais. Além disso, observam que os sentimentos partidários, especialmente para os partidos PT e PSDB, estavam sim relacionados a atitudes e comportamentos.

Concluimos nesta seção que apesar das análises fatalistas relacionadas aos partidos políticos, causados em parte pelo baixo interesse de uma parcela da população e também por traços populistas de nossa cultura política, dados de recentes pesquisas sobre comportamento eleitoral mostram que os partidos se constituem um importante atalho informacional para os eleitores, pelo menos nas eleições nacionais e que a ligação subjetiva entre eleitores e essas instituições existe de maneira consistente quando são analisadas importantes atitudes e valores.

Visto isso, na próxima seção buscaremos fazer uma breve retrospectiva sobre o processo de formação e estruturação dos partidos políticos nacionais, dando ênfase ao Partido dos Trabalhadores (PT), ao Partido da Social Democracia Brasileiro (PSDB), ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e ao Partido Verde (PV), agremiações escolhidas para a análise.

## 2.3

### Formação e estruturação dos partidos no Brasil

Nas seções anteriores discutimos duas perspectivas sobre os partidos políticos, a saber, uma que enfatizava o declínio e estagnação agravado por percepções negativas do cidadão e outra defensora da relevância dessas. Nesta terceira seção trabalharemos com a sua dimensão organizacional, já que, a compreensão da especificidade na formação dos partidos políticos no Brasil é uma condição necessária para entender relação entre essas instituições e os eleitores.

Para Bizzarro Neto (2013) estudar a dimensão organizacional nos ofereceria respostas a, por exemplo, como um partido político se estrutura, quais recursos mobiliza, como ocupa o território, quais os candidatos, as elites e os membros que ele seleciona, e como soluciona as disputas internas. As respostas a estas questões ofereceriam, segundo esse autor, importantes evidências para a compreensão global do fenômeno partidário brasileiro. Nosso objetivo nesta seção é abordar a trajetória dos quatro partidos selecionados para a análise: PT, PMDB, PSDB e PV. Sendo que nesta seção procuraremos, ainda que brevemente, fazer uma revisão sobre o processo de formação e estruturação dos partidos políticos no contexto nacional.

É necessário entender primeiramente que a história da política brasileira é marcada por um passado de instabilidade política e econômica, que obstaculizou a formação uma cultura política democrática que acabou propiciando a socialização de valores de distanciamento e apatia entre os eleitores. (Baquero, 2001).

Os partidos políticos no Brasil tiveram sua gênese nas projeções de alianças familiares rurais, coroada por elites urbanas (Chacon, 1981), sendo o Estado dominado por procedimentos clientelísticos, personalistas e corporativistas (Baquero, 2001). A sociedade e a política brasileira nasceram, então, influenciadas pela pirâmide familiar, e o “caudilhismo e, posteriormente, o coronelismo, que implicavam a existência de lideranças carismáticas, substituíam a racionalidade dos interesses individuais e estabeleceram a matriz sobre a qual a organização social e as fundações da política e do estado foram delineadas” (*idem*. p. 100).

A “pré-história” dos partidos brasileiros começou um pouco antes da independência de nosso país. Naquela época, como em muitos outros países, a palavra “partido” e “facção” eram malvistas (Chacon, 1981, p. 23), apesar disto, em 1921 o periódico *A Malagueta* enumerava facções pré-partidárias agindo no Rio de Janeiro: os Constitucionais (centro), os Republicanos (esquerda) e os “Corcundas”<sup>19</sup> (direita); mais tarde o *Correio Braziliense* referia-se ao primeiro partido do Brasil, o Partido da Independência.

Para Oliveira Torres (1964) a “abdicação foi o ponto de partida para a vida partidária brasileira [...]” (*apud* Chacon, 1981). Depois de 7 de abril de 1831 houve a divisão do grupo político em dois partidos: o Partido Liberal e o Partido Conservador. Os “exaltados”, juntamente com os republicanos e os revolucionários, agruparam-se em torno do Partido Liberal, enquanto os partidários da Constituição foram o núcleo do Partido Conservador. Os reacionários (corcundas) desapareceram com a morte de D. Pedro.

Ainda assim, os primeiros partidos brasileiros “reconhecidos”<sup>20</sup> foram o Liberal e o Conservador que se consolidaram no Segundo Reinado (1840-1889), sendo na época o regime bipartidário. Para Braga (2009) ambos os partidos possuíam uma base social parecida, uma vez que os membros eram provenientes da mesma origem social, representando o interesse das elites econômicas, a diferença se dá apenas em que tipos de interesses de classe que defendiam; enquanto o primeiro propunha a defesa dos interesses dos senhores rurais e das camadas médias urbanas, o segundo defendia os interesses dos grandes proprietários rurais escravocratas, dos ricos comerciantes e altos funcionários do governo.

Os Liberais estavam insatisfeitos com as tendências autoritárias do primeiro Imperador, opunham-se ao grande poder conferido ao governo central, por meio do Poder Moderador e pregavam maior autonomia das províncias, entre outras bandeiras. Já os Conservadores, defendiam o centralismo monárquico e confiavam nas instituições centrais como única arma contra os riscos da anarquia e desagregação do país (Braga, 2009).

O debate na época girava em torno do grau de centralização política existente, intensificando-se em 1870, quando surgiram os grupos republicanos, pregadores do

<sup>19</sup> “Corcunda” ou “Carcunda” era sinônimo de restaurador, regressista, reacionário, saudoso ativista do retorno do domínio colonial português (Chacon, 1981)

<sup>20</sup> A bibliografia referente aos partidos brasileiros, segundo Bentivoglio (2010), pode ser dividida em duas posições: De um lado encontram-se os autores que defendem a existência dos Partidos Liberal e Conservador, e do outro, aqueles que acreditam na inexistência de partidos naquela conjuntura. Essa segunda posição ao considerar os aspectos organizacionais mínimos, não podiam ser considerados partidos. Para Arinos de Melo Franco (1974) o que existia na época, eram simples facções. Para mais detalhes: Bentivoglio (2010) ou Braga (2009).

federalismo. Em meados dos anos 70 surgiu o pequeno Partido Republicano que se organizou e iniciou oposição ao regime monárquico (Carvalho, 1981), publicando em dezembro o *Manifesto Republicano*, que entre outras coisas considerava o regime monárquico “uma instituição decadente”.

É necessário destacar que foi a partir deste período em que se superou o preconceito contra os partidos políticos e começou a se estabelecer a ideia de que a “principal necessidade política na época era a liberdade de eleição” (Chacon, 2009). Para Chacon (1981) o aperfeiçoamento eleitoral iniciado na época foi freado quando a República passou das mãos dos jacobinos, civis e militares, para as mãos das oligarquias comandadas pelo Partido Republicano Paulista (PRP).

A ausência de uma unidade nacional no movimento republicano colaborou para a formação de partidos republicanos estaduais, tais como o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Republicano Mineiro (PRM). O poder centralizado no Império foi transferido para as antigas províncias agora transformadas em estados. Carvalho (2001) viu essa transferência como um fato positivo, pois proporcionou a aproximação do governo e da população, apesar dessa última se reduzir basicamente às elites locais, facilitando a formação de sólidas oligarquias estaduais.

O Brasil passou por um período chamado “*República do Café com Leite*”, no qual os Estados de São Paulo (liderado pelo partido PRP) e Minas Gerais (com o partido PRM) se revezavam no poder. Para Braga (2009) o fortalecimento dessas oligarquias rurais contribuiu para o *coronelismo*, já que em síntese formou um

[...] sistema da reciprocidade: de um lado, os chefes municipais e os “coronéis”, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça (Leal, 1993, p. 43).

Deste período é importante destacar a dificuldade na criação de partidos políticos nacionais. Braga (2009) afirma que a estrutura regional e oligárquica, consubstanciada em um sistema de partido único em quase todos os estados e caracterizada pela ausência absoluta de competição partidária, dificultou a formação de uma vontade política nacional.

Esse sistema político se tornou decadente no final da década de 20, em especial em 1922 com a eclosão do movimento tenentista, que pregava, em síntese, uma reforma eleitoral e mecanismos de centralização política que diminuíssem a influência das oligarquias estaduais. Neste ano também surgiu o Partido Comunista, depois chamado Partido Comunista Brasileiro (PCB), que contava com uma junção de anarquistas e pró-marxistas da União Operária 1º de Maio, além de alguns grupos minoritários<sup>21</sup>.

A Revolução de 30 liderada por Getúlio Vargas responsabilizou os partidos pelo golpe. Para esse presidente os partidos não tinham estrutura, organização, nem contatos permanentes com suas bases e por isso nos primeiros anos do governo de Vargas a atividade político-partidária foi restrita.

Apesar disto, o golpe teve como principal bandeira a reforma eleitoral, tentando evitar as fraudes e manipulações da estrutura coronelista e regionalista da Primeira República. Em 1932 houve a adoção de um Código Eleitoral em que se estabelecia a representação proporcional, o voto secreto, a criação da Justiça Eleitoral e o direito de vota às mulheres (Braga, 2009). É também importante destacar que foi neste período em que foram reconhecidos juridicamente os partidos políticos no Brasil.

Alguns partidos surgiram neste período. Em 1932, ressurgiu o Partido Socialista do Brasil. Após a constituição de 1934, se estabeleceram as primeiras agremiações partidárias de âmbito nacional: Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), que apesar de apresentarem posições distintas sobre determinados assuntos, convergiam na crítica ao liberalismo (Braga, 2009). Houve também partidos filiados ao fascismo, como o Partido Fascista Brasileiro, em 1930, e no ano seguinte, o Partido Nacional Fascista.

Em 1937 foi outorgada uma nova Constituição que extinguiu o sistema partidário existente até o momento, dissolveu todas as agremiações existentes e proibiu a criação de novas. A justificativa para tal foi de que

Considerando, além disso, que os partidos políticos até então existentes não possuem conteúdo programático nacional ou esposavam ideologias e doutrinas contrárias aos postulados do novo regime, pretendendo a transformação radical da ordem social, alterando a estrutura e ameaçando as

---

<sup>21</sup> Apesar disto, esse partido ficou na legalidade por mais alguns anos. Em 1947, o PCB teve seu registro cancelado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

tradições do povo brasileiro, em desacordo com as circunstâncias reais da sociedade política e civil;

[...] Considerando que o novo regime, fundado em nome da Nação para atender as suas aspirações e necessidades, deve estar em contato direto com o povo, sobreposto às lutas partidárias de qualquer ordem, independentemente da consulta de agrupamentos, partidos ou organizações, ostensiva ou disfarçadamente destinados à conquista do poder público (Decreto nº 37, de 2 de dezembro de 1937).

O golpe de 1937 responsabilizou os partidos pelos “males” nacionais (Braga 2009), e a mentalidade antipartidária da sociedade brasileira acabou contribuindo para o fato, já que como argumenta Campello de Souza (1990), esse tipo de pensamento é enraizado no pensamento político brasileiro.

Em 1945 houve o restabelecimento da vida partidária no país com um pluralismo moderado que acabou se convertendo em pluralismo exacerbado em 1966. Neste período é possível registrar no Brasil treze partidos, dos quais três eram grandes: Partido Social Democrático (PSD), União Democrática Nacional (UDN), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Haveria também duas legendas “médias” o Partido Democrático Cristão (PDC) e o Partido Social Progressista (PSP), além de oito pequenos.

Com relação aos partidos de grande porte é interessante notar que havia um “referencial getulista” em cada um deles: O PSD (apoiava-se nos políticos e burocratas) e o PTB (aglutinava as lideranças sindicais getulistas) eram partidos complementares criados por Getúlio Vargas para alocar as forças políticas que o apoiavam. A UDN, por outro lado, foi criada com base em uma frente contrária ao presidente (Braga, 2009).

Este período foi marcado por duas cisões e duas fusões: o partido Esquerda Democrática (ED) fundiu-se com o Vanguarda Socialista (VS) para fundar o Partido Social Brasileiro (PSB) e em 1950 houve a aglutinação de três pequenos partidos para fundar o Partido Social Progressista (PSP). Em 1954 houve a divisão do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em Partido Comunista do Brasil (PC do B) e em 1958 o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) também se dividiu para formar o Movimento Trabalhista Renovador (MTR)<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> Ver Figura 1: Genealogia dos Partidos Brasileiros, 1945-1965. In: Fleischer, David. Os partidos políticos. p.305.

O Golpe militar em 1964 pôs fim à primeira experiência importante do sistema partidário no Brasil (Braga & Bourdoukan, 2009). Foram fechados, pelo *Ato Institucional n° 2*, todos os partidos existentes em 1965<sup>23</sup>. Ainda neste ano o AC-4, estabeleceu a nova legislação partidária, configurando assim a volta do sistema bipartidário com a Aliança Renovadora Nacional (Arena – que representava os militares) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB – partido de oposição).

Após o endurecimento da ditadura militar em 1968 e o fim do “milagre econômico”, o MDB começou a se fortalecer, mesmo quando o então presidente do Brasil, Ernesto Geisel, outorgou uma série de medidas tentando favorecer a Arena. Só com o general Figueiredo foi promovido o segundo realinhamento partidário, extinguindo os dois partidos de então.

Em 1971, foi promulgada a *Lei Orgânica dos Partidos Políticos*, que possibilitou a criação de novas organizações. Da Arena surgiu o Partido Democrático Social (PDS) e do MDB surgiu o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Também surgiu neste momento um novo partido de centro, o Partido Popular (PP), o ressurgimento do partido trabalhista nos moldes do antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e por fim um partido “obreiro” nos moldes do PSOE espanhol, com base no novo sindicalismo, o Partido dos Trabalhadores (PT)<sup>24</sup>.

Segundo Braga (2006) esses cinco partidos ostentavam perfis diferenciados, já que o PDS e o PMDB estavam estruturados em âmbito nacional e concentravam a maioria dos quadros políticos, enquanto os outros três não dispunham de uma base organizacional territorial. Merece destaque nesse segundo grupo o PT, que surgiu na periferia industrial da capital de São Paulo, no ABC paulista (Santo André, São Bernardo e São Caetano), pela ação de professores da Universidade de São Paulo (USP) e de operários metalúrgicos liderados pelo nordestino Luís Inácio “Lula” da Silva.

No final da década de 80 vemos surgir o Partido Verde (PV), criado por ecologistas e ativistas da causa ambiental, porém o seu registro oficial só se deu em 1993, após a conferência Rio-92.

---

<sup>23</sup> A saber: Partido Social Democrático (PSD), União Democrática Nacional (UDN), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Trabalhista Nacional (PTN), Partido Social Trabalhista (PST), Partido Republicano Trabalhista (PRT), Movimento Trabalhista Renovador (MTR), Partido Republicano (PR), Partido Social Progressista (PSP), Partido Democrata Cristão (PDC), Partido de Representação Popular (PRP), Partido Libertador (PL), e por fim, o Partido da Boa Vontade (PBV).

<sup>24</sup> Ver Figura 2: Genealogia dos Partidos Brasileiros, 1966-1996. In: Fleischer, David. *Os partidos políticos*. p. 314.



Ainda no início dessa década, em 1982, o então PP foi inviabilizado e decidiu se incorporar ao PMDB. A partir de maio de 1985 foi aprovado pelo congresso uma *Emenda Constitucional* que entre outras coisas liberou a formação de novos partidos políticos. Do PMDB saíram dois partidos comunistas, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e também o Partido Socialista do Brasil (PSB). Foram criados do PDS o Partido Democrata Cristão (PDC) e o Partido Liberal (PL). Com isso, o sistema brasileiro de cinco partidos expandiu-se para onze, sendo o PMDB o partido dominante no cenário político da época. Esse domínio, entretanto, não se confirmou nas urnas e nas eleições de 1989 o declínio do PMDB ficou evidente, o que levou a uma nova cisão e o surgimento do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Entre os anos 1988 e 1989 havia no cenário político dezessete partidos. O sistema partidário continuou em expansão até 1992, tendo o TSE liberado 22 partidos para disputar as eleições diretas para presidente da República no final daquele ano. A partir de 1995 o sistema partidário sofreu outro encolhimento e um intenso realinhamento no início de 1996.

Visto isto, atualmente o sistema brasileiro é composto por 30 partidos<sup>25</sup> e nos últimos anos, as eleições presidenciais vêm se resumindo a uma disputa entre PT e PSDB. Além da grande expressividade nas urnas, ambos possuem no cenário político nacional uma trajetória de oposição ideológica. Nas eleições de 2010, o PV ganhou destaque, principalmente por causa da candidatura de Marina Silva. O PMDB não teve candidato disputando as eleições, pois estava junto do PT na coligação *Para o Brasil continuar mudando*. Dessa forma, nenhuma outra candidatura foi capaz de ameaçar o controle do PT e PSDB nas eleições de 2010.

Visto isto, acredita-se na importância de um olhar ainda mais particularizado para os partidos trabalhados nesta pesquisa (PT, PMDB, PSDB e PV). Começando pelo PMDB, que como visto anteriormente é um dos partidos mais antigos da história da política nacional. Como apontado, o partido peemedebista (antigo MDB) foi um partido que, logo em seu surgimento, se manteve como um grande instrumento das oposições e cresceu apesar de todas as adversidades e todas as descrenças, até tornar-se, pelo voto, representante inequívoco da maioria da Nação (Chacon, 1981). Logo depois, o PMDB continuou seguindo esse caminho, sendo então um partido de oposição e um instrumento de resistência democrática.

---

<sup>25</sup> Partidos Políticos registrados no TSE. Fonte: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos>. Acessado dia 19/09/2013 as 10 h e 38 min.

É importante destacar deste período que o PMDB era visto por setores da classe política, os identificados com os ideários da esquerda e a sociedade civil, como o partido mais capaz de corroborar com o restabelecimento da democracia. Bizzarro Neto (2013) analisa que em 1986, o partido elegera 22 dos 23 governadores em disputa, tinha a maioria na Câmara e no Senado, além do maior número de deputados estaduais em todo o país (Bizzarro Neto, 2013).

Naquele período o PMDB tinha um caráter de oposição e liberal. Defendia o direito de greve e a livre disposição pelos trabalhadores dos Fundos Sociais que lhes eram cobrados (Chacon, 1981, p. 206). Houve também uma inovação no que dizia respeito aos direitos das mulheres, do negro, do índio, dos analfabetos, entre outros.

Alguns autores apontam que a crise do *Cruzado* e as dificuldades enfrentadas pelo partido durante o governo Sarney minaram a liderança deste partido sobre o sistema político. Logo as disputas internas entre os progressistas e os conservadores acabaram criando cisões. Bizzarro Neto (2013) afirma que essas disputas e o fracasso do governo Sarney, contribuíram para minar a identidade do partido.

O problema foi ainda mais visível quando Ulysses Guimarães concorreu à Presidência. Este candidato perdeu para Fernando Collor do Partido Republicano Nacional (PRN), eleito presidente, ficando em segundo lugar o candidato Luís Inácio “Lula” da Silva (PT). Esse fato mostrou as dificuldades internas do PMDB para coordenar a atuação de lideranças em torno do apoio ao candidato presidencial.

Apesar disto o PMDB ainda era o partido mais votado nas eleições parlamentares. Sendo assim, essa legenda não conseguiu mais “construir candidaturas viáveis a presidência” e passou a atuar como um “grande coadjuvante do cenário, centrando sua atuação nas eleições parlamentares e nas disputas para os governos estaduais” (Bizzarro Neto, 2013).

O PT surgiu em meados dos anos 70 como uma *grande novidade*, estabelecendo-se como um elemento fundamental no processo de estruturação democrática brasileira (Meneguello, 1987). A agremiação se apresentou como oposição a todos os governos federais, até 2002 quando se tornou o partido de situação. Diferindo do partido analisado anteriormente, o PT surgiu da união de sujeitos políticos mobilizados fora do campo político-partidário e parlamentar, sua organização então, girava em torno de setores modernos do

operariado industrial e dos movimentos populares urbanos, coordenado por Luís Inácio “Lula” da Silva.

Suas reivindicações procuravam, sobretudo, suprimir a marginalização política sob a qual se encontravam as classes trabalhadoras no país, estabelecendo um vínculo de caráter societário. Roma (2006) analisa ainda que o partido petista surgiu da confluência de grupos sociais que convergiam através do socialismo democrático como projeto político, situando o partido a esquerda do conjunto de partidos existentes até o momento.

Meneguello (1987) destaca que o PT adéqua-se inteiramente ao modelo de partidos de massa, tendo sua origem externa (extra-parlamentar), uma orientação política definida, estabelece fortes vínculos com suas bases sociais, tem uma atividade política permanente e prioriza o reforço com os movimentos populares frente à atividade eleitoral (p.136).

Segundo sua história o partido nascera da necessidade de emancipação das massas populares. Ainda de acordo com este manifesto, o Partido entende que

[...] a Nação é o povo e, por isto, sabem que o País só será efetivamente independente quando o Estado for dirigido pelas massas trabalhadoras. É preciso que o Estado se torne a expressão da sociedade, o que só será possível quando se criarem as condições de livre intervenção dos trabalhadores nas decisões dos seus rumos. Por isso, o PT pretende chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores, tanto no plano econômico quanto no plano social. O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores. O PT manifesta sua solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo (Chacon, 1981, p.714).

Para os especialistas que estudam essa legenda o PT moldou-se de forma diferenciada dos outros partidos, primeiramente pela sua origem, mas também pela sua organização e funcionamento interno. Meneguello (1987) observa que esta organização tem uma ligação mais estreita com suas organizações de base, que dariam mais ênfase as lutas sociais e menor importância, à luta eleitoral-parlamentar, e por fim, pela sua proposta política, que traçava basicamente a inserção no sistema político brasileiro de grupos marginalizados até então (p.31-32).

Nas eleições de 1982 o PT, apesar de ter como estratégia política a diferenciação dos demais partidos e um discurso político voltado para o eleitorado, teve um desempenho eleitoral inexpressivo<sup>26</sup>. Apesar disto, a cada eleição legislativa, este partido ampliou sua representação no congresso<sup>27</sup> e também, desde o seu surgimento, foi o partido que mais ganhou adeptos e identificados.

O PSDB, por sua vez, surgiu de uma cisão interna do PMDB. Parte da literatura especializada indica que a criação do partido tucano se deu por motivos ideológicos, devido às divergências de alguns parlamentares em relação à aliança que o PMDB cultivava com a direita (o Partido da Frente Liberal – PFL). Roma (2002), por outro lado acredita que na verdade o surgimento do PSDB se deu por objetivos pragmático-eleitorais.

Sendo assim, o PSDB surgiu em 1988, como resultado de uma cisão coletiva de parlamentares do PMDB que se autodenominavam a ala mais progressista e à esquerda desse partido (Roma, 2002). Esse partido foi formado exclusivamente por parlamentares e políticos bastante influentes no cenário nacional.

Os especialistas observam que a partir de 1994 houve um deslocamento ideológico dentro do partido, de uma posição de centro-esquerda para a direita, deixando de lado o ideário da socialdemocrata para um programa de governo neoliberal. A primeira diretriz do partido elaborado em 1988 tinha como objetivo

[...] a consolidação dos direitos individuais e coletivos; o exercício democrático participativo e representativo; a soberania nacional; a construção de uma ordem social justa e garantida pela igualdade de oportunidades; o respeito ao pluralismo de ideias, culturas e etnias; às diferentes orientações sexuais e identidades de gênero e a realização do desenvolvimento de forma harmoniosa, com a prevalência do trabalho sobre o capital, buscando a distribuição equilibrada da riqueza nacional entre todas as regiões e classes sociais (Estatuto do PSDB, 2013, p.1).

---

<sup>26</sup> Ao nível federal elegeu 8 deputados, sendo a maioria por São Paulo; Ao nível estadual elegeu 12 deputados; Ao nível municipal, obteve 2 prefeituras e elegeu 117 vereadores. Fonte: Meneguello, 1987, p. 144.

<sup>27</sup> Dados em Samuels, 2004. p. 223.

Apesar disto, o plano de governo também elaborado em 1988 orientava-se por uma política liberal, como desregulamentação da economia, abertura econômica ao capital estrangeiro e a privatização de empresas estatais.

O PSDB tornou-se em poucos anos de existência um partido com alta representação eleitoral no nível executivo (Roma, 2000). Em 1989, por exemplo, obteve o quarto lugar na eleição presidencial e elegeu um governador. Em 1994, alcançou a presidência da República, com Fernando Henrique Cardoso e seis governos estaduais. Em 1998, reelegeu o presidente e sete governadores.

Para a história do PV, o ano de 1982 também foi importante, pois foi nesse momento que se deu o início da transição do movimento ecológico no Brasil. Diferente dos outros movimentos de base sociais, o movimento ecológico interveio apenas tangencialmente nas eleições (Viola, 1987a). Apenas um setor minoritário do “*ecologismo*” participou diretamente desta eleição, apoiando candidatos que levantaram bandeiras ecológicas, o que segundo Viola (1987a) foi suficiente para introduzir uma nova dinâmica no interior desse movimento.

Em 1984 foram realizados inúmeros debates por esses movimentos nos quais foram discutidas formas de coordenar os esforços das diversas entidades, particularmente quando lidam com as agências estatais. As agendas destes encontros têm vários pontos em comum: identificação dos principais pontos de degradação ambiental no Estado, definição de prioridades de luta a nível estadual, discussão sobre as relações entre movimento ecológico e partidos políticos, alianças com outros movimentos sociais, fortalecimento organizacional das associações, discussão sobre a viabilidade e de formação de um Partido Verde no Brasil, entre outros (Viola, 1987a).

Sobre a criação de um Partido Verde, os debates giraram em torno de quatro posições: “(1) o Partido Verde é desejável e viável em curto prazo; (2) o Partido verde é desejável, mas não é viável em curto prazo; (3) o Partido Verde não é desejável; (4) o PT pode se transformar num Partido Verde” (Viola, 1987b). A primeira posição foi defendida pelo “*Coletivo Verde*” do Rio de Janeiro, argumentando que a participação na arena parlamentar era fundamental para a luta ecologista. A segunda posição, sustentada entre outros pelo “*Movimento Ecológico Livre*” de Florianópolis, argumentava que o movimento ecológico brasileiro era ainda insuficientemente consistente na sua base para poder se tornar um partido, e a criação de um Partido Verde corria o risco de repetir os mesmos problemas dos partidos tradicionais (personalismo, oportunismo, clientelismo, sectarismo). A terceira posição argumentava que a

atuação na arena parlamentar era negativa para o movimento ecológico. E por fim, a quarta posição, sustentada pelos ecologistas petistas gaúchos, argumentava que seria possível transformar o PT num partido que atenda às principais características e valores de um Partido Verde, com a vantagem de ter uma base popular, elemento pouco presente nos similares europeus (*Idem*).

Por fim, em 1986 é fundado no Rio de Janeiro o Partido Verde, tendo como primeira estratégia estruturar uma coligação com PT e PSB, de modo a conseguir legenda para seus candidatos já que o reconhecimento legal do partido seria impossível em prazo viável para concorrer nas eleições de 1986. A partir de 1993 se iniciou a formação das Federações de Partidos Verdes com o objetivo de cooperação, unificação dos programas e troca de experiências.

Apesar de ainda apresentar um pequeno índice de identificados, se comparados aos outros partidos, o PV foi o único partido que teve uma ascensão positiva nesse indicador. Em termos eleitorais, na última eleição (2010) ganhou destaque, com a candidata Marina Silva recebendo 19,9% dos votos válidos<sup>28</sup>.

Nesta seção foram apresentados, ainda que de forma resumida, através da literatura internacional e nacional, a importância dos partidos políticos para a democracia. Ainda que haja um dualismo de percepções sobre o estado atual dessas instituições, a conexão entre partidos e eleitores continua sendo um importante componente do sistema democrático (Braga & Pimentel Jr, 2011), e com isso, o objetivo desta pesquisa é verificar se essa relevância dos partidos também se aplica no que diz respeito às disposições favoráveis em relação à igualdade de gênero.

---

<sup>28</sup> Resultados da apuração do Primeiro Turno nas eleições de 2010, dados retirados do site: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/apuracao-1-turno/index.html>. Acessado dia 23/07 as 15:38

3.

### SENTIMENTOS PARTIDÁRIOS E DISPOSIÇÕES FAVORÁVEIS À IGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL

O principal objetivo da pesquisa cujos resultados agora apresentamos foi identificar a existência de associações positivas ou negativas entre sentimentos partidários por determinadas legendas e disposições favoráveis à igualdade de gênero no campo político. Sendo assim, fundamenta-se na metodologia quantitativa na escolha de *surveys* que contemplem seus propósitos, na análise e também na interpretação dos resultados encontrados.

Nesse terceiro capítulo apresentaremos efetivamente os resultados encontrados, mas antes prestamos esclarecimentos metodológicos relevantes. Desta forma, na primeira seção, apresenta-se de maneira mais clara o problema de pesquisa, a hipótese geral, a escolha da metodologia e das variáveis. Em seguida, iniciamos a apresentação dos resultados utilizando as variáveis de identificação partidária<sup>29</sup> extraídas do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB)<sup>30</sup> nos anos de 2002, 2006 e 2010. Através de análise longitudinal procuramos saber se houve aumento ou diminuição dos sentimentos positivos dos eleitores pelos partidos selecionados para a análise (PT, PSDB, PMDB e PV). Por fim, utilizando somente a base de dados do ESEB 2010, única fonte que possuía variáveis relativas às disposições dos eleitores nacionais em relação aos partidos políticos e também um conjunto interessante de medidas sobre valores e atitudes relacionadas à temática da presença feminina em diferentes esferas da vida nacional, passamos a exposição de análises que procuraram inferir em que medida a identificação partidária por determinadas legendas tem relação com atitudes positivas ao voto em mulheres nas esferas representativas.

---

<sup>29</sup> Referente às perguntas: “existe algum partido que represente a sua forma de pensar?”, “qual partido melhor representa sua forma de pensar?”, “existe algum partido que goste? Mais algum?”. Ver apêndice metodológico.

<sup>30</sup> O ESEB é um estudo de natureza pós-eleitoral que aborda diferentes temas relacionados ao comportamento político e eleitoral, aplicado a uma amostra representativa da população nacional. Sendo este vinculado ao projeto internacional *Comparative Study of Electoral Systems* (CSES), coordenado pela Universidade de Michigan.

### 3.1.

#### Hipóteses, Dados e Metodologia

Um dos principais desafios da Ciência Política de natureza empírica tem sido explicar as escolhas do eleitorado, suas atitudes e comportamentos com relação aos objetos políticos. Nessa pesquisa procuramos reunir esses dois problemas, procurando compreender a relação entre comportamento eleitoral e atitudes políticas focalizando especificamente as associações entre disposições em relação à representação política feminina e sentimentos nutridos em relação às instituições partidárias. Isto é, buscamos compreender a partir da identificação partidária dos eleitores, suas atitudes com relação à participação de mulheres nas esferas representativas, combinado assim o interesse pelos estudos dos partidos como instituições capazes de condensar valores e disposições subjetivas em seus simpatizantes ou identificados e a preocupação com os condicionamentos subjetivos da sub-representação feminina em nosso país.

Procuramos testar nesta pesquisa a hipótese geral de que eleitores que nutrem sentimentos positivos por determinados partidos possuem atitudes e valores políticos significativamente distintos e que apesar da crise de legitimidade e engajamento por que passam as instituições partidárias elas ainda constituem elementos importantes na estruturação dos valores e preferência política dos cidadãos em nosso país.

A partir desta hipótese e de levantamentos bibliográficos, selecionamos como material empírico as bases de dados produzidas pelo Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) em suas ondas de 2002, 2006 e 2010 que entrevistou, amostras de 2514 (duas mil quinhentas e catorze), 1000 (um mil), e 2000 (duas mil) pessoas respectivamente, nas mais diversas cidades e regiões do Brasil.

No questionário do ESEB dentre os vários aspectos do funcionamento eleitoral, se encontram questões que possibilitaram traçar um perfil da população (sexo, idade, escolaridade, região, renda familiar), identificar importantes padrões de comportamento e



atitudes e, para o ano de 2010, pela primeira vez, foram incluídas também perguntas sobre as atitudes dos brasileiros com relação à participação da mulher no campo político.

Para a seleção das variáveis e procedimentos de mensuração utilizados nos testes propostos, nos inspiramos diretamente na pesquisa realizada por Ribeiro, Carreirão e Borba (2011). Como já mencionado anteriormente, os pesquisadores propõem uma medida integrada de sentimentos partidários (uma espécie de índice) resultado da combinação de duas variáveis: 1) existe algum partido que representa a forma como o(a) Sr.(a) pensa? e 2) existe algum partido que o(a) Sr.(a) goste? A partir destes procedimentos esses autores realizam uma série de análises multivariadas com o objetivo de verificar o impacto desse índice sobre diferentes atitudes políticas (democratismo, estatismo, igualitarismo) e também sobre o comportamento eleitoral dos brasileiros.

Aqui usaremos as variáveis originais em análises isoladas, ou seja, utilizamos nos testes a variável “gosta” e “representa o pensamento” sem a sua junção em índice, por duas razões fundamentais. A primeira delas diz respeito à limitação do presente trabalho a uma única dimensão supostamente relacionada aos sentimentos partidários, a saber, as disposições em relação à igualdade de gênero. Diferentemente dos autores mencionados acima, que discutiram a relação entre tais sentimentos e três diferentes dimensões atitudinais, a redução a apenas um eixo temático torna viável a análise individualizada, sem multiplicar demasiadamente o número de testes necessários.

A segunda razão, de natureza mais substantiva, diz respeito a possíveis distinções dos efeitos dessas variáveis partidárias em relação às disposições favoráveis ou contrárias à igualdade de gênero na política. Apesar da variável “gosta” e “representa o pensamento” se relacionarem a essa ligação subjetiva entre eleitores e partidos, é possível levantar a hipótese de que elas medem níveis distintos dessa relação. Recorrendo ao clássico *The Civic Culture*, de Almond & Verba (1963), podemos vincular a primeira dessas medidas ao grupo das orientações afetivas, enquanto a segunda seria mais bem compreendida como componente do grupo de orientações cognitivas. Ou seja, enquanto essa última pressupõe um conhecimento, ainda que parcial, do conteúdo programático dos partidos e também a compreensão das ideias que compõem o pensamento dos seus membros, a primeira não pressupõe necessariamente qualquer exercício cognitivo dessa natureza. O “gostar”, portanto, pode ter como fundamento uma ligação puramente afetiva que não se vincula necessariamente a dimensões cognitivas.

Ao realizar a junção dessas duas variáveis em um único indicador, perde-se a oportunidade de identificar possíveis efeitos específicos desses níveis distintos de ligação subjetiva.

Com relação às variáveis que procuram medir a igualdade de gênero na política, o ESEB de 2010 foi feliz na inclusão de algumas perguntas que indagavam se o entrevistado votaria ou não em uma mulher para cargos majoritários e os possíveis motivos para tal. Nesta pesquisa, essas respostas serão utilizadas em conjunto com as medidas de identificação partidária para testar a hipótese que eleitores identificados com determinados partidos possuem atitudes favoráveis ou contrárias ao voto em mulheres.

Por fim, uma das marcas da pesquisa quantitativa é que os “quantitativistas” consideram que os fenômenos sociais podem ser explicados a partir da sua representação em números, usados em análises que permitem generalizações, indicação de relações de causalidade e, com consequência, para a validação ou rejeição de teorias (Cervi, 2009). Neste tipo de pesquisa as técnicas mais comuns utilizadas para a coleta de dados são questionários e os principais objetivos são a descrição de quantidades de características de determinada população, o estabelecimento de relações causais entre as variáveis já conhecidas, a realização de inferências a partir dos resultados obtidos em amostras representativas de populações mais amplas, tornando-se necessária a utilização de alguns conjuntos de medidas, como análises bivariadas e multivariadas, entre outros testes, que buscarão testar as hipóteses e as associações entre as variáveis. Logo, propusemos-nos a explorar a plausibilidade desse tipo de relação com procedimentos que tomam como variáveis dependentes as orientações e atitudes dos eleitores a respeito de candidaturas femininas a cargos eletivos e como variáveis independentes os seus sentimentos partidários pelos partidos políticos.

### 3.2

#### Sentimentos Partidários entre os Brasileiros

Uma medida importante da política é a ligação dos indivíduos com os partidos políticos (Dalton, McAllister & Wattenberg, 2003). O conceito de IP pode ser entendido como uma ligação que os indivíduos estabelecem com estas organizações a partir de suas percepções, valores e comportamentos, de modo que essas identidades podem servir como atalhos para facilitar a tomada da decisão eleitoral (Campbell *et al*, 1960 *apud* Veiga, 2007). Assim, conforme Dalton, McAllister & Wattenberg (2003), os laços que o público estabelece com os partidos políticos medem a vitalidade do governo partidário, além de proporcionarem um contexto dentro do qual operam os partidos, os candidatos e os restantes atores políticos (p.296).

A queda nos níveis de identificação e suas causas foram discutidas no capítulo anterior e, em resumo, quando analisamos as democracias consolidadas, tal redução se explicaria pelas mudanças no perfil do eleitorado, mais independentes dos partidos para a tomada das decisões eleitorais e mais informados (Dalton, 2013), também se verificou que as transformações dos meios de comunicação e a proliferação de grupos de interesses públicos entraram em choque com a articulação de interesses e as funções informativas dos partidos políticos (Dalton, McAllister & Wattenberg, 2003), além disso, se observou mudanças nos próprios partidos, os líderes, mais do que os partidos que lideram, são o ponto central das campanhas eleitorais (McAllister, 1996 *apud* Dalton, McAllister & Wattenberg, 2003); para democracias em desenvolvimento, como o caso do Brasil, esse baixo índice poderia ser explicado em parte, pela falta de interesse nos assuntos políticos, e uma cultura personalista.

Pesquisadores deste tema observam uma alta volatilidade eleitoral e baixos índices de identificação partidária na democracia brasileira, mas em perspectiva comparada a conexão entre partidos e eleitores no Brasil não é das piores (Braga & Pimentel Jr, 2011). É necessário destacar que os dados evidenciam que o Brasil se encontra dentro da média mundial, com um patamar não distante das democracias avançadas. Por exemplo, se observamos as taxas dos

Estados Unidos conhecido como uma democracia já consolidada vê-se que o Brasil está apenas a 6,7 pontos atrás deste país (TABELA 6).

Tabela 6. Identificação partidária comparada (%)<sup>31</sup>

PAÍSES	1996-2000	2000-05
Austrália	83,5	83,9
Israel	64,2	62,4
Estados Unidos	57	56,1
Rússia	56,1	-
França	-	55,8
Canadá	52,1	-
Brasil	-	49,4
Grã-Bretanha	48,8	44,9
México	48,2	51,9
Espanha	42,8	61,3
Peru	22,8	-
Chile	20,7	-

Fonte: *Comparative Study of Electoral Systems*.

Perguntas utilizadas: Do you usually think of yourself as close to any particular political party? (...)

Diante disto, esta seção possui como objetivo central a mensuração da taxa de identidade partidária nos anos de 2002, 2006 e 2010. Também buscaremos identificar mudanças nos perfis dos eleitores brasileiros e, além disso, mediremos algumas atitudes dos eleitores com relação à democracia e os próprios partidos políticos.

Nas pesquisas do ESEB (2002, 2006 e 2010) foram feitas duas perguntas com o intuito de medir a preferência partidária. A primeira questão buscava analisar se os eleitores se sentiam representados, na forma de pensar, por algum dos partidos brasileiros; a segunda interrogava se havia algum partido que os eleitores gostavam. É possível observar que ambas as questões medem níveis distintos da ligação subjetiva dos eleitores, onde a primeira (forma de pensar) está relacionada a uma dimensão cognitiva, e a segunda (gostar) mediria uma ligação puramente afetiva.

Os resultados obtidos por essas medidas mostram que parte dos eleitores brasileiros, expressa alguma identificação partidária (39% na forma de pensar e 48% na forma de gostar, em 2010). Os dados também confirmam a hipótese de que os eleitores estão associados aos

<sup>31</sup> Tabela original em Dalton e Weldon (2007).

partidos de maneira mais afetiva (variável gostar) do que de forma cognitiva (variável pensar) (TABELA 7).

Assim como já explorado por (Dalton, McAllister & Wattenberg, 2003), o enfraquecimento das ligações partidárias numa determinada nação pode ser explicado pelas circunstâncias políticas particulares dessa nação. Posto que, assim como pode ser observado na Tabela 7, o índice de resposta em 2006 foi o menor da série, provável decorrência de escândalos políticos de 2005, que poderiam ter abalando a confiança dos eleitores. Apesar disto, os números voltaram a crescer em 2010, se igualando a série de 2002.

Na tabela seguinte (TABELA 8) apresentam-se os resultados da identificação partidária por agremiação. Levando em consideração as três ondas de pesquisa, observa-se que do total daqueles que expressam partidarismo, a maioria manifesta sentimentos pelo PT (2002, 2006 e 2010), seguido pelo PMDB em (2002 e 2006), sendo este substituído pelo crescimento do PSDB em 2010. Destaque para o PV, que em todos os anos da pesquisa foi o único com trajetória ascendente constante.

Tabela 7. Representação e gosto partidário (%)

	Representa			Gosta		
	2002	2006	2010	2002	2006	2010
Não	56	64	58	50	64	52
Sim	39	33	39	48	33	48
‘NS/NR	5	3	3	2	3	1

Fonte: ESEB 2002, 2006, 2010

Perguntas utilizadas: “Existe algum partido que representa a forma como o(a) Sr(a). pensa?” e “Existe algum partido que o(a) Sr(a) Gosta?”

Tabela 8. Representação e Gosto por partidos específicos (%)

PARTIDOS	Representa			Gosta		
	2002	2006	2010	2002	2006	2010
PT	23,1	17,6	24,5	25,6	21,6	27,7
PMDB	3,8	3,7	2,7	7,2	3,4	5,2
PSDB	3,7	3,6	5,7	4,5	4,5	7,8
PV	0,2	0,4	3,7	0,3	0,6	3,5

Fonte ESEB 2002, 2006 e 2010.

Pesquisas anteriores (Braga & Pimentel Jr., 2011; Veiga, 2007; Veiga, 2011b) corroboram com os resultados encontrados aqui, a respeito das taxas de identidades partidárias, que apesar de registrar uma queda em 2006, parecem ter se restabelecido, e reforçam a compreensão de que para quase metade dos eleitores brasileiros, os partidos políticos fazem algum sentido, seja do ponto de vista da representação de ideias, ou pelos sentimentos a eles direcionados (Braga & Pimentel Jr., 2011).

Uma das primeiras dimensões para avaliar como os indivíduos percebem os partidos enquanto entidades de mediação política entre o Estado e sociedade, diz respeito à avaliação do sistema partidário. Na Tabela 9, analisamos a seguinte questão: “A atuação dos partidos políticos é ótima, boa, ruim ou péssima?”.

Tanto nas eleições presidenciais de 2002 quanto nas eleições de 2006, para a maioria dos brasileiros, se somadas às três primeiras categorias (péssima, ruim e regular para ruim), vemos que em 2002, 60,1% da população têm uma visão negativa do sistema partidário, em 2006 esse número se eleva para 62,4%. Em 2010 observa-se uma queda nas percepções negativas dos partidos, quando menos da metade da população avaliou negativamente os partidos (45,8%). Ao contrário, se somarmos as três últimas categorias (Regular para bom, boa e ótima), vemos que em 2010, 46,9% dos brasileiros passaram a avaliar positivamente o sistema partidário.

Tabela 9. Avaliação do sistema partidário brasileiro (%)

RESPOSTAS	2002	2006	2010
Péssima	19,6	18,6	14,8
Ruim	37,2	39,1	17,6
Regular para ruim	3,3	4,7	13,4
Regular para bom	4,6	9,1	27,5
Boa	31,1	24,0	17,3
Ótima	4,2	1,8	2,1
Total	100	97,3*	92,6*

Fonte: ESEB 2002, 2006 e 2010

\*Excluem-se as respostas “Não sabe” e “Não respondeu”, que em 2006 totalizou 2,7% e em 2010 totalizou 7,4%.

Denise Paiva, Maria do Socorro Braga & Jairo Pimentel Jr., em *Eleitorados e Partidos Políticos* (2007), propõem identificar quais variáveis explicam melhor o grau da estruturação de voto. A ideia era testar as orientações defendidas pela teoria do desenvolvimento político

em contraste com as teorias culturalistas. Haveria assim, dois tipos de teorias que procuram explicar a preferência por legendas políticas: a primeira enfatiza o desenvolvimento material, relacionando variáveis socioeconômicas às de atitudes políticas; a segunda, de orientação culturalista, na qual a apreensão subjetiva dos indivíduos em relação à estrutura política aparece como um fator importante para a estabilidade do regime democrático.

Seguindo essa ideia, a seguir apresentaremos informações sobre quais variáveis seriam explicativas para tratar da identificação partidária. Primeiramente, testaremos os impactos das variáveis socioeconômicas e demográficas para descrever a orientação dos cidadãos. Os resultados da Tabela 10 indicam um baixo teor explicativo das variáveis socioeconômicas e demográficas, da mesma forma como foi identificado no trabalho acima citado. Os eleitores do sul tenderam a declarar negativamente que tinham um partido que gostavam ou que representavam a sua forma de pensar. Em 2010, verificamos uma relação positiva entre os eleitores que moravam no nordeste e gostar de algum partido. Eleitores do sexo masculino também tenderam a afirmar que gostavam e tinham sua forma de pensar representados por algum partido. Renda apareceu apenas em 2002 como um fator significativo para as variáveis de identificação, assim como a variável escolaridade (2002 e 2010) que se apresentou de forma significativa para a forma de identificação partidária “representa”.

Tabela 10. Associação *Gamma* entre as variáveis socioeconômicas e demográficas com as variáveis de identificação partidária

	2002		2006		2010	
	Rep.	Gosta	Rep.	Gosta	Rep.	Gosta
Norte/Centro	-,068	-,123	,057	-,032	-,006	-,018
Oeste						
Nordeste	,009	,061	-,003	,017	,093	,101**
Sudeste	,004	,063	-,136	-,017	,032	,039
Sul	-,062	-,150**	,202**	,034	-,205	-,215**
Nível de escolaridade	,115*	-,040	,044	-,018	,060**	,055
Sexo-Mulher	-,086**	-,092**	-,235*	-,157**	-,134**	-,154**
Faixa de renda familiar	,084**	-,053**	,015	-,071	,002	,016
Idade	-,024	-,004	,041	,074	-,035	-,036

Fonte: ESEB 2002, 2006, 2010 \*sig.=0,00 \*\*sig.<0,05

No que diz respeito às variáveis atitudinais, que buscam mensurar elementos de uma cultura política democrática, na Tabela 11, tal como observamos, as variáveis atitudinais apresentam associação positiva e significativa com as variáveis que mensuram as orientações afetivas. Sendo assim, eleitores com identidades partidárias positivas tendem a concordar que é mais importante um presidente identificado com partidos, assim como manifestam avaliações positivas pelos partidos e estão mais satisfeitos com a democracia. É importante destacar que de todas as séries, o ano de 2006, apesar de ser o momento com os mais baixos índices de identificação, apresentou uma forte relação entre as variáveis atitudinais e as variáveis de orientação afetiva.

Tabela 11. Associação *Gamma* entre as variáveis atitudinais com as variáveis de identificação partidária

	2002		2006		2010	
	Rep.	Gosta	Rep.	Gosta	Rep.	Gosta
Presidente identificado com o partido	,227*	,190*	,275*	,337*	,251*	,246*
Avaliação positiva dos partidos	,247*	,284*	,247**	,355*	,205*	,258*
Satisfação com a democracia	,162*	,123**	,411*	,327*	,270*	,226*

Fonte: ESEB 2002, 2006, 2010 \*sig.=0,00 \*\*sig.<0,05

Tratando da identificação partidária por partidos específicos e as variáveis atitudinais, observamos para o caso do PT associações *gammas* positivas e fortes, principalmente no ano de 2006. Eleitores identificados com este partido tentem a acreditar que o presidente deve estar ligado ao partido (2002, 2006 e 2010). Por sua vez, eleitores que têm esse partido representando sua forma de pensar tendem a avaliar positivamente os partidos (2002, 2006 e 2010), enquanto aqueles que gostam deste partido passaram a avaliar positivamente os partidos em 2006 e 2010 e, a partir de 2006, mostraram-se satisfeitos com a democracia.



Tabela 12. Associação *Gamma* entre as variáveis atitudinais e sentimentos positivos pelo PT

	2002		2006		2010	
	Rep.	Gosta	Rep.	Gosta	Rep.	Gosta
Presidente identificado com o partido	,238*	,306*	,400*	,389*	,230**	,348*
Avaliação positiva dos partidos	,106**	-,039	,395*	,379*	,181**	,254*
Satisfação com a democracia	,046	,089	,588*	,506*	,518*	,473*

Fonte: ESEB 2002, 2006 e 2010 \*sig.=0,00 \*\*sig.<0,05

Considerando os anos de 2002 e 2010, os eleitores que gostavam do PMDB tenderam a avaliar positivamente a atuação dos partidos. Apesar deste fato, os eleitores identificados cognitivamente (representados pela forma de pensar) com este partido em 2006, fizeram uma avaliação negativa da atuação dos partidos brasileiros. Não se apresentou significativo estar identificado por esse partido e acreditar que um presidente deveria estar identificado com os partidos ou então, se mostraram satisfeitos com a democracia.

Tabela 13. Associação *Gamma* entre as variáveis atitudinais e sentimentos positivos pelo PMDB

	2002		2006		2010	
	Rep.	Gosta	Rep.	Gosta	Rep.	Gosta
Presidente identificado com o partido	,062	-,108	-,201	,000	,262	,020
Avaliação positiva dos partidos	,198	,206**	-,499**	-,080	,177	,216**
Satisfação com a democracia	,168	,136	-,108	-,053	,170	-,043

Fonte: ESEB 2002, 2006 e 2010 \*sig.=0,00 \*\*sig.<0,05

Em 2002, eleitores identificados com o partido tucano, avaliaram positivamente a atuação dos partidos no cenário nacional, resultado este revertido em 2010, quando a avaliação foi negativa. Em 2006 e 2010 esses mesmos eleitores mostraram-se insatisfeitos com a democracia e também passaram a adotar a ideia de um presidente não identificado com

os partidos. Uma explicação para esse fenômeno poderia ser o fato de que até 2002, esse partido era de situação, e nas eleições seguintes era de oposição.

Tabela 14. Associação *Gamma* entre as variáveis atitudinais e sentimentos positivos pelo PSDB

	2002		2006		2010	
	Rep.	Gosta	Rep.	Gosta	Rep.	Gosta
Presidente identificado com o partido	-,029	,033	-,095	-,180	-,229**	-,086
Avaliação positiva dos partidos	,439*	,299**	-,191	-,132	-,249**	,009
Satisfação com a democracia	,007	,045	-,252	-,366**	-,446*	-,266**

Fonte: ESEB 2002, 2006 e 2010 \*sig.=0,00 \*\*sig.<0,05

O mesmo poderia se dizer do PV, onde vemos que os eleitores identificados com esse partido a partir de 2006 tenderam a fazer uma avaliação negativa dos partidos e em 2010 mostraram-se insatisfeitos com a democracia.

Tabela 15. Associação *Gamma* entre as variáveis atitudinais e sentimentos positivos pelo PV

	2002		2006		2010	
	Rep.	Gosta	Rep.	Gosta	Rep.	Gosta
Presidente identificado com o partido	-,743	-,257	-,201	,000	-,189	-,123
Avaliação positiva dos partidos	,003	,204	-,499**	-,080	-,070	-,059
Satisfação com a democracia	,716	,337	-,108	-,053	-,344**	-,340

Fonte: ESEB 2002, 2006 e 2010 \*sig.=0,000 \*\*sig.<0,050

Uma importante questão colocada por Veiga (2011b) é relativa às possíveis mudanças ou continuidades no perfil dos eleitores partidários. A autora observou o partidarismo em relação à escolaridade, região e ideologia. Seus resultados no que concerne à educação mostram que ao longo do período de 2002-2006, houve uma redução (a autora toma a *moda*

como medida) do nível de escolaridade entre os eleitores partidários, e também entre aqueles vinculados com PT (Ensino Médio para Analfabeto até 4 anos de estudo), PSDB (Superior para Ensino Médio) e PV<sup>32</sup> (Ensino Médio para Fundamental), exceção para o PMDB (Completa e 4º série para Completa e Ensino Fundamental). Já no segundo período (2006-2010) notou-se um aumento do grau de instrução do eleitorado partidário e naqueles com vínculos com o PT (Analfabeto para Ensino Médio) e PV (Ensino Fundamental para Ensino Médio), o ensino médio manteve-se como mais frequente entre os eleitores identificados com o PSDB e, por fim, o PMDB manteve-se entre os de escolaridade até a 4º do ensino fundamental e completo<sup>33</sup>.

No tocante a região, de 2002 a 2006, houve um aumento da taxa de IP no Sul do país, no Norte/Centro Oeste, e de maneira menos acentuada no Nordeste (Veiga, 2011b. p. 411). E entre 2006 a 2010, houve um aumento do vínculo partidário no Nordeste e também Sudeste, se manteve no Norte/Centro-Oeste, e recuou no Sul (*idem*). Especificamente em relação aos partidos, o petismo de 2002 a 2006 cresceu no Nordeste e Norte/Centro Oeste, mantém seu percentual no Sul e decresceu no Sudeste. Em 2006 e 2010, cresce constante no Nordeste, decresce no Norte/Centro-Oeste e Sul, e aumenta no Sudeste.

O PMDB por outro lado, decresce significativamente no Nordeste (18%) em 2002-2006, também decresce no Sudeste, mas em contrapartida, registra um aumento na região Sul e Norte/ Centro Oeste. Em 2006-2010 o partido recupera a adesão no Nordeste, e cresce no Norte/Centro Oeste, e registra perdas no Sudeste e de maneira acentuada no Sul. No caso do PSDB, há uma queda nas regiões Nordeste e Sudeste e um crescimento de identidade partidária nas regiões Sul e Norte/Centro Oeste no período de 2002 a 2010. O PV<sup>34</sup>, por fim, entre 2002 e 2006 teve manteve a IP no Sul, decresceu na região Sudeste e aumento na região Norte/ Centro Oeste. Para o período de 2006-2010, houve um aumento em todas as regiões do Brasil, em especial no Norte/Centro Oeste.

Por ultimo, damos destaque ao papel da ideologia para os partidos brasileiros<sup>35</sup>. Veiga (2011b), observando o período de 2002-2010, a autora verificou que os percentuais de eleitores com identidade partidária no interior dos segmentos de esquerda, centro-esquerda e centro foram reduzidos, enquanto os grupos com ideologia de centro direita e direita passaram

---

<sup>32</sup> Veiga (2011a) não trabalha com este partido. Adição nossa.

<sup>33</sup> Para mais detalhes consultar Veiga (2011a)

<sup>34</sup> Dados nossos.

<sup>35</sup> Esta questão será mais bem trabalhada na Seção 3.4.

a contar com mais eleitores partidários no aumento da média na escala ideológica do perfil do partidário.

Em uma síntese dos resultados dispostos nesta seção, destacamos que comparado com os outros países nossas taxas de identificação partidária não são tão baixas como diz parte da literatura pessimista sobre o assunto, já que os 38 % e 49% são bastante significativos em um contexto de jovem democracia. Os indicadores de sentimentos (gosto e pensamento representado) fazem sentido pelo menos para parte considerável dos eleitores brasileiros. Ainda observa-se que em 2010, parte dos eleitores brasileiros avaliaram positivamente os partidos. Retomamos alguns importantes resultados encontrados por Veiga (2011b) que constatou mudanças no perfil dos eleitores partidários em relação à escolaridade, região e ideologia.

Também vemos que as variáveis relacionadas ao perfil socioeconômico dos eleitores tiveram sua capacidade explicativa reduzida ao longo dos pleitos examinados. No campo das variáveis atitudinais, verificamos que eleitores com identidades partidárias positivas tendem a concordar que é mais importante um presidente identificado com partidos, avaliam mais positivamente os partidos e estão mais satisfeitos com a democracia.

Na próxima seção trataremos de analisar essas identidades partidárias juntamente com as atitudes em relação à igualdade de gênero no Brasil, procurando verificar em que medida identificados com os partidos brasileiros mostram-se favoráveis a participação da mulher na arena política.

### 3.3

#### Sentimentos Partidários e Igualdade de Gênero nas eleições de 2010

Estudar a igualdade de gênero nas diferentes esferas da vida social e política se tornou relevante para a pesquisa acadêmica em razão principalmente da existência de forte associação entre a aceitação da igualdade de gênero e a sedimentação de valores, atitudes e comportamentos favoráveis à democracia (Bohn, 2008).

Nesse aspecto os números não ajudam muito o Brasil, já que a persistência da sub-representação das mulheres nos espaços de poder no Brasil é um fato reconhecido pela literatura e comprovado por inúmeros dados estatísticos. Com isso, captar a percepção da população brasileira sobre a importância da participação de mulheres em espaços de poder e decisão se tornou importante.

Nossa intenção nesta seção é apresentar dados de análises que focalizaram sua atenção para os eleitores identificados com algum partido, medindo assim suas atitudes em relação à igualdade de gênero nas eleições de 2010. Interessava-nos assim responder a algumas perguntas fundamentais: quais são as atitudes de eleitores identificados com determinadas legendas, no que tange a igualdade de gênero? Eleitores do PT, PMDB, PSDB e PV são mais ou menos favoráveis a participação política feminina? E quais seriam as variáveis que condicionam o voto em mulheres no Brasil? Respostas para essas questões foram produzidas com a análise de dois tipos de variáveis: as de sentimentos partidários<sup>36</sup> e as de atitudes à igualdade de gênero<sup>37</sup>.

Quando perguntados se “*Votaria em uma mulher para algum cargo majoritário, como presidente, governadora ou senadora?*” dados preliminares apontam que 6,5% da população entrevistada não votariam em uma mulher (TABELA 16), indicando como causa principal (TABELA 17) o melhor preparo e capacidade dos homens para o cargo (46,2%) e também a

---

<sup>36</sup> Englobam as perguntas: “Existe algum partido que represente a sua forma de pensar?” e “Existe algum partido que o senhor goste?”.

<sup>37</sup> Englobam as perguntas: “Votaria em uma mulher para cargo majoritário?”, “Conc./Disc. Os homens são mais adequados para a carreira política do que as mulheres?”, “Conc./Disc. Os homens governam melhor do que as mulheres”, “Conc./Disc. As mulheres ainda não têm experiência política para governar bem”.

crença de que os homens são mais fortes para lidarem com as armadilhas da política (25,5%). Os que votariam em uma mulher somam 93,5% (TABELA 16) e alegam principalmente “que uma mulher pode ser tão competente quanto um homem” (50,7%), mas há também aqueles que afirmam que uma mulher pode ser ainda mais competente que um homem (16,7%), ou ainda, que uma mulher pode ser mais sensível aos problemas da população (9,9%) (TABELA 18).

Tabela 16. Votaria em uma mulher para algum cargo majoritário, como presidente, governadora ou senadora? (%)

	Frequência	%
Sim	1870	93,5%
Não	130	6,5%
Total	2000	100%

Fonte: ESEB 2010

Tabela 17. Porque não votaria em uma mulher para algum cargo majoritário?

	Frequência	%*
Os homens em geral têm mais caráter do que as mulheres	5	3,8
Os homens são mais fortes para as armadilhas da política	33	25,4
Os homens são mais preparados, capacitados para o cargo	60	46,2
Outro motivo não listado	19	14,6
Não Sabe (NS)	11	8,5
Não Respondeu (NR)	2	1,5
Total	130	100

Fonte: ESEB 2010

\* Porcentagem válida

Tabela 18. Porque votaria em uma mulher para algum cargo majoritário?

	Frequência	%*
Apostar na mulher pode ser um risco, mas acho que vale a pena	85	4,5
Uma mulher pode ser tão competente quanto um homem	948	50,7
Uma mulher pode ser ainda mais competente do que um homem	313	16,7
Uma mulher pode ser ainda mais sensível aos problemas da população	185	9,9
Uma mulher pode ser mais correta do que um homem para o cargo	126	6,7
Está na hora de dar chance para a mulher, independente do desempenho	169	9,0
Outro motivo não listado	36	1,9
Não Sabe (NS)	8	0,4
<b>Total</b>	<b>1870</b>	<b>100</b>

Fonte: ESEB 2010

\* Porcentagem válida

A Tabela 19, 20 e 21 apresentam as respostas dos indivíduos quando perguntados se concordavam ou discordavam de determinadas afirmações a respeito com campo político. Em relação à afirmação de que “*Em geral, homens são mais adequados para a carreira política do que as mulheres*”, 17,4% dos entrevistados tendem a concordar com a afirmação (junção das respostas “concorda muito” com “concorda”), 74% discordam dessa afirmação (junção das respostas “discorda muito” e “discorda”) e 8,7% seriam ambivalentes (TABELA 19).

Com relação à afirmação “*Em geral, quando eleitos, homens governam melhor do que as mulheres*” temos que 14,4% concordam totalmente com esta afirmação (junção das respostas “concorda muito” e “concorda”), 74,7% discordam totalmente (junção das respostas “discordam muito” e “discorda”) e 10,9% seriam ambivalentes (TABELA 20)

Por fim, na última pergunta da série, os eleitores foram perguntados se concordavam ou discordavam da afirmação de que “*As mulheres ainda não têm experiência política suficiente para governar bem*”, sendo que 17,5% dos entrevistados tendem a concordar (junção das respostas “concorda muito” e “concorda”), 74,7% discordam totalmente (junção das respostas “discordam muito” e “discorda”) e 7,8% seriam ambivalentes (TABELA 21).

Tabela 19. Concorda/Discorda: Em geral, homens são mais adequados para a carreira política do que as mulheres (%)

	Frequência	%
Discorda Muito	674	33,7
Discorda	805	40,3
Concorda	262	13,1
Concorda Muito	85	4,3
Nem concorda nem discorda	174	8,7
Total	2000	100

Fonte: ESEB 2010.

Tabela 20. Concorda/Discorda: Em geral, quando eleitos, homens governam melhor do que as mulheres (%)

	Frequência	%
Discorda Muito	632	31,6
Discorda	862	43,1
Concorda	215	10,8
Concorda Muito	73	3,7
Nem concorda nem discorda	218	10,9
Total	2000	100

Fonte: ESEB 2010

Tabela 21. Concorda/Discorda: As mulheres ainda não têm experiência política suficiente para governar bem (%)

	Frequência	%
Discorda Muito	647	32,4
Discorda	847	42,4
Concorda	264	13,2
Concorda Muito	86	4,3
Nem concorda nem discorda	156	7,8
Total	2000	100

Fonte: ESEB 2010

Os dados apresentados até o presente momento mostram que parcela significativa da população brasileira revela-se favorável a participação das mulheres na esfera representativa. A seguir apresentaremos resultados de análises que procuram analisar quais variáveis explicariam as atitudes favoráveis à igualdade de gênero na política, sendo assim, procuramos mapear o perfil dos respondentes em termos de gênero, idade, renda e de sentimentos partidários positivos aos partidos.



Utilizando primeiramente apenas as variáveis socioeconômicas e demográficas para explicar o voto em mulheres para cargo majoritário, os resultados indicam que apenas escolaridade (,219) é preditora relevante. Destaco também o fato de homens e mulheres apresentarem a mesma atitude, ou seja, do ponto de vista estatístico, não podemos afirmar que a variável gênero sozinha tenha poder preditivo a respeito da opinião de um indivíduo sobre a igualdade de gênero. Além disso, a idade Também merece destaque, pois há uma expectativa de que os mais jovens fossem mais favoráveis à participação (conforme indicado por Bohn, 2008), porém, aqui não encontramos associação entre as variáveis.

Tabela 22. Associação entre as variáveis socioeconômicas e demográficas com o voto em mulheres para cargos majoritários

Variáveis	$\gamma$	Sig.
Sexo-Mulher	,036	,689
Escolaridade	,219	,000*
Renda Individual	-,042	,531
Idade	-,103	,140
Região Norte/CO	-,042	,747
Região Nordeste	,045	,662
Região Sudeste	-,039	,673
Região Sul	,050	,694

Fonte: ESEB 2010 sig.<0,05

Passando para a análise dos sentimentos partidários por partidos específicos e a igualdade de gênero no Brasil, buscamos testar a hipótese de que há relação entre a preferência partidária e posições/attitudes distintas entre o voto e a concordância ou discordância das afirmações acerca do campo político.

A primeira variável analisada é relativa aos sentimentos partidários dos partidos que melhor representam a forma como os entrevistados pensam<sup>38</sup>. Começando pela medida que envolve o primeiro partido (TABELA 23), o teste dessa identificação com o PT está associada de maneira positiva e forte (,687) com a disposição para votar em mulheres, bem como com a rejeição de todas as afirmações negativas à igualdade de gênero na política.

<sup>38</sup> As recodificações realizadas são descritas no Apêndice Metodológico.

Tabela 23. Associação entre “PT como partido que representa a forma de pensar” e atitudes em relação à igualdade de gênero na política

Variável	$\gamma$	Sig.
Votaria em uma mulher para cargo majoritário	,687	,000
Em geral os homens são mais adequados para a carreira política	-,305	,001
Em geral os homens governam melhor do que as mulheres	-,345	,001
As mulheres ainda não possuem experiência política suficiente	-,363	,000

Fonte: ESEB 2010/ N=2000 sig < 0,05

Passando aos testes envolvendo a variável sobre a identificação com o PMDB (TABELA 24), não encontramos associações estatisticamente significativas, o que não nos autoriza a rejeitar a hipótese nula sobre a inexistência de relação entre ter esse partido representando a sua forma de pensar e ter atitudes favoráveis ao voto em mulheres.

Tabela 24. Associação entre “PMDB como partido que representa sua forma de pensar” e atitudes em relação a igualdade de gênero na política.

Variável	$\gamma$	Sig.
Votaria em uma mulher para cargo majoritário	-,222	,485
Em geral os homens são mais adequados para a carreira política	,254	,166
Em geral os homens governam melhor do que as mulheres	-,038	,854
As mulheres ainda não possuem experiência política suficiente	,328	,074

Fonte: ESEB 2010/ N=2000 sig < 0,05

Com relação aos testes envolvendo a variável sobre a identificação com o PSDB (TABELA 25), vemos que eleitores identificados com esse partido tendem a manifestar disposição contrária ao voto em mulheres, como indica o coeficiente negativo de -,782. Dos três testes seguintes, todos apresentam níveis de significância aceitáveis e coeficientes positivos. Esse tipo de identificação com o PSDB está associado positivamente com a concordância em relação às afirmações “os homens são mais adequados para a carreira política”, “os homens governam melhor do que as mulheres” e “as mulheres ainda não possuem experiência política suficiente”.

Tabela 25. Associação entre o “PSDB como partido que representa sua forma de pensar” e atitudes em relação à igualdade de gênero na política.

Variável	$\gamma$	Sig.
Votaria em uma mulher para cargo majoritário	-,782	,000
Em geral os homens são mais adequados para a carreira política	,436	,000
Em geral os homens governam melhor do que as mulheres	,508	,000
As mulheres ainda não possuem experiência política suficiente	,399	,002

Fonte: ESEB 2010/ N=2000 sig < 0,05

Para o PV, assim como para o PMDB, também não encontramos associação entre essas variáveis de sentimento e as atitudes com relação à igualdade de gênero. Esse quadro é revertido quando analisado a associação entre gostar do PV e as variáveis atitudinais em relação a gênero.

Tabela 26. Associação entre o “PV como partido que representa sua forma de pensar” e atitudes em relação à igualdade de gênero na política.

Variável	$\gamma$	Sig.
Votaria em uma mulher para cargo majoritário	,334	,217
Em geral os homens são mais adequados para a carreira política	-,161	,305
Em geral os homens governam melhor do que as mulheres	-,176	,316
As mulheres ainda não possuem experiência política suficiente	-,223	,167

Fonte: ESEB 2010/ N=2000 sig < 0,05

A segunda variável relativa aos sentimentos partidários diz respeito à identificação do PT, PMDB, PSDB e PV como partidos que os eleitores gostam<sup>39</sup>. Começando pela medida que envolve o PT (TABELA 27), o primeiro teste segue a direção dos resultados envolvendo a medida anterior de “pensar”, pois verificamos que a identificação com o PT está associada de maneira positiva e forte (,568) com a disposição para votar em mulheres. Os três outros testes dessa tabela, também tiveram significância, ou seja, eleitores petistas possuem atitudes de discordância em relação às afirmações acerca do campo político.

<sup>39</sup> As recodificações realizadas são descritas no Apêndice Metodológico.

Tabela 27. Associação entre “Gostar do PT” e atitudes em relação à igualdade de gênero na política.

Variável	$\gamma$	Sig.
Votaria em uma mulher para cargo majoritário	,568	,000
Em geral os homens são mais adequados para a carreira política	-,181	,000
Em geral os homens governam melhor do que as mulheres	-,234	,000
As mulheres ainda não possuem experiência política suficiente	-,259	,000

Fonte: ESEB 2010/ N=2000 sig < 0,05

Os resultados sobre o PMDB seguem na direção anterior e mostram que não há relação em estar identificado com esse partido e atitudes em relação ao voto em mulheres ou a concordância e discordância das frases a esfera política.

Tabela 28. Associação entre “Gostar do PMDB” e atitudes em relação à igualdade de gênero na política.

Variável	$\gamma$	Sig.
Votaria em uma mulher para cargo majoritário	,024	,754
Em geral os homens são mais adequados para a carreira política	,003	,994
Em geral os homens governam melhor do que as mulheres	-,053	,315
As mulheres ainda não possuem experiência política suficiente	-,044	,365

Fonte: ESEB 2010/ N=2000 sig < 0,05

Em relação aos testes que envolvem a variável “gostar” do PSDB são semelhantes aos anteriores, (TABELA 29). Primeiramente, a escala de “gostar” desse partido está negativamente associada com a intenção de voto em mulheres para cargos majoritários, como aponta o coeficiente negativo de -,245. Todos os demais coeficientes são positivos, indicando que avanços na escala do “gostar” são acompanhados de maior concordância em relação às afirmações. Mais especificamente, progressões nessa escala estão associadas à aceitação de que os homens são mais adequados para a política, são melhores governantes e também à concordância em relação à falta de experiência política das mulheres. Em resumo, a postura dos que gostam dessa agremiação partidária tendem a ser contrária ao empoderamento de que estamos tratando.

Tabela 29. Associação entre “Gostar do PSDB” e atitudes em relação à igualdade de gênero na política.

Variável	$\gamma$	Sig.
Votaria em uma mulher para cargo majoritário	-,245	,002
Em geral os homens são mais adequados para a carreira política	,124	,012
Em geral os homens governam melhor do que as mulheres	,107	,045
As mulheres ainda não possuem experiência política suficiente	,096	,046

Fonte: ESEB 2010/ N=2000 sig < 0,05

Diferindo dos resultados anteriores, observamos que gostar do PV estaria relacionado a atitudes favoráveis ao empoderamento feminino. Encontramos assim, associações entre as variáveis de identificação e as variáveis sobre gênero, ou seja, gostar desse partido está relacionado positivamente à votar em uma mulher para cargo majoritário, assim como está associado à discordâncias em relação as afirmações de que os homens são mais adequados para a política, governam melhor, e de que as mulheres não têm experiência para governar bem.

Tabela 30. Associação entre “Gostar do PV” e atitudes em relação à igualdade de gênero na política.

Variável	$\gamma$	Sig.
Votaria em uma mulher para cargo majoritário	,222	,005
Em geral os homens são mais adequados para a carreira política	-,124	,013
Em geral os homens governam melhor do que as mulheres	-,203	,000
As mulheres ainda não possuem experiência política suficiente	-,173	,000

Fonte: ESEB 2010/ N=2000 sig < 0,05

Como é possível verificar a partir dos dados expostos até esse momento as associações entre variáveis partidárias e as relativas ao voto em mulheres são bastante consistentes, indicando que sentimentos positivos em relação à PT, PSDB e PV estão relacionados a posições bastante distintas, o que corrobora com a hipótese desta pesquisa. Em termos gerais parece ser plausível afirmar que identificados com um ou outro partido da análise estão associadas a posturas mais (no caso do PT e PV) ou menos (no caso do PSDB) favoráveis ao empoderamento feminino. Para o caso do PMDB, não encontramos nenhuma associação entre as variáveis de IP e as variáveis relativas à igualdade de gênero.

Uma explicação para esse fato poderia ser de que esse partido (PMDB) tem uma ideologia menos consistente ou amorfa, logo eleitores menos consistentes ideologicamente. O PT por sua vez, seria um partido de “esquerda” ou “centro-esquerda”, e ideologicamente seus

eleitores estariam posicionados a esquerda. O mesmo aconteceria com o PSDB, um partido “centrista” ou “direita”, com eleitores mais conservadores sobre o assunto da igualdade de gênero. O PV seria um partido mais ligado a valores pós-materialistas<sup>40</sup>, é por isso, com eleitores pós-materialistas.

Para confirmar essas relações, propomos agora modelos multivariados de regressão logística que estimam os efeitos das variáveis de sentimento partidário sobre as demais medidas. Começamos pela análise dos efeitos dessas variáveis sobre a probabilidade dos indivíduos fazerem parte do grupo de entrevistados que manifestaram disposição favorável ao voto em mulheres. Essa técnica de análise permite que sejam testados os efeitos das variáveis de identificação junto com as variáveis demográficas, como sexo, escolaridade, idade e renda.

Utilizando como variáveis preditoras primeiramente aquelas que se referem ao ter um dos partidos como representante da sua forma de pensar (TABELA 31), observamos os resultados expostos abaixo. Primeiramente é preciso destacar o baixo rendimento explicativo das variáveis de controle na presença de medidas partidárias, uma vez que apenas a escolaridade dos entrevistados, medida em níveis, se mostrou relevante e seu  $\exp(B)$  de 1,241 indica que cada nível adicional eleva a probabilidade de estar entre os que votariam em uma mulher em 24,1% (apenas para o partido PT). Os efeitos das variáveis partidárias foram confirmados nos sentidos apontados pela análise bivariada inicial. Podemos primeiramente notar que elevações na escala que mede os sentimentos positivos pelo PT produzem incremento de 516,3% na probabilidade de manifestar disposição favorável ao voto em mulheres. Contrariamente, sentimentos positivos sobre o PSDB provocam efeito redutor de 11,2% nessa mesma probabilidade. As medidas partidárias relacionadas ao PMDB e PV não se apresentaram como preditores estatisticamente relevante.

---

<sup>40</sup> A caracterização ideológica deste partido é um problema, pois segundo Sader (2009) é um partido que se perdeu ideologicamente.

Tabela 31. Modelo de Regressão Logística para voto em mulheres usando a variável partidária “pensamento representado” por partidos específicos

Variáveis	PT	PMDB	PSDB	PV
Sexo	1,058	1,049	1,158	1,054
Idade	1,145	1,134	1,116	1,129
Escolaridade (Níveis)	1,241**	1,171	1,210	1,164
Renda Familiar (Faixas)	1,025	,982	1,025	,977
“Pensa” PT	6,163*			
“Pensa” PMDB		,668		
“Pensa” PSDB			,112*	
“Pensa” PV				1,759
Constante	1,400	5,172	6,831	5,077

Fonte: ESEB 2010 \*sig.=0,00 \*\*sig.< 0,05

O modelo seguinte que propomos envolve procedimento semelhante, porém substituindo a variável do “pensamento representado” pela medida relacionada ao gostar dos partidos. Os efeitos novamente são bastante consistentes, inclusive no que diz respeito aos atributos demográficos, pois a escolaridade continua sendo a única medida com efeito significativo, junto com as variáveis de identificação partidária.

Verificamos na Tabela 32 que os mais escolarizados tem maior probabilidade (21,7%) de compor o grupo dos que se posicionam favoravelmente ao voto em mulheres. Sobre a variável “gosta do PT”, temos um efeito positivo e expressivo, elevando essa probabilidade em 113,4%. Ser identificado com o partido PMDB continua não se apresentando como preditor do voto em mulheres, apenas escolaridade medida em níveis aparece como preditor do voto em mulheres, sendo assim, a cada aumento no nível de escolaridade, eleva-se em 15,5% nas chances de estar entre aqueles que estariam dispostos ao voto em mulheres.

No caso do PSDB, aumentar um nível de escolaridade eleva em 16,7% as chances de estar no grupo dos que votaria no empoderamento feminino. Com relação a variável partidária o efeito é negativo, reduzindo essa mesma probabilidade em quase 74,2%. Para o caso do PV verificamos que os mais escolarizados tem probabilidade de 13,6% maior de votar em uma mulher para cargo majoritário. Já a variável de simpatia com esse partido indica que gostar do PV eleva as chances em 30,6% de ter uma atitude favorável ao voto em mulheres.

Tabela 32. Modelo de Regressão Logística para voto em mulheres usando a variável partidária “Gosta” por partidos específicos

Variáveis	PT	PMDB	PSDB	PV
Sexo	1,134	1,064	1,147	1,136
Idade	1,042	,987	,992	1,024
Escolaridade (Níveis)	1,217*	1,155**	1,167**	1,137**
Renda Familiar (Faixas)	1,100	1,021	1,011	,992
“Gosta” PT	2,134*			
“Gosta” PMDB		1,091		
“Gosta” PSDB			,742**	
“Gosta” PV				1,306**
Constante	,966	5,818	10,733	4,378

Fonte: ESEB 2010 \*sig.=0,00 \*\*sig.< 0,05

A igualdade de gênero é uma questão complexa que envolve toda uma abordagem da sociedade, todavia, este trabalho está focado em apenas uma dimensão, a relação entre disposições favoráveis à igualdade no campo político e a visão dos eleitores partidários. A importância desse estudo se dá em entender como se estrutura o princípio dessa igualdade na visão dos eleitores partidários, e que de forma mais abrangente, há diferenças de conteúdo, entre uma posição e outra.

A partir dos resultados obtidos nesta seção verificamos de forma clara que há uma distinção entre as atitudes de eleitores identificados com o PT e PV (atitudes positivas), por exemplo, e PSDB (atitudes negativas) no que concerne a igualdade de gênero. Sendo assim, indivíduos que nutrem sentimentos positivos pelo PT e PV manifestam valores mais favoráveis em relação a diferentes dimensões desse empoderamento, enquanto aqueles identificados com o PSDB tendem a se posicionarem menos favoravelmente a esse empoderamento. Para o PMDB não encontramos associações entre as variáveis.

Para concluir, observou-se que a maioria da população brasileira, pelo menos em tese, se mostra favorável a igualdade de gênero na política. No que diz respeito aos preditores, confirmamos a relevância da escolaridade e dos sentimentos partidários dos eleitores, o que acaba reafirmando a hipótese defendida em outros trabalhos de que os partidos políticos importam para explicar o comportamento eleitoral dos brasileiros, e os sentimentos partidários estão sim, relacionados a atitudes e comportamentos.



## 3.4.

## Partidos, Identidade Ideológica e Igualdade de Gênero

Neste trabalho procuramos demonstrar que há uma relação entre sentimentos partidários e igualdade de gênero no Brasil, ou seja, há uma diferenciação entre eleitores que tem algum tipo de identificação com o PT e PV e o voto em mulheres para cargos políticos; e uma relação oposta entre eleitores do PSDB, e nenhuma relação entre as variáveis de “igualdade” e o PMDB. Esta seção tem por objetivo maior explicar a razão de tais resultados, e por isso, demonstrar que as orientações ideológicas dos eleitores auxiliam na formação de identidades partidárias e orientam o comportamento político.

Resgatando a análise de Dalton, Farrell e McAllister em *Political Parties and Democratic Linkage* (2011), os autores encontram cinco tipos de vinculações entre os eleitores e os partidos políticos. São eles o recrutamento de cidadãos interessados e condução do processo eleitoral (*Campaign linkage*); a mobilização de votos (*Participatory linkage*); o fornecimento de informações sobre políticas e apresentação de alternativas que estruturam as preferências políticas dos votantes (*Ideological linkage*); o estabelecimento de congruência entre as preferências dos eleitores e a composição ideológica do parlamento e governo (*Representative linkage*); e o cumprimento com as políticas que são advogadas por tal partido (*Policy linkage*).

Neste instante, voltamos nossa atenção para a vinculação ideológica entre eleitores e os partidos políticos. Esse *link* faz referência ao modo como os eleitores vêm sua preferência política sobre a lente das orientações de *Esquerda-Direita* e se utilizam destas informações para escolher entre os partidos ou formar identidades partidárias, e que mais tarde, essas percepções vão guiar o comportamento político do eleitor.

Essas orientações são amplamente utilizadas pela mídia e na academia para sumarizar assuntos políticos, orientações partidárias e a dinâmica da escolha eleitoral (Dalton, Farrell & McAllister, 2011). Todavia, a utilização dessa terminologia gerou inúmeros debates, sendo que no mais recorrente alguns pesquisadores defendem que pessoas comuns têm um

entendimento abstrato do conceito de Esquerda e Direita e que também a maioria dos eleitores não organizam suas orientações políticas de acordo com a ideologia.

Dalton, Farrell & McAllister (2011), por outro lado, buscam demonstrar a relação entre as preferências ideológicas e o voto. Seguindo com essa perspectiva mais positiva, os cidadãos possuem um entendimento politicamente heurístico que ajudam a orientar o indivíduo, simplificando as escolhas através da dicotomia *Direita-Esquerda* e também auxilia na discussão de assuntos sobre os cursos do governo. Para esses autores, essas orientações ainda servem para formar opiniões sobre determinados assuntos, avaliação de eventos e atores políticos, e também escolhas políticas.

Nesta mesma linha, Singer (1998 *apud* Carreirão, 2002) define a identificação ideológica como uma “adesão a uma posição no contínuo *Esquerda-Direita* ou *Liberal-Conservador* que, mesmo sendo difusa, isto é, cognitivamente desestruturada, sinaliza uma orientação política geral do eleitor” (p. 56). Portanto, mesmo que parte dos eleitores não saiba definir o que seja esquerda e direita, quando solicitados a fazê-lo, o eleitor poderia utilizar estes conceitos para orientar sua decisão de voto porque se trataria

[...] de um conhecimento intuitivo, de um sentimento do que significam as posições ideológicas. Esse sentimento permite ao eleitor colocar-se na escala em uma posição que está de acordo com suas inclinações, embora não as saiba verbalizar. E a mesma intuição o conduz a situar os candidatos (e os partidos) nessa escala e votar coerentemente (Singer, 1998, *apud* Carreirão, 2002, p. 56).

Deste modo, as orientações *Direita-Esquerda* podem ser consideradas como um atalho que as pessoas utilizam para fazer decisões sobre os partidos políticos e os líderes que eles vão apoiar nas eleições (Dalton, Farrell & McAllister, 2011). Para estes autores esse fato ocorre da mesma forma que a identificação partidária, que é um meio onde os eleitores reduzem a quantidade de informação necessária para entender e interpretar o mundo político.

Uma importante discussão que veem se materializando nas pesquisas acadêmicas no Brasil tem a ver se com a existência da relação da identificação ideológica e a relação com os partidos políticos, ou melhor, a literatura vem apontando que essa forma de identificação teve seu peso reduzido na dinâmica do processo político nacional.

No Brasil, um autor que testou a relação entre o posicionamento ideológico e a preferência partidária foi Yan Carreirão (2002 e 2007). A intenção do primeiro artigo (2002) era analisar a existência de relações entre a ideologia dos eleitores e o voto nas eleições presidências, utilizando como variável de controle a escolaridade. Concluiu que a identificação ideológica parece ter certo peso na decisão do voto para presidente<sup>41</sup>, e que esse tipo de identificação depende da escolaridade dos eleitores, em resumo, à medida que esta aumenta, crescem linearmente: a) a compreensão dos termos “esquerda” e “direita”; b) o percentual de eleitores que se localizam numa escala “esquerda-direita” (ou seja, que se identificam ideologicamente) e c) o grau de associação entre esta identificação, de um lado, e o voto, a preferência partidária e as opiniões políticas dos eleitores, de outro (Carreirão, 2007).

Em outro momento (2007), este autor testa a existência de relações entre a identificação ideológica, os sentimentos partidários e o voto na eleição presidencial de 2006, ainda utilizando como variável de controle a escolaridade<sup>42</sup>. Como resultados encontrou que houve uma redução na identificação ideológica e que se deu especialmente em detrimento da esquerda, além disso, a queda nessa forma de identificação ocorreu em todas as faixas de escolaridade. As evidências apresentadas indicam que entre 2002 e 2006 houve um declínio da utilização, pelos eleitores brasileiros, da dimensão *Esquerda-Direita* para localizar a si mesmos, os partidos e os políticos e, a seguir, votar em conformidade com estes posicionamentos. Quando analisados a relação entre “sentimentos partidários” e voto, os resultados da análise indicaram, tanto para 2002 quanto para 2006, uma forte associação junto àqueles eleitores que percebiam diferenças significativas entre os partidos.

É importante destacar que o tipo de coligação nas eleições teve um papel essencial nestas questões. Segundo Rabello (2012) a inclusão de atores ao centro (PMDB) e à direita do governo Lula (PL, PTB, PP) contribuiu para modificar o sentimento partidário no país. Segundo o autor, houve uma queda da identificação partidária, favorecida pela imagem negativa dos escândalos de corrupção ocorridos no período de 2003-2007 e também, pelo PT, que se aliou com antigos adversários, e por isso, teve sua congruência ideológica diminuída.

Visto isto, um ponto interessante é identificar o posicionamento político dos partidos comumente entendidos como esquerda direita. Uma vez que, apesar dos eleitores estarem

---

<sup>41</sup> Carreirão (2002) analisa o período de 1989 a 1997.

<sup>42</sup> Neste artigo, são utilizados os dados do ESEB 2002 e 2006.

tendo dificuldades de diferenciar os partidos em esquerda-direita, e também de se autoposicionarem, internamente os partidos fariam políticas diferenciadas e que podem ser enquadradas em esquerda-direita.

Yan Carreirão (2008) ao verificar a existência de algum tipo de estrutura nas opiniões dos eleitores que manifestam sentimentos partidários. E embora com intensidades relativamente baixas, houve associação entre, por exemplo, maior preferência partidária por partidos à esquerda entre eleitores com atitudes mais democráticos, igualitários, participativos e liberais.

Esse fato é relevante para o esta dissertação, posto que, esses dados servem para ilustrar e corroborar com os resultados encontrados nesta pesquisa. Há diferenças entre os posicionamentos dos eleitores (do PT, PMDB, PV e PSDB) com relação a maior participação das mulheres nas esferas representativas. Os resultados aqui encontrados demonstram que indivíduos que nutrem sentimentos positivos pelo PT e PV manifestam valores mais favoráveis em relação a diferentes dimensões dessa igualdade, enquanto aqueles identificados com o PSDB tenderiam a se posicionar menos favoravelmente. Para o PMDB não encontramos associações entre as variáveis.

O termo *Esquerda-Direita* são frequentemente identificados com posições contrastantes, e classicamente, as diferenças entre esquerda e direita são vinculadas a questão de mudança ou conservação, de igualdade ou desigualdade (Carreirão, 2002). Por lógica, cidadãos identificados com a Esquerda geralmente são mais adeptos a ajudas sociais, um papel maior do governo na gestão da economia, e garantir o bem-estar da classe trabalhadora, desejam mudanças igualitárias e também estaria associada à mobilização social. Os identificados com a Direita seriam adeptos a modestos programas sociais, menor interferência do Estado na economia, na defesa do interesse econômico da classe média e alta, e conservadorismo dos eleitores que se colocam à direita não se expressariam em uma rejeição às mudanças, mas no apego à autoridade e à ordem. É importante destacar que esses valores já não estão mais circunscritos a classe social (Dalton, Farrell & McAllister, 2011).

Quando analisamos o mapeamento ideológico dos partidos brasileiros, verificam-se algumas divergências, por exemplo, para D'Alva Kinzo (1993), o PT seria o único partido “realmente de esquerda”, o PSDB seria de centro-esquerda; o PMDB ocuparia o centro do espectro (p. 79). Outra conceituação que foge da habitual é a de Olavo Brasil de Lima Jr. (1993 *apud* Rodrigues, 2006) que colocou o PMDB entre os partidos de direita e o PSDB foi

incluído entre os partidos de esquerda (p. 61). Carreirão (2006), por sua vez, qualificou o PT como partido de esquerda e o PMDB e PSDB como centro.

Entretanto, a classificação ideológica do PV é um problema. Uma vez que houve uma mudança, ou melhor, como aponta Sader (2009), instaurou-se uma crise de identidade do movimento ecológico, que colocou em questão sua identidade. Esse partido que assim como os outros Partidos Verdes, em seu nascimento, poderiam ser descritos como partidos ligados a questões do pós-materialismo, agora, foram se distanciando do campo da esquerda e do anticapitalismo, tendendo para o centro e para alianças com a direita.

É necessário destacar que, os partidos são percebidos de modo diferente na medida em que o sistema partidário se institucionaliza e suas orientações políticas e programas mudam, especialmente quando confrontados com a realidade do governo ou com as possibilidades de alcançá-lo (Rodrigues, 2006).

A maioria dos partidos brasileiros tem sua origem no campo da esquerda, seja pelo seu histórico, marco de surgimento, seja por sua nomenclatura e estatuto (Dias, Menezes & Ferreira, 2012), apesar disto a nomenclatura diz muito pouco com relação ao seu real posicionamento político: ideias e valores que defendem, políticas que elaboram, e alianças que estabelecem.

Analisando separadamente cada partido, sua ideologia e os resultados aqui obtidos, o PT, como classificado anteriormente, seria um partido de esquerda, e com formulações (propostas, programas partidários, diretrizes, etc.) neste espectro. Conforme demonstra Vieira & Maciel (2011), este é o partido que mais aborda o tema das minorias, destinando 9% de seu texto a estas questões, e em sua maioria, está diretamente relacionado com o tema da democracia direta e da participação. Fato que segundo as autoras, poderiam ser comprovados, pois no governo do presidente Lula houve uma expansão considerável dos experimentos democráticos de participação da sociedade civil, principalmente de grupos minoritários, na proposição de políticas públicas (p. 22). E segundo Dias, Menezes & Ferreira (2012), é um partido que seria ligeiramente predisposto aos valores pós-materialistas; e universalista em suas propostas.

Os dados obtidos nesta pesquisa seguem nesta direção, em razão de que eleitores identificados com o partido tanto na forma “sentirem-se representados” quanto na forma de “gostar” tiveram uma associação alta e forte com relação à igualdade de gênero. Ou seja,

seriam eleitores mais favoráveis a participação da mulher em cargos políticos, e também negam que o espaço político deva ser um local predominantemente masculino.

O PMDB por outro lado, foi um partido ideológico de esquerda ao longo da década de 1980 e colheu os frutos de sua pregação oposicionista durante governo militar. Atualmente é um partido de centro, em uma análise mais aprofundada do partido, Dias, Menezes & Ferreira (2012) observam que é uma organização que apresenta um completo equilíbrio entre valores de esquerda, direita e pós-materialistas. Entretanto, o principal efeito deste comportamento é a indefinição, que compromete sua identidade pública, ou em suas palavras, “*um partido dividido, para dizer o mínimo*” (p. 228, grifo dos autores). Quando consideramos os resultados desta pesquisa, verificamos uma falta de associação entre as variáveis de identidade partidária e as variáveis de igualdade. É um partido amórfico e com uma identidade ideológica enfraquecida.

O PSDB por sua vez, foi um partido que se baseou nos princípios da socialdemocracia. Ideologia esta que não intentaria destruir o capitalismo, mas reduzir ao máximo as desigualdades sociais e a pobreza através de um Estado que redistribui a renda em forma de assistência e programas sociais. O PSDB vem se revelando um partido de centro, levemente direcionado à esquerda, e significativamente predisposto à adoção de valores pós-materialistas (Dias, Menezes & Ferreira, 2012), apesar disto, promoção de valores de esquerda, como a igualdade, e pós-materialistas, como a inclusão social de minorias, está fortemente contaminada (e é defendida apenas através de líderes específicos). Em nossa pesquisa, os resultados encontrados são negativos, eleitores que se identificam com este partido e com a ideologia proposta por este, tendem a ter atitudes contrárias a igualdade de gênero na política e apresentam ainda que, a esfera política, deve ser de domínio masculino.

Por fim, como dito anteriormente, o PV é um partido problemático ideologicamente. Quando surgiu no cenário nacional, tinha tendências esquerdo-ambientalistas, e não possuía grandes forças políticas no país, diferente de outros Partidos Verdes no mundo. Essa organização começou a ganhar destaque nas eleições de 2010, com a candidata Marina Silva, que vinda do PT, disputou a presidência, ficando em terceiro nas eleições gerais. Na atualidade, é um partido com problemático ideologicamente, e com tendências de centro, mas que poderia ser visto como um partido com tendências pós-materialistas. Ainda sim, os resultados mostram que eleitores identificados na forma de gostar seriam eleitores mais

predispostos ao voto em mulheres, apesar de que, associações entre eleitores identificados cognitivamente com esse partido e as variáveis de igualdade foram nulas.

A presente seção teve como intenção debater a relação entre ideologia, partidos políticos e a participação feminina na política. Apesar de inúmeras literaturas demonstrarem que essas organizações partidárias pouco de diferenciam ideologicamente entre os eleitores, esta dissertação buscou demonstrar que as posições ideológicas auxiliam na formação de identidades partidárias e orientam o comportamento político, e que, os partidos políticos estruturam posições diferenciados com relação a igualdade de gênero na política.

A seguir, apresentaremos as considerações finais desta pesquisa, onde retomaremos brevemente as exposições aqui feitas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação buscou verificar se, conforme defendido por outros autores (Ribeiro, Carreirão & Borba, 2011) havia uma relação entre sentimentos partidários e igualdade de gênero, ou melhor, se havia uma estrutura diferenciada nas opiniões políticas dos eleitores que manifestam sentimentos ou identificação por um dos quatro partidos nacionais (PT, PMDB, PSDB e PV), e também quais variáveis seriam relevantes para explicar o voto em mulheres.

De acordo com a literatura aqui discutida, muito se fala sobre uma crise pela qual estariam passando os partidos políticos, e o principal indicativo seria a transformação dessas organizações em “organizações sem membros”, com a acentuada redução do nível de filiados e também na capacidade de atrair a atenção e o afeto das massas. Esses argumentos sugeririam que estaria se tornando cada vez mais difícil para os eleitores encontrarem diferenças significativas em termos de ideologia ou de objetivos entre os diferentes partidos ou entenderem essas diferenças como particularmente relevantes para as suas necessidades e problemas, portanto, os eleitores teriam cada vez mais dificuldades em entendê-los como representantes dos seus interesses e preocupações.

Sobre essa questão, alguns analistas observam tal fato se dá pelo surgimento de outras formas de participação política que seriam mais efetivas, também se observa que o surgimento de um eleitor mais bem informado e interessado por assuntos políticos, e por isso, mais independente dessas instituições. Outros fatores, segundo essa literatura advém de mudanças e novas técnicas de campanhas e de pesquisas de opiniões, que estariam alterando a prática da política, e também na crescente influência da mídia sobre o controle da divulgação que antes era repassada à população pelos partidos.

No Brasil, a desconfiança com relação aos partidos apareceu também com força, com a maioria dos trabalhos que procuraram examinar que fatores contribuíram para essa desconfiança e desencanto. E para Kinzo (2005) o baixo interesse pela política por parte do eleitorado brasileiro, associada à disputa eleitoral personalista, parece explicar de maneira competente a pequena taxa de partidarismo no Brasil do que qualquer sentimento de rejeição à política partidária.

Apesar disto, algumas literaturas vêm procurando examinar o quão efetivo os partidos políticos são em seu papel de orientar os cidadãos na decisão dos votos, de estruturar opiniões



e atitudes (Braga & Pimentel Jr., 2011; Carreirão, 2008; Ribeiro, Carreirão & Borba, 2011; Veiga, 2007, 2011, entre outros), assim como esta dissertação, que procurou combinar o interesse pelos estudos dos partidos como instituições capazes de condensar valores e disposições subjetivas em seus simpatizantes ou identificados e a preocupação com os condicionantes subjetivos da sub-representação feminina em nosso país.

Entendemos que o partidarismo funcionaria como uma heurística que os indivíduos usam para dar senso a política, que concede estrutura e significado aos sistemas de crenças individuais e proporcionam um conjunto de percepções que ajudam os cidadãos a organizarem as complexidades das políticas. A questão central, aqui discutida, tem haver com “o que o meu partido pensa sobre o voto em mulheres para cargos majoritários” (adaptado de Dalton, McAllister & Wattenberg, 2003).

Estudar a igualdade de gênero nas diferentes esferas da vida social e política se tornou relevante para a pesquisa acadêmica. Apesar de já haver progresso em relação à igualdade de gênero dentro de importantes campos da vida social em escala mundial, grandes disparidades ainda persistem dentro do quadro político, como demonstramos no capítulo 1, *A sub-representação política das mulheres: cenário mundial e explicações*, a participação das mulheres em processos de tomada de decisão, particularmente ao que se refere ao âmbito representativo é baixa.

Mostramos que apenas 6,5% da população entrevistada pelo ESEB 2010, não votariam em uma mulher para cargo majoritário, considerando o melhor preparo e capacidade dos homens para o cargo. A outra maioria (93,5%) teriam disposições favoráveis ao voto, considerando que as mulheres seriam tão competentes quanto os homens.

Os principais preditores de valores igualitários no que se refere ao gênero foram, escolaridade e os sentimentos partidários. O que nos possibilita a confirmação da hipótese inicial desta pesquisa, em que, de fato, esses sentimentos estruturam opiniões diferenciadas nos eleitores identificados. Portanto, destaco que:

- Eleitores que gostam ou tem o PT representando a sua forma de pensar, estão associados de maneira positiva e forte a atitudes em relação à igualdade de gênero e a discordância das afirmações que relacionam o espaço político como domínio masculino. Sendo assim, estar entre aqueles que se identificam com o PT, eleva em 516,3% (pensamento representado) e 113,4% (gosta) na probabilidade de manifestar

disposições favoráveis ao voto em mulheres e cada nível adicional de escolaridade eleva a probabilidade de estar entre os que votariam em uma mulher em 24,1% (pensamento representado) e os mais escolarizados (na forma de gostar) tem a probabilidade de 21,7% de compor o grupo dos que se posicionam favoravelmente ao voto em mulheres;

- Não há relação entre nenhuma das variáveis de identificação ao PMDB e as variáveis de gênero, mas, estar entre os mais escolarizados e identificados na forma de gostar deste partido, eleva-se em 15,5% na probabilidade de estar entre aqueles que estariam dispostos ao voto em mulheres;
- Eleitores que gostam ou tem o PSDB representando sua forma de pensar, estão associados de maneira negativa ao empoderamento feminino e tendem a concordar com as afirmações de que os homens governam melhor, são mais adequados para a carreira política, e também que as mulheres não têm experiência para governar bem. Sentimentos positivos pelo este partido provocam um efeito redutor de 11,2% (pensamento representado) e 74,2% (gosta) na probabilidade de manifestar disposições favoráveis ao voto em mulheres, todavia, aumentar um nível de escolaridade aumenta em 16,7% as chances de estar no grupo dos que votaria no empoderamento feminino;
- Eleitores que gostam do PV estão associados de maneira positiva ao empoderamento feminino e a discordância das afirmações que relacionam o espaço político como domínio masculino, a variável de simpatia com esse partido indica que gostar do PV eleva as chances em 30,6% de ter uma atitude favorável ao voto em mulheres. E não há relação entre a variável “PV como representante da forma de pensar” e as atitudes relacionadas a essa igualdade. Para o caso do PV verificamos que os mais escolarizados tem probabilidade de 13,6% maior de votar em uma mulher para cargo majoritário;

Em síntese, quando exploramos a organização ideológica interna dos partidos, tais resultados parecem plausíveis. Apesar de a literatura atual estar reforçando o pouco valor explicativo da identidade ideológica, vemos que, partidos ligados a esquerda ou mais liberais nesse sentido e identificados com valores igualitários (PT e PV), tiveram como resultados associações positivas nesse sentido. Já partidos com valores mais conservadores (PSDB) tiveram associações negativas à igualdade de gênero. O PMDB por outro lado, por ser um

partido indefinido ideologicamente, verificamos uma falta de associação entre as variáveis de identidade partidária e as variáveis de igualdade.

Por fim, apesar da “crise” documentada dos partidos como instituições de representação, estes continuam sendo relevantes ao menos no que diz respeito à adesão de natureza psicológica e cultural dos eleitores e ainda estão associados a posicionamentos específicos sobre questões em relação a igualdade de gênero na política.

## REFERÊNCIAS

- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The Civic Culture: Political attitudes and Democracy in five nations**. Nova York: Sage, 1963.
- ARAÚJO, Clara. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 9, n°1, p. 231-252, 2° semestre, 2001.
- ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n.24, p. 193-215. 2005.
- BALBACHEVSKY, Elizabeth. Identidade partidária e Instituições Políticas no Brasil. **Lua Nova**, n. 26, p. 133-165, 1992.
- BAQUERO, Marcello. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. **São Paulo em Perspectiva**, [online], vol.15, n°4, p. 98-104, 2001.
- BAQUERO, Marcello; LINHARES, Bianca de Freitas. Porque os brasileiros não confiam nos partidos? Bases para compreender a cultura política (anti)partidária e possíveis saídas. **Revista Debates**, Porto Alegre, vol.05, n°1, p. 89-194, Jan./Jun. 2011.
- BIZZARRO NETO, Fernando Augusto. **PMDB: organização e desenvolvimento em São Paulo (1994-2010)**. 2013. p 199. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- BOHN, Simone. Mulher para presidente do Brasil? Gênero e política na perspectiva do eleitor brasileiro. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 14, n° 2, p. 352-379, Nov. 2008.
- BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. **Opinião Pública**, Campinas, vol. XI, n°1, p.147-168, Mar. 2005.
- BRAGA, Claudio Mendonça. **O caráter nacional dos partidos na federação brasileira**. 2009. p. 146. (Dissertação de Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- BRAGA, Maria do Socorro Sousa; BOURDOUKAN, Adla. Partidos políticos no Brasil: organização partidária, competição eleitoral e financiamento público. **Perspectivas**, São Paulo, v. 35, p. 117-148, Jan./Jun. 2009.
- BRAGA, Maria do Socorro Sousa; PIMENTEL JÚNIOR, Jairo. Os partidos políticos brasileiros realmente não importam? **Opinião Pública**, Campinas, vol. 17, n° 2, p. 271-303, Nov., 2011.
- CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)**, 3. Ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1990.

CARREIRÃO, Yan de Souza. Identificação ideológica e voto para presidente. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 8, n° 1, p. 54-79, 2002.

CARREIRÃO, Yan de Souza. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 12, n° 1, p. 136-163, Maio, 2006.

CARREIRÃO, Yan de Souza. Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 13, n° 2, p. 307-399, Nov., 2007.

CARREIRÃO, Yan de Souza. Opiniões políticas e sentimentos partidários dos eleitores brasileiros. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 14, n° 2, p. 319-351, Nov., 2008.

CARREIRÃO, Yan de Souza; KINZO, Maria. D'Alva. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002). **Dados**. Rio de Janeiro, vol.47, n°1, 2004.

CARVALHO, José Murilo *de*. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Brasília: EDUNB, 1981.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CHACON, Vamireh. **História dos Partidos Brasileiros**. Brasília: Ed. UnB, 1981

CERVI, Emerson. Métodos Quantitativos nas Ciências Sociais: uma abordagem alternativa ao fetichismo dos números e ao debate com qualitativistas. **Intercon**. 4-7 de setembro, Curitiba, 2009.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA – CEPAL. (Banco de Dados). Disponível em: < <http://www.cepal.org/oig/>>. Acesso em: 25 jan. 2015

CHARLOT, J. **Os partidos políticos**. Editora UnB: Brasília, 1982

DAALDER, Hans. ¿Partidos negados, obviados o redundantes? Una crítica. In: Eds. Montero, José Ramón; Gunther, Richard; Linz, Juan. **Partidos Políticos: viejos conceptos y nuevos retos**. Madrid: Ed. Trotta. 2007. p. 49-69.

DALTON, Russell. **The Apartisan American: Dealignment and Changing Electoral Politics**. Washington, DC: Sage, 2013.

DALTON, Russell; FARRELL, David; McALISTER, Ian. **Political Parties and Democratic Linkage**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2011.

DALTON, Russell; MACLISTER, Ian.; WATTENBERG, Martin. Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas”. **Análise Social**, Lisboa vol. XXXVIII, n° 167, p. 295-320, 2003.

DARCY, Robert; WELSH, Susan; CLARKI, Janet. **Women, Elections and Representation**. Lincoln: University of Nebraska Press, 1994.

DIAS, Marcia Ribeiro; MENEZES, Daiane B.; FERREIRA, Geison. A quem serve o Graal? Um estudo sobre a classificação ideológica dos partidos políticos através de seus projetos de lei na Alerg (2003 a 2006). **Civitas**, Porto Alegre, vol. 12, nº 2, p. 209-235, 2012.

ESTUDO ELEITORAL BRASILEIRO – ESEB, 2002. (Banco de dados). 2004. In: Consórcio de Informações Sociais. Disponível em: <[www.cis.org.br](http://www.cis.org.br)>. Acesso em: 25 jan. 2015

ESTUDO ELEITORAL BRASILEIRO – ESEB, 2006. (Banco de dados). 2010. In: Consórcio de Informações Sociais. Disponível em: <[www.cis.org.br](http://www.cis.org.br)>. Acesso em: 23 ago. 2010.

ESTUDO ELEITORAL BRASILEIRO – ESEB, 2010. (Banco de dados). 2012. In: Consórcio de Informações Sociais. Disponível em: <[www.cis.org.br](http://www.cis.org.br)>. Acesso em: 23 ago. 2013

FLEISCHER, David. Os partidos políticos. In: Org. AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. **Sistema Político Brasileiro: Uma introdução**. 2º Ed; São Paulo: Editora Unesp, 2007. p. 303-347.

GROSSI, Miriam P.; MIGUEL, Sônia M. Transformando a diferença: as mulheres na política. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 167-206, 2001.

HOFMEISTER, Wilhelm; GRABOW, Karsten. **Political Parties: Functions and Organization in Democratic Societies**. Singapore: Konrad Adenauer Stiftung, 2011.

INGLEHART, Ronald. **The silent revolution**. Princeton: Princeton University Press, 1981.

INGLEHART, Ronald; NORRIS, Pippa. **Rising tide: Gender equality and cultural change around the world**. Nova York: Cambridge University Press, 2003.

INTER-PARLAMENTARY UNION – IPU (Banco de dados): In: Inter-Parliamentary Union. Disponível em: <<http://www.ipu.org/wmn-e/world>>. Acesso em: 25 jan. 2015

KINZO, Maria D'Alva. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo em Perspectiva**, [online], vol.15, nº4, p. 2-12, 2001.

KINZO, Maria D'Alva. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online], vol. 20, nº57, p. 65-205, Fev. 2005.

MAIR, Peter. Os partidos políticos e a democracia. **Análise Social**, Portugal, vol. 38, nº167, p. 277-293, 2003.

MENEGUELLO, Rachel. **PT: Inovação no sistema partidário brasileiro**. Estudo da formação e organização do Partidos dos Trabalhadores e de sua participação nas eleições de 1982 em São Paulo. 1987. p. 308. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1987.

MIGUEL, Luis Felipe. Política de interesses, política do desvelo: representação e 'singularidade feminina'. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 9, nº 1, p. 253-67, 2001.

- MONTERO, José Ramón; GUNTHER, Richard. Introducción: Los estudios sobre los partidos políticos. In: Eds. MONTERO, José Ramón; GUNTHER, Richard; LINZ, Juan. **Partidos Políticos: viejos conceptos y nuevos retos**. Madrid: Ed. Trotta. 2007. p. 15-46.
- NORRIS, Pippa. Women in European legislative elites. **West European Politics**, [online], vol. 8, n.º.4, p. 90-101, 1985.
- NORRIS, Pippa. **Politics and Sexual Equality**. Boulder: Rienner, 1987.
- NORRIS, Pippa. **Democratic Deficit**. New York: Cambridge University Press, 2011.
- PAIVA, Denise, BRAGA, Maria do Socorro S. e PIMENTEL Jr. Jairo. Eleitorado e partidos políticos no Brasil. **Opinião Pública**. Campinas, vol. 13, n.º 2, p.388-408, 2007.
- PAIVA, Denise; TAROUÇO, Gabriela da Silva. Voto e identificação partidária: os partidos brasileiros e a preferência dos eleitores. **Opinião Pública**. Campinas, vol.17, no.2, p.426-451, Nov., 2011.
- PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- PHILLIPS, Anne. **Engendering democracy**. Cambridge, Polity Press, 1991.
- PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença?. **Revistas Estudos Feministas**, Florianópolis, Ano 9, p.268-290, 2001.
- POGUNTKE, Thomas. Anti-Party Sentiment – Conceptual Thoughts and Empirical Evidence: Explorations into a Minefield. **European Journal of Political Research**, vol. 29, n.º03, p. 319–44, 1996.
- POGUNTKE, Thomas; Scarrow, Susan E. The politics of anty-party sentiment: Introduction. **European Journal of Political Research**, vol. 29, n.º03, p. 257-262, 1996
- RABELLO, Mauricio. Ideologias partidárias no governo Lula: a percepção do eleitor. **Civitas**, Porto Alegre, vol. 12, n.º 2, p. 298-320, 2012.
- REYNOLDS, Andrew. Women in the legislatures and executives of the world: Knocking at the highest glass ceiling. **World Politics**, Cambridge, v. 51, n. 4, p. 547–572, Jul., 1999.
- RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. **Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil**. Maringá: Eduem, 2011.
- RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; CARREIRÃO, Yan; BORBA, Julian. Sentimentos partidários e atitudes políticas entre os brasileiros. **Opinião Pública**, Campinas, v. 17, N.º 2, p. 333-368, 2011.
- RODRIGUES, Leôncio. Partidos, ideologia e composição social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n.º 48, p. 31-47, fev, 2002.

ROMA, Celso. Política de alianças e desempenho eleitoral: as estratégias de competição do PSDB. In: **XXIV Encontro Anual da ANPOCS**, GT 08: Mídia, opinião pública e eleições. Petrópolis, Out., 2000.

ROMA, Celso. A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [online], v. 17, n° 49, Jun. 2002.

ROMA, Celso. Organizaciones de partido en Brasil: El PT y el PSDB bajo perspectiva comparada. **América Latina Hoy**, vol. 44, p. 153-184, 2006.

RULE, Wilma. Electoral systems, contextual factors and women's opportunities for parliament in 23 democracies. **Western Political Quarterly**, [online], vol. 40, p. 477-498, 1987.

RULE, Wilma. Why women don't run: The critical contextual factors in women's legislative recruitment. **Western Political Quarterly**, [online], vol. 34, p. 60-77, 1988.

SACCHET, Teresa. Capital Social, gênero e representação política no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 15, n°2, p. 306-332, Nov., 2009.

SAMUELS, David. As bases do Petismo. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 10, n° 2, p. 221-241, Out., 2004.

SAMUELS, DAVID; ZUCCO, C. (2013) The Power of Partisanship in Brazil: Evidence from Survey Experiments. **American Journal of Political Science**, [online], p. 1-14, 2013.

SITE: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/apuracao-1-turno/index.htm>. Acesso dia: 23 de jun, 2013.

TORCAL, Mariano; MONTERO, José Ramón; GUNTHER, Richard. Los sentimientos antipartidistas en sur de Europa. In: Eds. MONTERO, José Ramón; GUNTHER, Richard; LINZ, Juan. **Partidos Políticos: viejos conceptos y nuevos retos**. Madrid: Ed. Trotta, p. 245-276, 2007.

VAN BIEZEN, Ingrid. The place of Parties in contemporary Democracies. **West European Politics**, Vol.26, N°.3, p.171-184. 2003.

VEIGA, Luciana. Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002. **Opinião Pública**, Campinas, vol.13, n°2, p. 340-365, Novembro, 2007.

VEIGA, Luciana. Comportamento e valores políticos. **Revista Compólitica**, vol. 1, n°1, mar-abr, 2011a.

VEIGA, Luciana. O partidarismo no Brasil (2002/2010). **Opinião Pública**, Campinas, vol.17, n°2, p. 400-425, Nov., 2011b.

VIOLA, Eduardo. A heterogeneidade política. **Lua Nova** [online], vol.3, n.4, pp. 45-49. 1987.



VIOLA, Eduardo. **O Movimento ecológico no Brasil (1974-1986): Do ambientalismo à ecopolítica.** Disponível em: [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_03/rbcs03\\_01.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_01.htm). Acessado em 23/07/2014, às 19:12

WHITELEY, Paul. Is the party over? The decline of party activism and membership across the democratic world. **Party Politics**, online, Vol.17, n° 1, p. 21-44, 2011.

WHITELEY, P.F. & SEYD, P. **High-Intensity Participation: the dynamics of party activism in Britain.** EUA: University of Michigan, 2002

WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Gender Gap Report 2012.** Disponível em: <[http://www3.weforum.org/docs/WEF\\_GenderGap\\_Report\\_2012.pdf](http://www3.weforum.org/docs/WEF_GenderGap_Report_2012.pdf)>.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Gender Gap Report 2013.** Disponível em: [http://www3.weforum.org/docs/WEF\\_GenderGap\\_Report\\_2013.pdf](http://www3.weforum.org/docs/WEF_GenderGap_Report_2013.pdf)

YOUNG, Iris Marion. **A imparcialidade e o público cívico: Algumas implicações das críticas feministas da teoria moral e política.** In: BENHABIB, Seyla. CORNELL, Drucilla (Cord.). Rio de Janeiro: Rosa dos tempos LTDA. p. 66-86, 1987.

## APÊNDICE METODOLÓGICO

### 1) “Pensa PT”, “Pensa PMDB”, “Pensa PSDB” e “Pensa PV”

Identificação na Base de Dados: ESEB8

Questão: Qual o partido melhor representa a maneira como o(a) sr(a) pensa?

Codificação: lista com 28 partidos brasileiros, na qual o PT tinha valor 04, o PMDB tinha valor 01, PSDB tinha valor 08 e o PV tinha valor 14.

Recodificação: os partidos analisados foram recodificados como 1 e os outros partidos como 0 na construção de quatro variáveis. Respostas como “não sabe”, “não respondeu” foram recodificadas como ausentes.

### 2) “Gostar do PT”, “Gostar do PMDB”, “Gostar do PSDB” e “Gostar do PV”

Identificação na Base de Dados: ESEB44 (PT), ESEB45 (PMDB), ESEB48 (PSDB) e ESEB49 (PV)

Questão: Agora gostaria de saber com mais detalhes o que o(a) sr(a) pensa sobre alguns partidos políticos. Por favor, use uma **nota de 0 a 10** para indicar o quanto o(a) sr(a) gosta do partido que eu vou mencionar. Zero significa que o(a) sr(a) não gosta do partido e dez que o(a) sr(a) gosta muito. Quando eu falar o nome de um partido que o(a) sr(a) não conhece, apenas diga que não o conhece.

Codificação: 0 (Não gosta), 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 (Gosta muito)

Recodificação: sem recodificação

### 3) Votaria em mulheres para cargos majoritários (...)?

Identificação na Base de Dados: ESEB64

Questão: Votaria em uma mulher para algum cargo majoritário, como presidente, governadora ou senadora?

Codificação: 1 (Sim) e 2 (Não).

Recodificação: Para a utilização desta variável recodificamos as respostas em 0 (Não) e 1 (Sim).

### 4) Variáveis de gênero.

A) Identificação na Base de Dados: ESEB80a

Questão: Agora eu vou ler uma série de frases e gostaria que o(a) sr(a) me dissesse se discorda muito, discorda, concorda ou concorda muito com cada uma delas.

Em geral homens são mais adequados para a carreira política do que as mulheres.

Codificação: (1) Discorda muito; (2) Discorda; (3) Concorda; (4) Concorda muito; (5) Não concorda nem discorda.

Recodificação: sem recodificação.

B) Identificação na Base de Dados: ESEB80b

Questão: Agora eu vou ler uma série de frases e gostaria que o(a) sr(a) me dissesse se discorda muito, discorda, concorda ou concorda muito com cada uma delas.

Em geral, quando eleitos, homens governam melhor do que mulheres.

Codificação: (1) Discorda muito; (2) Discorda; (3) Concorda; (4) Concorda muito; (5) Não concorda nem discorda.

Recodificação: sem recodificação.

C) Identificação na Base de Dados: ESEB80c

Questão: Agora eu vou ler uma série de frases e gostaria que o(a) sr(a) me dissesse se discorda muito, discorda, concorda ou concorda muito com cada uma delas.

As mulheres ainda não tem experiência política suficiente para governar bem.

Codificação: (1) Discorda muito; (2) Discorda; (3) Concorda; (4) Concorda muito; (5) Não concorda nem discorda.

Recodificação: sem recodificação.

## ANEXO 1 – ELEIÇÕES 2010

Tabela 1. Candidaturas nas Eleições de 2010 – Sexo por Regiões (candidaturas aptas)

REGIÕES	Mulheres	% de Mulheres	Homens	% de Homens	TOTAL
Sul	528	23,36	1732	76,64	2260
Norte	700	22,77	2374	77,23	3074
Centro	536	22,66	1829	77,34	2365
Oeste	1438	19,60	5978	80,40	7416
Nordeste	763	17,59	3576	82,41	4339

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Eleições 2010

Tabela 2. Eleitas(os) por Partidos para o Executivo e Legislativo nas Eleições de 2010

PARTIDOS	Mulheres eleitas	% de mulheres eleitas	Homens eleitos	% de homens eleitos
PC do B	11	32,35	23	67,54
PSOL	2	22,22	7	77,77
PT do B	5	21,73	18	78,25
PSC	9	16,98	44	83,01
PRTB	2	16,66	10	88,33
PSB	19	16,52	96	83,47
PT	41	16,14	213	83,85
PMN	4	14,28	24	85,71
PSDC	1	12,5	7	87,5
PP	11	11,95	81	88,04
PDT	12	11,32	94	88,67
PHS	1	11,11	8	88,88
PMDB	26	10,48	222	89,51
PSDB	19	10	171	90
PV	5	9,51	47	90,38
PTB	5	7,24	64	92,75
PR	7	7,14	91	92,85
PTN	1	7,14	13	92,85
PRP	1	6,66	14	93,33
PPS	3	6,12	46	93,87
DEM	7	5,73	115	94,26
PRB	1	3,70	26	96,29
PTC	0	0,0	9	100
PSL	0	0,0	19	100
PSTU	-	-	-	-
PCB	-	-	-	-
PCO	-	-	-	-
TOTAL	193	11,66	1462	88,33

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Eleições 2010

## ANEXO 2 – PREFERÊNCIA PARTIDÁRIA

Tabela 1: Preferência Partidária no Brasil (1989/2002) (%)

<i>Ano</i>	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
PMDB	12	16	18	19	17	17	15	16	14	12	12	11	9
PT	10	11	14	14	15	13	12	13	12	14	15	17	18
PSDB	2	1	2	3	4	4	5	5	5	4	3	4	4
PV	si	si	si	si	si	si	si	si	si	si	si	si	si
Nenhum	56	52	47	48	51	55	54	49	57	59	55	57	58

Fonte: Fonte: Instituto Datafolha e FSP, 7/10/2002 e Kinzo (2001).

si= sem informação